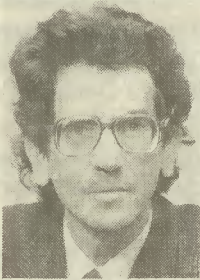


Todos iguais, uma ova!

A perversa ideia de que «os partidos são todos iguais» é o melhor seguro de vida para a política de direita. Não admira, pois, que tantos se ocupem quotidianamente de a fomentar e ampliar.



■ Vítor Dias

Pág. 18

Uma «coisa» chamada opinião pública

Há, na verdade, uma «coisa» chamada, opinião pública que ninguém sabe muito bem o que seja e que, por isso mesmo, serve para os mais diversos usos e abusos.

■ Sérgio Ribeiro

Pág. 19

Povos e livros no combate ao neoliberalismo

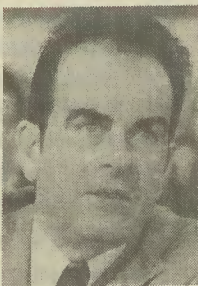
■ Miguel Urbano Rodrigues

Págs. 24 e 25

INTERNACIONAL

Morreu George Marchais

Pág. 14



Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 20 de Novembro de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1251 • Director: Carlos Brito

Coordenadora da CDU afirma confiança numa

FORTE INTERVENÇÃO ELEITORAL

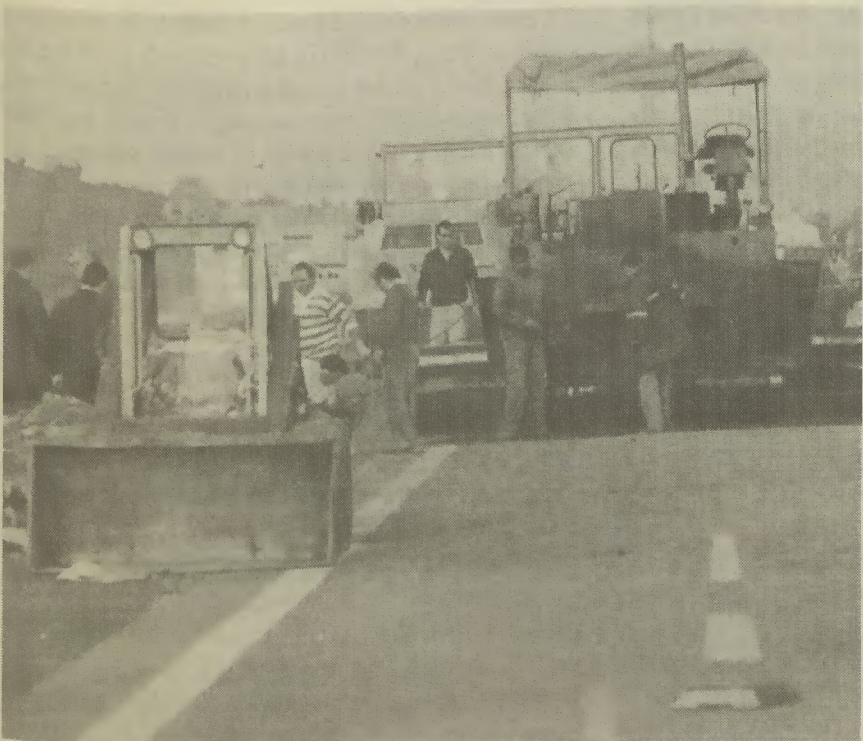


Perante todo o trabalho desenvolvido e face aos resultados conseguidos, a Comissão Coordenadora da CDU não pode deixar de transmitir a convicção de que estão criadas as condições não só para uma forte e decisiva intervenção na batalha eleitoral, como também e sobretudo para a continuação reforçada da obra em prol da sua população que a CDU tem vindo a desenvolver no País.

Pág. 5

BRISA PRIVATIZAÇÃO sem justificação

Centrais



Arrancamos para a campanha com grande confiança!

Em visita a vários concelhos do País, Carlos Carvalhas afirmou a convicção da CDU, baseada na obra feita e na simpatia que tem rodeado as iniciativas.

Págs. 6 e 7



Campanha eleitoral da CDU prossegue com grande dinamismo e confiança

RESUMO

12 Quarta-feira

Jorge Sampaio termina a sua visita oficial à Venezuela ■ O presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Pedro de Sousa Macedo, demite-se reagindo à «acusação feita» por Almeida Santos no V Congresso dos Juizes Portugueses ■ Seis anos após o massacre de Santa Cruz, dois jovens timorenses são detidos pelas autoridades indonésias ■ O Conselho de Segurança da ONU reforça as sanções contra o Iraque ■ O Governo brasileiro é condenado pela Justiça a indemnizar uma tribo paraná vítima de genocídio nos anos 70 ■ Jonas Savimbi aceita encontrar-se com Eduardo dos Santos em Luanda ■ A Turquia declara que participará nas negociações intercomunitárias de Chipre na condição de a parte turca da ilha ser reconhecida pela comunidade internacional.

13 Quinta-feira

Carlos Carvalhas visita o Crato ■ Tropas da Unita atacam com armas de artilharia várias localidades no sul de Angola ■ A ONU anuncia a retirada de todo o pessoal do Iraque, enquanto os Estados Unidos invocam o direito de intervir militarmente no país ■ O Conselho de Ministros de Moçambique decide que as eleições autárquicas se realizarão em Maio de 1998 ■ Na Rússia, a Duma pede a realização de um inquérito judicial sobre o possível enriquecimento ilícito do vice-primeiro-ministro Anatoli Tchubais.

14 Sexta-feira

Carlos Carvalhas desloca-se a Loures e a Queluz ■ A CGTP-IN anuncia uma quinzena de luta pelas 40 horas de trabalho e contratação colectiva ■ Em Díli, registam-se graves confrontos entre a população timorense e o exército indonésio, no dia em que D. Duarte de Bragança visita o território ■ Bill Clinton anuncia que enviará o porta-aviões «George Washington» para o Golfo Pérsico para reforçar o dispositivo militar no local ■ Realizam-se eleições legislativas em Marrocos.

15 Sábado

Carlos Carvalhas visita diversas localidades do conselho de Almada ■ O exército indonésio anuncia que deteve oito timorenses na sexta-feira e autoriza a Cruz Vermelha Internacional a visitar os feridos presos ■ O secretário-geral da Liga Árabe diz que se irá encon-

trar com o vice-primeiro-ministro iraquiano na quarta-feira, numa tentativa de mediação entre o Iraque e a ONU ■ Boris Ieltsin demite todos os envolvidos no caso de enriquecimento ilícito de Anatoli Tchubais, excepto o próprio vice-primeiro-ministro ■ Em Itália, é anunciada a morte de uma criança na região de Nápoles na sequência de práticas de pedofilia ■ Inicia-se o II Congresso do Desporto, em Lisboa.

16 Domingo

O secretário-geral do PCP participa num comício-festa em Camarate, Loures ■ Em Itália, a aliança de centro-esquerda, há 18 meses no poder, vence eleições municipais realizadas em algumas localidades ■ Numa visita a diversos países árabes, a secretária de Estado norte-americana Madeleine Albright depara com bastante resistência a uma possível intervenção militar dos EUA no Iraque ■ Georges Marchais, antigo secretário-geral do Partido Comunista Francês, falece vítima de um ataque cardíaco.

17 Segunda-feira

Comissão Coordenadora da CDU, divulga balanço das listas apresentadas aos vários órgãos municipais e de freguesia ■ Carlos Carvalhas visita o Espaço da Juventude CDU para o Ensino Superior, em Lisboa ■ Os trabalhadores dos CTT entram em greve ■ Trabalhadora despedida por estar grávida, numa fábrica de calçado em Santa Maria da Feira, é readmitida ■ Realiza-se, em Lisboa, o IV Seminário sobre «Poderes e limites da genética» ■ Cimeira, em Madrid, junta chefes de Estado português e espanhol para analisar política a seguir face à Agenda 2000 ■ Grupo de islamitas armados de metralhadoras matam 67 pessoas, 57 das quais turistas, num ataque perpetrado à entrada de um Templo, em Luxor, Egipto ■ Morre o geógrafo Orlando Ribeiro, fundador e director do Centro de Estudos Geográficos.

18 Terça-feira

Carlos Carvalhas, no Alentejo, pede subsídios a fundo perdido para as vítimas das intempéries ■ Realizam-se eleições autárquicas na Dinamarca ■ É sepultado no cemitério de Carnide o geógrafo português Orlando Ribeiro ■ O Pentágono decide enviar aviões suplementares para o Golfo ■ O Supremo Tribunal espanhol ordena a prisão de seis condenados do caso Filesa, relacionado com financiamentos secretos ao PSOE.

EDITORIAL

Duas frentes

E

muito claro que na situação política presente a luta dos comunistas compreende duas frentes essenciais: a autárquica e a social.

A menos de um mês das eleições de 14 de Dezembro, a batalha eleitoral autárquica entrou numa fase decisiva, mobiliza naturalmente as atenções gerais e reclama o esforço crescente das organizações e militantes do PCP e todos os demais activistas da CDU.

Ao mesmo tempo, como bem afirmou Jerónimo de Sousa em declarações a anterior edição do «Avante!»: «A luta social não pode ficar à espera das eleições.» As greves e outras grandes acções de luta previstas para as duas próximas semanas, em resposta a graves problemas que afectam os trabalhadores, confirmam plenamente a afirmação.

É por isso importante salientar que os desenvolvimentos da luta simultânea nestas duas frentes - a autárquica e a social - não só não prejudicam qualquer delas, como se interinfluenciam positivamente. Os avanços conseguidos numa vão redundar em benefício da outra.

Não oferece dúvida que um bom resultado eleitoral da CDU nas próximas autárquicas será muito favorável ao desenvolvimento posterior da luta dos trabalhadores. E é igualmente verdadeiro que o desenvolvimento da luta dos trabalhadores antes das eleições, pondo em evidência e combatendo as gravosas consequências sociais da política seguida pelo Governo PS, amplamente apoiada pelo PSD e o CDS/PP, e dando expressão ao descontentamento popular por ela provocado, favorece muito positivamente a mensagem e a posição da CDU.

Ninguém duvida também que, apesar da especificidade das eleições autárquicas onde é determinante a escolha de quem vai ficar à frente dos destinos dos municípios e freguesias do país, o PS não deixará de querer forçar leituras nacionais de aprovação do Governo e da sua política, no caso dos resultados lhe serem favoráveis.

Tais leituras serviriam é claro para prosseguir e acentuar a sua injusta política social, nomeadamente: a ausência de efectivas medidas de combate ao desemprego, o congelamento de salários, os exíguos aumentos das reformas e pensões, a precarização do emprego, o desrespeito pela lei das 40 horas, os ataques aos direitos dos trabalhadores, a progressiva desresponsabilização do Estado em relação à saúde, à educação, à segurança social e à habitação.

É, então, essencial que tais leituras não possam ser feitas.

A Comissão Coordenadora Nacional da CDU apresentou na passada segunda-feira, em conferência de imprensa conduzida por Luís Sá, um balanço bastante detalhado da composição das suas listas.

Fica como uma nota de grande significado político a confirmação de que a CDU apresentou mais 126 listas para freguesias do que em 1993. São, também, notas importantes a participação, a nível municipal, de 31 por cento de independentes, de 23 por cento de mulheres (que representa um significativo progresso) e de 36 por cento de candidatos com menos de 40 anos. Tem também especial significado a composição social das listas que comprova tanto o carácter popular da CDU (47 por cento dos candidatos são operários e empregados), como a sua influência noutras camadas da sociedade (22 por cento dos candidatos são intelectuais e quadros técnicos e 12 por cento são empresários).

Com uma composição das listas que cumpre os objectivos que tinham sido traçados e uma pré-campanha que revela um forte movimento de adesão à CDU e de simpatia pelas suas propostas, a Comissão Coordenadora da coligação conclui justificadamente que «estão criadas as condições para uma forte e decisiva intervenção» e expressa a sua confiança «na obtenção de um expressivo e marcante êxito eleitoral».

Entretanto, continuam a ser motivo de especial preocupação o abuso do poder por parte do Governo para, com completo desrespeito pelo princípio da igualdade, favorecer por vezes escandalosamente a campanha eleitoral e as candidaturas do PS. Não menos preocupante é o que se passa não só nas televisões mas também em órgãos da imprensa escrita e nas rádios onde o silenciamento da CDU ou o seu tratamento discriminatório continuam a ser a regra.

Em relação ao primeiro aspecto, a conduta do Governo, as diferentes instâncias do PCP e da CDU têm denunciado com toda a energia os manifestos abusos do poder. Em relação aos órgãos de comunicação social que, sem escrúpulos

políticos e éticos, insistem num tratamento flagrantemente desigual das candidaturas, não poderá também deixar de o fazer.

É por isso importante salientar que os desenvolvimentos da luta simultânea nestas duas frentes - a autárquica e a social - não só não prejudicam qualquer delas, como se interinfluenciam positivamente. Os avanços conseguidos numa vão redundar em benefício da outra.

A insensibilidade continuada do Governo e do grande patronato para as justas reivindicações dos trabalhadores não podiam ter outra resposta que não fosse o desenvolvimento da luta a que estamos a assistir.

Na passada segunda-feira foram os CTT que estiveram em greve, há três anos que tal não acontecia. Estão a decorrer os dez dias (alternados) de greve dos trabalhadores do Grupo Gás de Portugal. Para o próximo dia 21 está convocada a greve dos enfermeiros. Para dia 28 estão convocadas as greves da Administração Pública e dos professores. Todos estes sectores têm acções de dinamização nos dias que antecedem greves. O Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE) já admitiu promover acções coincidentes com a greve da Administração Pública. A partir da próxima segunda-feira inicia-se uma quinzena de luta pelo efectivo cumprimento das 40 horas que compreende entre outras acções um concentração em Lisboa. Os trabalhadores do calçado decidiram intensificar pelas suas reivindicações e discutem a convocação de uma manifestação.

Este quadro que só regista as acções mais importantes testemunha com eloquência a que ponto se ampliou a decepção com a política e as promessas do Governo PS e a que nível já cresceu e se alargou o descontentamento popular.

O que está em causa nestas lutas é um nó de questões básicas para os trabalhadores entre as quais se destaca a inaceitabilidade da política de congelamento de salários, do bloqueio da contratação colectiva, da recusa à modernização das carreiras, do efectivo respeito pelos direitos dos trabalhadores, como no caso das 40 horas.

Estas questões básicas para os trabalhadores atingem por sua vez as duas opções fulcrais do Governo e da sua política de direita, isto é, a subordinação aos critérios de Maastricht e o favorecimento da política de concentração capitalista com, entre outras, a intensificação da exploração dos trabalhadores.

Esta circunstância confere às lutas em curso um significado muito especial que ultrapassa os interesses dos trabalhadores nelas directamente envolvidos e a conjuntura político-eleitoral, para interessar todo o mundo do trabalho e em larga medida a sociedade portuguesa.

Avante!

Proprietários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Secretismo e palavra de honra

Cerca de duas semanas depois das intempéries, o primeiro-ministro visitou as zonas sinistradas.

A notícia abriu telejornais e ocupou páginas inteiras em praticamente todos os jornais diários.

O Diário de Notícias foi inexcelável. Ouçamo-lo: "E Guterres foi ao temporal" - grita-nos, extasiado, em título grande, para logo nos confidenciar em subtítulo que "o primeiro ministro palmilhou quase todas as zonas afectadas pela chuva". Uma maratona que não teve horas para acabar.

Além disso, o DN mostrou-nos o primeiro-ministro nessa acção palmilhante: de mãos nas costas, de olhos postos no céu por timbre e vocação e acompanhado por luzida e engravatada corte. Diz a legenda da fotografia: "Observar. Guterres foi aos Açores, Alentejo e Algarve. "Já comecei às nove da manhã e só acabo lá para as duas" - disse a um grupo de idosas em Quintos. Positivamente extasiado e embevecido face à heróica prestação de sua excelência, o DN descreve-nos o valoroso "périplo de Guterres" o

qual "começou bem cedo em Ribeira Quente, São Miguel" e se estendeu depois "aos distritos de Beja e Faro". O panegírico do DN deixa-nos a ideia de que a passagem de Guterres pelas zonas sinistradas foi como uma benção caída de bons céus, que o chão pisado pelo primeiro-ministro ficava coberto por um manto de calma e bem aventurança, que todos os problemas deixavam milagrosamente de o ser, que os sofrimentos e as mortes eram coisas de um passado longínquo.

O DN apresenta-nos Guterres como o herói dos temporais, o homem que calou a tormenta, o pagador de promessas, o portador da bonança, o arauto da boa nova, enfim, o salvador.

E aos impertinentes jornalistas que, obviamente a despropósito, lhe perguntaram por que só agora visitou o Alentejo, o demiurgo Guterres, enfadado e ofendido, respondeu: "Vim quando era útil e não para fazer espectáculo." É assim - discretamente, sem ostentações nem exhibições - que se pratica a verdadeira caridade.

Aliás, o DN (sempre ele) segreda-nos que esta visita foi organizada no maior secretismo: Guterres queria inteirar-se à vontade do acontecido pelo que não convocou a comunicação social... A presença em massa dos média há-de ter a ver com qualquer inoportuna fuga de informação que acabou por obrigar o primeiro-ministro a fazer o que não queria: "espectáculo"...

Entretanto, o MAI divulgou os primeiros resultados do seu, digamos assim, inquérito. Como já se sabia, "houve deficiências" por parte das autarquias. Como já se sabia, a prestação do Governador Civil de Beja foi "muito meritória" e "quase modelar". E estou em crer que este quase (que empobrece a "modelar" prestação) não constaria do resultado do inquérito se a Saleiro tivesse sido feita a sacramental pergunta: "Dá a sua palavra de honra de que teve um comportamento modelar?"

Algo me diz que o "secretismo" da viagem de Guterres é primo direito da "palavra de honra" de Saleiro.

■ José Casanova

Cidade solidária

O Fórum Social "Funchal, Cidade Solidária" que a CDU levou a cabo no último fim-de-semana na capital da Região Autónoma da Madeira constituiu, a todos os títulos, uma iniciativa de marcante importância política e de indiscutível sucesso.

Iniciados os trabalhos no sábado com a análise e o debate dos problemas da pobreza e da exclusão social e com a abordagem de questões específicas de integração social - nomeadamente habitação, deficiência, situação de menores, problema do isolamento - eles seriam finalizados já na sessão de domingo com a apresentação de projectos e propostas para "promover a inclusão social" e com a intervenção final de Edgar Silva, deputado na Assembleia Legislativa Regional e candidato da CDU à Câmara Municipal do Funchal.

O que é particularmente interessante no trabalho promovido pela CDU no Funchal é a metodologia que tem vindo a ser seguida no sentido da organização de debates públicos sobre os problemas do concelho.

Tinham sido anteriormente organizados seis iniciativas sobre recuperação e legalização da casa, habitação social, animação social e cultural, saneamento básico / esgotos, funcionamento e competência das freguesias e participação dos cidadãos no desenvolvimento local. Traçou-se, no Fórum Social, de culminar todo esse processo de debate com a elaboração e aprovação de conclusões e de um projecto para a cidade, com quinze pontos, que "contrarie a política elitista que tem imperado" e que dê "prioridade absoluta às questões sociais".

O Fórum proclamou, lucidamente, "não defender que se deva con-

verter à esfera do "social" a tarefa de compor os estragos produzidos na esfera do económico" e que "muito menos compete às autarquias remediar ou remendar, assistencialmente, as rupturas da desorganização social". Mas não cabendo às autarquias o exclusivo das políticas sociais, elas "não se podem demitir das suas responsabilidades como tem acontecido no Funchal".

Daí a defesa da "criação de estruturas e projectos sociais"; da consideração de "formas locais de intervenção social que favoreçam uma adequada inclusão social"; do aprofundamento do "papel dinâmico das autarquias de advogados das populações"; e da ideia de que "como representantes políticos das populações as autarquias têm o dever de reclamar aspectos que deveriam ser atendidos pelos governos, de reivindicação política e de preposição de iniciativas da competência do poder executivo".

Quando na cidade se "impõe novas formas de violência sobre os cidadãos", como foi denunciado, não é interessante observar que o trabalho da CDU parte da mobilização das populações e do debate concreto dos seus problemas, para a participação, a intervenção e a luta políticas concretas para erguer "um projecto de transformações da cidade".

Não é esta política e esta forma de fazer política que verdadeiramente valem a pena?

■ Edgar Correia



Foto: Jorge Caria

CDU ... eu e tu

CIMEIRAS Ibero-Americanas

As Cimeiras Ibero-Americanas, que se vêm realizando desde 1991, são um espaço de cooperação internacional onde prevalece, embora em termos muito genéricos, o debate sobre grandes temas e questões da actualidade.

Não sendo objectivo desta cooperação ibero-latino-americana implementar um processo de integração económica, ela desempenha, contudo, um importante papel no desenvolvimento das relações entre os países participantes, surgindo, objectivamente, em contraposição aos interesses e pretensões hegemónicas dos EUA - cujos lucros, provenientes da América Latina, relativos ao comércio, investimentos, empréstimos, patentes, não param de crescer.

Com efeito, o "braço de força" que se mantém entre os EUA e a UE, face ao mercado latino-americano, fortaleceu-se nesta última Cimeira, há dias, realizada na Venezuela. O apoio, agora expresso, ao processo UE/Grupo do Rio e a omissão de apoio à II Cimeira das Américas que, sob a inspiração dos EUA, visa a constituição da ALCA (Associação de Livre Comércio das Américas, que integrará o NAFTA), põe em evidência o acentuar das contradições e rivalidades interimperialistas que caracterizam o desenvolvimento capitalista nos nossos dias.

Mas as questões e as relações económicas desta comunidade de povos e Estados latino-americanos e ibéricos, se discutidas nas Cimeiras, não têm tido projecção mediática. A comunicação social jogou, desde o início, nas tentativas de isolar Cuba. E, muito particularmente, este ano fazendo eco das intervenções dos porta-voz dos EUA na Cimeira - Menem, da Argentina, e do somozista A. Aléman, da Nicarágua, a que se juntaram mais um ou dois num tom um pouco mais baixo - que pretendiam retirar a Cuba o direito de acolher a realização duma Cimeira. Sem êxito. Cuba - que se mantém neste processo em completa coerência com os seus princípios e objectivos e que tem contribuído para o consenso e a unidade expressos nas Declarações Finais das Cimeiras - receberá a comunidade ibero-latino-americana em 1999.

Portugal acolherá a Cimeira no próximo ano. "Os desafios da globalização e a cooperação inter-regional" será o tema central. A discussão de tal temática poderá ajudar a precisar e clarificar os objectivos estratégicos das Cimeiras Ibero-Americanas. Para além da avaliação dos diferentes mecanismos de integração regional - Mercosul, Mercado Comum Centro-Americano, Pacto Andino, Grupo do Rio, etc. -, a Cimeira do Porto pode retomar a proposta de criação duma força ibero-americana "de paz", feita por Aznar. Tal propósito significa uma tentativa para produzir uma inflexão no processo das Cimeiras e dar-lhe novo conteúdo. Vários países já se demarcaram de tal objectivo. Portugal pode e deve intervir no sentido de impedir a militarização deste espaço de cooperação e seu consequente envolvimento nas alianças militares do imperialismo. No interesse dos respectivos povos e como contributo para um mundo de paz e solidário.

Não devemos sobrevalorizar a importância e significado destas Cimeiras. Elas são, em boa medida, o que forem os governos dos países que as compõem, e é sabido que quase todos eles, incluindo Portugal, estão rendidos às políticas neoliberais. A retórica das Declarações não altera esta realidade. Mas também não se deve subestimar o que representam na contenção da política hegemónica dos EUA. Além de que, do ponto de vista de Portugal, podem contribuir para contrariar o afunilamento das relações portuguesas para a UE e os EUA e para a diversificação das relações externas de Portugal.

■ Manuela Bernardino

SEMANA

Ofensiva do PSD/Madeira
contra Ministro
da República

O grupo parlamentar regional do PSD/Madeira fez aprovar um projecto de resolução, da sua autoria, onde retira ao Ministro da República, representante do Estado português nesta Região Autónoma, a presidência dos actos de âmbito regional, transferindo-a para o presidente da Assembleia Legislativa Regional ou, na ausência deste, para Alberto João Jardim, o presidente do Governo

Regional, afrontando assim as regras em vigor definidas pelo Protocolo de Estado que, assinale-se, não teve conhecimento oficial deste projecto aprovado pela maioria PSD da Assembleia Regional da Madeira com os votos contra do PS e da CDU e a abstenção do PP. Segundo o Diário de Notícias, o chefe de gabinete do presidente da Assembleia Legislativa Regional, Filipe Malheiro, terá



declarado que «tanto a Assembleia como o Governo Regional podem convidar quem quiserem», estando o Ministro da República «fora da lista», acrescentando que «o que está desajustado da realidade é o Protocolo nacional».

Encontros secretos
entre Guterres e Marcelo

Em notícia de primeira página, o Diário de Notícias confirma que o acordo entre o Governo e o PSD, que permitiu a aprovação do Orçamento de Estado para 1998, se fez na base de encontros secretos para acertar o «negócio». O DN especifica que António Guterres e Marcelo Rebelo de Sousa se encontraram por três vezes na residência oficial de S. Bento, sendo o secretismo levado ao ponto de o líder do PSD ter utilizado sempre o seu automóvel particular nas deslocações. A primeira reunião ter-se-á realizado no dia 22 de Setembro, a segunda dois dias depois e a última pouco antes de o Primeiro-Ministro António Guterres iniciar a visita oficial a Angola. Nesta última

terão participado igualmente Marques Mendes, pelo PSD, e António Costa, pelo PS, para «ultimarem» os pormenores do acordo, com este a declarar ao DN, que o questionou sobre o encontro, que «não faço declarações sobre essa matéria. O Orçamento está aprovado e é um assunto arrumado». Ainda segundo o DN, estas negociações de bastidores mostraram «como a política assume cada vez mais aspectos teatrais», contando em pormenor as manobras onde, por um lado, o Governo «deixava cair» a colecta mínima do IVA e do IRS, enquanto o PSD se «esquecia» das suas reivindicações com o IRC desde que este imposto baixasse dos 36 para os 34%.

Direita derrotada
nas eleições em Itália

A direita italiana sofre uma pesada derrota nas eleições municipais realizadas o domingo passado, com a coligação de centro-esquerda a conquistar, com vitórias esmagadoras, as principais cidades do país, nomeadamente Roma, Nápoles e Veneza,

onde as maiorias absolutas andaram acima dos 60 por

cento dos votos. A coligação de direita Pólo Nacional,



que integra o partido de Silvio Berlusconi Força Italia e o partido neofascista da Aliança Nacional, teve inclusivamente dificuldade em encontrar candidatos de destaque para encabeçar as suas listas. Na sequência desta grande derrota, os mais diversos analistas políticos vaticinam o declínio irreversível de Silvio Berlusconi como líder da direita em Itália, declínio, aliás, acelerado pelas dezenas de processos judiciais de corrupção em que Berlusconi está atolado.

Aumentam em Espanha
os circuitos da droga

As quantidades impressionantes de droga apreendida que se estão ultimamente a verificar em Espanha levam as autoridades do país vizinho a suspeitar que Espanha se está a transformar numa placa giratória do tráfico de

estupefacientes, servindo de porta de entrada para a Europa. Os números são impressionantes: de 1996 para 1997, as apreensões de haxixe subiram de 197 para 247 toneladas e as de cocaína de 6897 quilos para 13743

quilos, enquanto este ano, até Outubro, já foram apreendidas 17 toneladas, o que daria para fabricar 170 milhões de doses. Em contrapartida, as prisões estão cheias de pequenos traficantes (30 mil directamente ligados ao tráfico, venda ou delitos induzidos pela necessidade de comprar droga), enquanto os grandes traficantes continuam à solta. Em Espanha, morreram o ano passado 504 pessoas por overdose ou intoxicação e este ano o número de vítimas mortais já vai em 265 casos, enquanto cerca de 20 mil pessoas recebem tratamento hospitalar de desintoxicação.

Ieltsin e Tchubais
em causa na Rússia

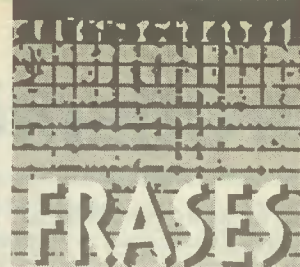
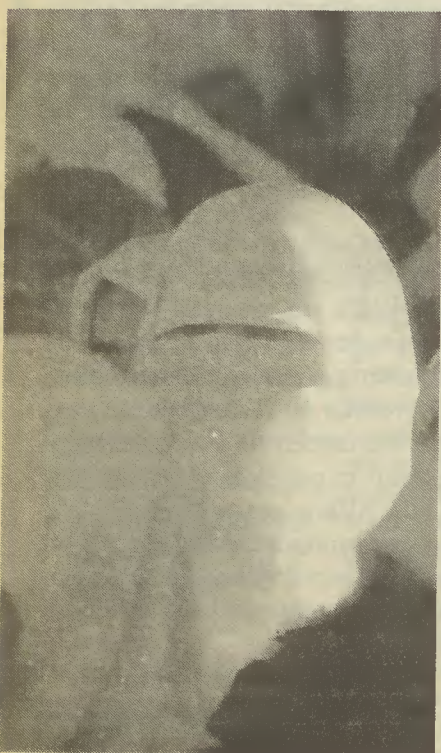
Na sequência de mais um escândalo financeiro envolvendo directamente Anatoli Tchubais, vice-primeiro-ministro e ministro das Finanças do presidente russo Bóris Ieltsin, o grupo parlamentar do Partido Comunista da Federação Russa, maioritário na Duma (parlamento russo), exige que o presidente Bóris Ieltsin demita imediatamente o seu vice-primeiro-ministro, sem o que se recusa a examinar o projecto de Orçamento para 1998. Bóris Ieltsin confirma-

ra no sábado passado Anatoli Tchubais nos cargos para que o reconduzira alguns meses antes, apesar do escândalo em que este se viu recentemente envolvido por ter recebido quase 100 mil contos pagos pelo erário público pela autoria de um livro sobre as privatizações na Rússia. Tchubais foi o organizador da alucinante galopada de privatizações desencadeada nos últimos anos na Rússia e que despoletou uma gigantesca vaga de corrupção.

Fundamentalismo mata
dezenas de turistas
no Egipto

Em Luxor, o maior centro turístico do Egipto, um grupo de fundamentalistas islâmicos do autodenominado «Gama'at Islamiya» assassinou a tiro de rajada 68 pessoas, 57 das quais turistas estrangeiros. O grupo

foi imediatamente perseguido pela polícia, que os abateu a todos. O atentado vem na sequência de vários outros perpetrados por grupos fundamentalistas contra turistas estrangeiros no Egipto, sendo este o mais sangrento até agora registado. O objectivo afirmado dos terroristas é privar o actual regime presidido por Hosni Mubarak das receitas vindas do turismo. Imediatamente após o massacre, a generalidade dos estrangeiros a passar férias no Egipto cancelaram-nas e começaram a sair do país, enquanto por todo o mundo se assistiu à desmarcação em massa de viagens para a terra dos faraós.



“O senhor primeiro-ministro fica crispado como um ouriço quando o PCP levanta a voz contra a delapidação do património público, nesse regabofe das privatizações. (...) Imagine o arrojo e o despautério, senhor primeiro-ministro: mas continuaremos a ser de esquerda.”

(João Amaral, na discussão sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano na AR, citado em «Expresso», 15.11.97)

“O combate à evasão fiscal pressupõe o combate à concentração do capital. Aqui reside a insanável contradição dos últimos e dos próximos governos: os governos favorecem a concentração do capital.”

(César Príncipe - «Jornal de Notícias», 17.11.97)

“O corporativismo morreu por decreto, em Abril de 74. Mas o instinto corporativo, esse, só morrerá de descrédito.”

(Miguel Sousa Tavares - «Público», 14.11.97)

“(António Saleiro) disse-me que essas imputações de crime não eram verdadeiras e que não tinha praticado qualquer acto de que se envergonhasse.”

(Alberto Costa, Ministro da Administração Interna - «Público», 16.11.97)

“Se aquelas imputações me fossem feitas e a minha consciência estivesse limpa, eu não daria o prémio a quem me tivesse acusado sem fundamento. Portanto, não posso dizer que me demitiria, mas também não posso estar a dizer o que faria naquela situação. Não sou governador civil. Portanto, não me sei colocar nesse lugar, mas sei como agiria no exercício dessas funções, se me fossem feitas imputações de outro tipo.”

(idem)

“Eu diria que as notícias sobre a minha demissão iminente foram um pouco exageradas...”

(idem)

“A notícia da minha morte é ligeiramente exagerada.”

(Durão Barroso, citado em «Expresso», 15.11.97)

“Folgo que esteja vivo e de boa saúde.”

(Pedro Santana Lopes, citado em «Expresso», 15.11.97)

“Durão não se limita a chegar atrasado para arrancar o maior aplauso. Ele substitui o líder na campanha, ele volta em Março, ele deixa que Marcelo se agunte após as autárquicas...”

(João Fernandes - «Diário de Notícias», 16.11.97)

“Não há alternativa a mim no partido nem haverá nos próximos longos anos.”

(Marcelo Rebelo de Sousa - «Público», 16.11.97)

CDU

Coordenadora da CDU

Forte intervenção na batalha eleitoral

A Comissão Coordenadora da CDU divulgou na passada segunda-feira as conclusões da reunião realizada no mesmo dia para balanço das listas apresentadas para os órgãos dos municípios e freguesias, tendo salientado o grande êxito político desse processo. Na mesa, presidida pelo independente António Galhordas, encontravam-se representantes dos partidos que formam a coligação, Fernando Pesinho pelo PEV, João Galdes pela ID, Florêncio Cacete da Juventude CDU, e Carlos Brito e Luís Sá pelo PCP, tendo este último proferido a declaração que a seguir se transcreve.

1. A Comissão Coordenadora considera um grande êxito político a apresentação de listas em todos os municípios do Continente e da Madeira e em 16 dos 19 municípios dos Açores, bem como em 2198 freguesias, confirmando a CDU como uma grande força política nacional. Tem um especial significado a apresentação de mais 126 listas para freguesias do que em 1993, como reflexo de um grande esforço de militantes e activistas, que abre novas e promissoras perspectivas de actuação futura em regiões de menor influência da CDU. Os cerca de 45 mil candidatos da CDU constituem uma garantia de determinação, de combatividade e de uma empenhada intervenção no sentido de resolver os problemas das populações.

2. A CDU salienta a importância do facto de se verificar uma participação de 31% de candidatos independentes nas suas listas, a nível municipal, traduzindo a grande abertura política à participação de homens, mulheres e jovens sem partido que querem intervir na luta pelo progresso das suas terras na base da honestidade, do trabalho e da competência e de valores como a justiça, a liberdade, a igualdade e a participação popular. Há casos como o do distrito de Évora em que a participação de candidatos sem partido nas listas da CDU atinge 52,3%.

A CDU não aceita as cruzadas antipartidos, curiosamente conduzidas por outros partidos ou pelos seus candidatos, nem que se apresente a independência em relação aos partidos como sendo uma virtude em comparação com a militância partidária. Mas este número de independentes como candidatos da CDU tem o alto significado político de mostrar um grande esforço de abertura e cooperação por parte da CDU e que são muitos os cidadãos sem partido que pretendem cooperar com os militantes do PCP e do PEV e os activistas da ID num esforço comum de melhorar as condições de vida das populações e estimular a democracia e a participação nas cidades, vilas e aldeias de Portugal.

3. A Comissão Coordenadora da CDU regista com satisfação o facto de, apesar das insuficiências, se verificar um significativo progresso da participação de mulheres nas listas da CDU, tanto mais relevante quanto se verifica numa situação em que se regista um aumento da percentagem de participação de mulheres nas listas da CDU mandato após mandato. Acresce que, como mostram estudos e documentos oficiais, a CDU já é no actual mandato a força política que tem uma maior percentagem de mulheres eleitas. A CDU tem agora 23% de candidaturas de mulheres, a nível municipal, das quais 83 se candidatam como cabeças de lista a nível municipal. Há quatro anos tivemos 53 mulheres como cabeças de lista a nível municipal. Além disso, prevê-se a passagem de duas para quatro do número de mulheres que são Presidentes de Câmara em municípios actualmente de maioria CDU, sem prejuízo do empenho na conquista da maioria noutro caso. A CDU será seguramente a força política com mais eleitos mulheres e com mais mulheres como presidentes de câmara.

É de recordar, neste contexto, que o PS e o seu líder afirmaram que estavam empenhados numa maior participação de mulheres e apostavam mesmo na fixação de quotas por imposição legal autoritária. Foi o que aconteceu designadamente com o discurso de António Guterres no «Parlamento Paritário» realizado em 31 de Janeiro a de Fevereiro de 1994 na Assembleia da República. Em vez de anúncios e promessas sem seriedade e que apenas visam grande projecção mediática mas têm resultados práticos nulos, a CDU mostra a sua seriedade e o seu real e profundo empenho no combate à igualdade e pelos direitos da mulher, que se expressa igualmente na acção política e nos programas eleitorais.

4. As listas da CDU mostram uma larga participação juvenil e acentuado rejuvenescimento, conjugado com a experiência de

muitos eleitos que prosseguirão a sua valiosa intervenção autárquica. O facto de se verificar uma participação de 17% de candidatos com menos de 30 anos e de 36% de candidatos com menos de 40 anos testemunha esse facto. É incontestável que a CDU aposta na criatividade, entusiasmo e dedicação da juventude. Está à vista a grande obra das autarquias de maioria CDU e a sua importante intervenção em minoria a favor dos direitos e interesses dos jovens. Fica mais uma vez provado agora através

da participação da juventude nas listas da CDU, muitas vezes em lugares muito destacados, que a CDU não apenas quer trabalhar para a juventude mas também pretende que seja a própria juventude a multiplicar os espaços de intervenção e participação para tomar nas suas mãos a luta pela resolução dos seus problemas, bem como dos problemas das populações, designadamente no que às autarquias diz respeito.

5. A Comissão Coordenadora destaca a composição social das listas equilibrada, reflectindo o carácter popular da CDU e a sua ligação a diferentes camadas da população. Com efeito, 22% são operários, 25% são empregados, 22% são intelectuais e quadros técnicos, 12% são pequenos e médios empresários e 5% são estudantes e 14% são diversos, dos quais uma parte significativa são reformados.

É de destacar ainda a participação de imigrantes, em especial dos PALOP's, nas listas da CDU, na sequência da abertura desta possibilidade. É de sublinhar o número de imigrantes candidatos para os municípios e freguesias da Região Metropolitana de Lisboa e Península de Setúbal, em que existem 75 candidatos. Estes candidatos pertencem às comunidades dos diferentes Países Africanos de Língua Portuguesa (41 dos quais de Cabo Verde), além de existirem candidatos originários de Angola, Guiné, Moçambique e S. Tomé, e confirmam a CDU como força política que dá voz e que mais aten-



A Coordenadora da CDU confia na obtenção de um expressivo resultado eleitoral

tendem apresentar estas eleições como reduzindo-se praticamente a uma mera disputa de presidências, e mesmo assim apenas ao nível das câmaras, bem como dos que pretendem transformar essa disputa de presidências num pretexto ou num critério afirmado como jornalístico, mas que constitui, na realidade, um pretexto para absurdas discriminações que nenhum critério democrático pode justificar.

7. A Comissão Coordenadora protesta veementemente contra as sucessivas acções de abuso de poder traduzidas nas nomeações de candidatos do PS para cargos públicos, no uso de lugares públicos e de deslocações de membros de governo nessa qualidade para tentarem apoiar candidatos e intervir na campanha eleitoral, na distribuição de subsídios a diversas entidades para tentar obter apoios e influências. Noutros casos, a firme intervenção de protesto e denúncia permitiu abrandar a tentativa de instrumentalizar inspecções, inquéritos e sindicâncias, que encontraram uma das suas mais absurdas manifestações no procedimento tendente a dissolver a Câmara da Amadora e provocar eleições, para mais em vésperas do acto eleitoral. O anúncio do Ministro do Equipamento de suspensão das acções de tutela nesta fase até às eleições não ilibou o Governo das responsabilidades acumuladas nesta matéria ao longo dos meses em que essa instrumentalização foi tentada.

8. A Comissão Coordenadora da CDU manifesta-se solidária com todas as vítimas dos temporais que se tem feito sentir em várias regiões do País, com destaque para os Açores, Alentejo, Algarve, Área Metropolitana de Lisboa e Península de Setúbal e Área Metropolitana do Porto e municípios do Distrito de Aveiro. Considera da maior importância que o Governo, acompanhando a onda de solidariedade nacional que se tem feito sentir de Norte a Sul, disponibilize os recursos necessários e suficientes para fazer face, a fundo perdido, aos prejuízos sofridos pelos cidadãos, autarquias, agricultores e pequenos empresários.

Ao mesmo tempo, sublinha que os empréstimos e linhas de crédito, implicando o endividamento, não são alternativa para os apoios a fundo perdido que a situação reclama.

9. A Comissão Coordenadora saúda vivamente todos os activistas e simpatizantes da CDU que tornaram possível atingir os objectivos que haviam sido traçados e apela no sentido da continuidade desse empenhamento no plano das acções da pré-campanha e da campanha eleitoral que se vão seguir.

Perante todo o trabalho desenvolvido e face aos resultados conseguidos, a Comissão Coordenadora da CDU não pode deixar de transmitir a convicção de que estão criadas as condições não só para uma forte e decisiva intervenção na batalha eleitoral, como também e sobretudo, para a continuação reforçada da obra em prol da sua população que a CDU tem vindo a desenvolver no país.

A Comissão Coordenadora da CDU manifesta a sua confiança na obtenção de um expressivo e marcante êxito eleitoral, capaz de propiciar a garantia de uma eficaz resposta aos problemas e anseios das populações e ao aprofundamento do estilo de gestão democrática que melhor serve o Poder Local, o País e as populações.

CANDIDATOS DA CDU ÀS CÂMARAS E ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS

Dados relativos a todos os concelhos do Continente e a 2.983 candidatos às CM's e 9.645 candidatos às AM's

Composição Etária	CM		AM		Conjunto CM+AM	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 30 anos	439	14,72%	1658	17,19%	2097	16,61%
31 a 40 anos	568	19,04%	1930	20,01%	2498	19,78%
41 a 50 anos	1026	34,39%	2799	29,02%	3825	30,29%
51 a 60 anos	613	20,55%	1773	18,38%	2386	18,89%
mais de 60	337	11,30%	1485	15,40%	1822	14,43%
Composição Social						
Operários	417	13,98%	2486	25,78%	2903	22,99%
Empregados	689	23,10%	2413	25,02%	3102	24,56%
Intelect/Q. Técnicos	1075	36,04%	1711	17,74%	2786	22,06%
P. Médios Emp.	369	12,37%	1105	11,46%	1474	11,67%
Estudantes	153	5,13%	497	5,15%	650	5,15%
Diversos	280	9,39%	1433	14,86%	1713	13,57%
Composição por sexos						
Homens	2306	77,30%	7432	77,06%	9738	77,11%
Mulheres	677	22,70%	2213	22,94%	2890	22,89%
Independentes	971	32,55%	2935	30,43%	3906	30,93%

ção presta, nas autarquias, aos problemas das comunidades de imigrantes.

6. A Comissão Coordenadora salienta que o trabalho realizado na escolha de candidatos se caracteriza em geral por uma profunda auscultação de opiniões e por uma larga participação com carácter democrático e descentralizado. Salienta também que, para além do cuidado na escolha dos primeiros candidatos, se verificou uma cuidadosa escolha de equipas, que reflecte a concepção de que as presidências são importantes, mas deve ser valorizado também o trabalho colegial, em maioria ou minoria. Este facto é tanto mais importante quanto na recente revisão constitucional foi defendida a liquidação da eleição directa e da representação pluralista nas câmaras municipais.

É de sublinhar igualmente o cuidado da CDU com as listas de freguesias. Deste modo, a CDU recusa as concepções dos que pre-

BRAGANÇA

Interferência escandalosa

Apesar «das condicionantes existentes de pressão e tentativa de obstaculização ao exercício democrático de cidadania», foi possível à CDU concorrer às 12 câmaras e assembleias municipais do distrito de Bragança, a 49 assembleias de freguesia (mais 11 do que em 1993) e apoiar duas listas de cidadãos independentes.

Entretanto, o PCP denuncia a «escandalosa interferência do aparelho do Estado na formação e apresentação das listas PS» em Bragança, dando como exemplo as três deslocações do secretário de Estado da Administração Local ao distrito, num curto espaço de meses, para entrega de cheques a várias instituições; o anúncio do «falso» candidato socialista à Câmara Municipal de Bragança, apresentado não como cidadão ou dirigente político mas como secretário de Estado da Administração Interna; a apresentação da candidatura de Humberto Meirinho, em Miranda do Douro, em Setembro, com a presença do ministro da Defesa, do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, do secretário de Estado da Administração Interna e do Governador Civil. O PCP refere ainda o envolvimento do Governador Civil na formação e apresentação das listas PS, em alguns casos com o apoio do carro e motorista oficiais. Esta «prosmicuidade», associada ao assédio do PS a candidatos e apoiantes da CDU e às pressões de ordem pessoal, familiar, profissional, etc., verificadas no distrito, colocam à DORBA a necessidade de «denunciar o acentuado défice democrático existente, com o consequente empenhamento pela legalidade democrática no Nordeste Transmontano». Ao mesmo tempo, os comunistas exigem que o PS ponha fim a esta prática antidemocrática e que o Governador Civil de Bragança, em nome da transparência e do funcionamento democrático das instituições, torne público todos os subsídios atribuídos e a atribuir.

VIANA DO CASTELO

CDU inaugura sede

A CDU inaugurou no passado sábado a sua sede de candidatura em Valença, numa iniciativa que contou com a participação de Henrique de Sousa, do secretariado do CC do PCP, e Branca de Carvalho, do Comité Central e responsável da DORVIC. No mesmo dia, cerca de uma centena de pessoas estivera na apresentação de candidatos da CDU freguesia da Areosa. Antes, dezenas de activistas estiveram numa reunião da CDU, em Viana do Castelo, para debater o calendário das acções de campanha e aspectos do programa eleitoral, em que participaram os cabeças de lista à Câmara - Alberto Mídões - e à Assembleia Municipal - António Silva.

COIMBRA

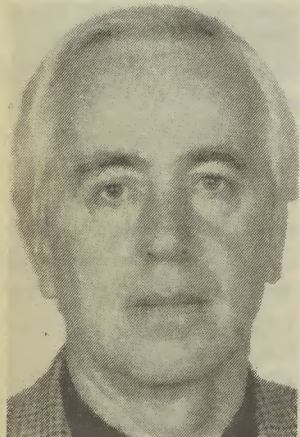
Abusos de poder

O candidato da CDU à CM de Coimbra, Jorge Gouveia Monteiro, acusou actual presidente da Câmara de utilizar abusivamente funcionários camarários para efectuarem arranjos no edifício e espaços adjacentes da sua sede de candidatura. A CDU afirma ainda que Manuel Machado fez distribuir uma publicação de campanha sob o nome de Revista Municipal, desafiando o candidato do PS a revelar publicamente a origem do financiamento deste material de propaganda eleitoral.

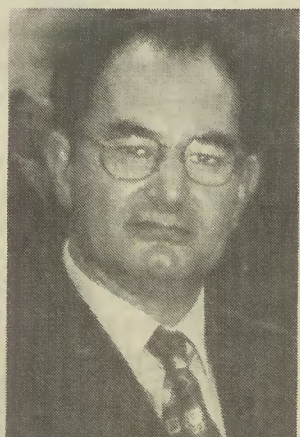
Rectificação

No suplemento sobre as eleições autárquicas no distrito de Lisboa, publicado no último número, verificou-se uma lamentável troca de fotografias de cabeças de lista da CDU que queremos corrigir. Na peça sobre Oeiras, publica-se a fotografia de Celorico Moreira, que é o candidato da CDU à Assembleia Municipal, em vez da de Arnaldo

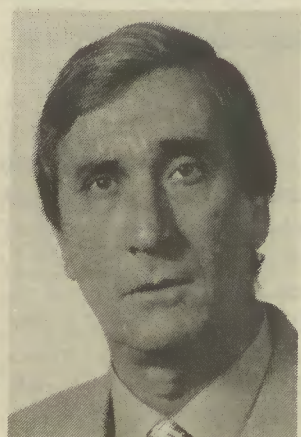
Pereira, cabeça de lista à Câmara. Nas peças sobre Arruda dos Vinhos e Torres Vedras as fotografias dos candidatos estão também trocadas entre si. Para desfazer qualquer equívoco, publicamos hoje as três fotos correctamente legendadas, com um pedido de desculpas aos candidatos e aos nossos leitores.



Arnaldo Pereira, candidato à Câmara Municipal de Oeiras



Rogério Correia, candidato à Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos



Caetano Dinis, candidato à Câmara Municipal de Torres Vedras

«Arrancamos para a campanha com grande confiança»

Confiança e determinação estão a marcar o arranque da campanha da CDU para as eleições de Dezembro. Esta convicção de Carlos Carvalhas baseia-se não só na grande obra realizada pelos eleitos da Coligação como pela grande corrente de simpatia e reconhecimento que tem rodeado as iniciativas da CDU.

Na sexta-feira, durante um jantar de apresentação de candidatos à Junta de Freguesia de Odivelas, em que estiveram mais de 300 pessoas, o secretário-geral do PCP fez duras críticas ao Governo que acusou de «pôr na gaveta o metro até Odivelas», afirmando que o Orçamento para 1998 «não contempla qualquer verba» para o efeito.

Segundo lembrou, foi o ministro do Equipamento, João Cravinho, que prometeu à Junta de Freguesia local, dominada pelos socialistas, a expansão do metro até à maior das três cidades do concelho de Loures.

O não cumprimento da promessa «é uma vergonha, mas a população há-de ir ao Ministério do Equipamento exigir a sua concretização», afirmou Carvalhas. E acrescentou: «Se há 220 milhões de contos de benefícios fiscais para os grandes senhores, também há dinheiro para o metro».

Manifestando o seu desacordo com o Orçamento de Estado aprovado naquele dia, Carlos Carvalhas caracterizou-o como «o Orçamento da moeda única e do bloco central, que favorece a concentração da riqueza e aprofunda as injustiças sociais e fiscais».

O dirigente comunista voltou a exigir «melhores pensões» insistindo que a Segurança Social tem os meios suficientes para aumentos mais significativos.

Bairros legalizados

Por sua vez, Demétrio Alves, que se recandidata à presidência da Câmara Municipal de Loures,

ladeado por Carlos Brito, director do nosso jornal e mandatário concelhio da CDU, criticou a maioria PS na Junta de Freguesia de Odivelas, «que só se preocupa com a mentira, a calúnia e em negativizar o trabalho da Câmara».

Demétrio Alves aproveitou para sublinhar que estão legalizados no concelho 100 bairros que eram ilegais, adiantando que «nos próximos quatro anos, se formos eleitos, como vamos ser, legalizaremos mais 50, para acabar de uma vez com os bairros ilegais em Loures».

Eduardo Baptista, o candidato da CDU na Freguesia de Odivelas, acusou a actual Junta de «atitudes autoritárias e antidemocráticas» e de ter retirado os pelouros aos eleitos da CDU, «com grande prejuízo para a população».

Contra a «inoperância» da actual Junta de Freguesia do PS, Eduardo Baptista defende «uma

autarquia cooperante com a Câmara Municipal, para dar nova vida à cidade de Odivelas».

Além do metro, garante que bater-se-á pela conclusão das acessibilidades a Lisboa, pelo arranque da construção do centro de saúde e hospital, segurança e policiamento, parques de estacionamento, zonas verdes, planeamento e ordenamento do território.

Ministros em campanha

O secretário-geral do PCP, que esteve na quinta-feira no Crato, concelho com maioria CDU obtida nas últimas eleições, participou ainda na sexta-feira num animado comício-festa realizado em Queluz, na sala dos bombeiros voluntários. No dia seguinte, a jornada começou com um almoço-convívio no Barreiro. Seguiu-se um encontro com reformados em Corroios e uma visita pelo concelho de Almada.

No domingo, Carvalhas esteve com os candidatos ao concelho de Cascais e mais tarde na Amadora onde participou num magusto-convívio realizado no refeitório da Câmara em Moinhos da Funcheira.

Perante quase mil pessoas que enchiam completamente o recinto, o dirigente comunista acusou o PS de estar a usar o aparelho de Estado para fazer campanha eleitoral. «Ministros que têm participado activamente em acções de campanha, a atribuição de cheques por governadores e a atribuição de rendimentos mínimos» foram alguns exemplos citados.

O secretário-geral do PCP referiu-se ainda à composição das listas CDU, lembrando que são as que mais mulheres integram, sobretudo como cabeças de lista, facto que considerou «também como uma homenagem às mulheres portuguesas que lutam pela igualdade».

Votar na CDU é «votar num grande projecto autárquico» afirmou, sublinhando que os comunistas lutam por uma gestão isenta, democrática e participada.

Ainda no domingo, Carvalhas participou num encontro-convívio em Santo António de Cavaleiros, na sede da Associação de Moradores, terminando a jornada em Camarate, onde teve lugar um comício-festa, no Águias de Camarate.



Encontro com reformados em Corroios



Encontro-convívio em Santo António dos Cavaleiros



Almoço da CDU em Cascais

CDU

Carlos Carvalho em visita ao concelho Com Almada no coração

O comício
na Academia
Almadense

«A nossa grande razão é termos Almada no coração», afirmou Maria Emília de Sousa na noite de sábado do comício da CDU na Academia Almadense. Foi com este espírito e esta dedicação ao concelho e à sua população que a actual presidente e candidata à Câmara Municipal de Almada acompanhou Carlos Carvalho numa visita a várias localidades da região.

«Ponha aqui o seu votinho
Uma cruz no quadradinho
Para a CDU ganhar
Que oposição taralhouca
O Couto a enfiar a touca
Para a vela se apagar»

Cantada com a melodia da popular «Ponha aqui o seu pezinho», esta letra fez parte de uma das canções do concerto de Nuno Gomes dos Santos e Samuel, que antecedeu o comício realizado na Academia Almadense. A sala, cheia, cantava em coro, entusiasmada. A casa enchia-se de gente de todas as idades, de autocolante ao peito e bandeira na mão. No total mais de um milhar de pessoas lotaram a Academia.

mente da Câmara de Almada - Maria Emília de Sousa anunciou como objectivo para o próximo mandato chegar aos cem por cento da rede de esgotos. Actualmente o saneamento do concelho atinge os 96 por cento, contrastando com os 55 por cento a nível nacional.

Uma das grandes preocupações da população de Almada é a habitação. Apesar desta questão caber essencialmente ao Governo, a Câmara Municipal, através do programa de erradicação de barracas, já construiu mil casas e irão ser levantados mais 2500 fogos.

Maria Emília destacou também o papel da autarquia no

infância foram construídos de forma a apoiar um crescimento equilibrado de todas as crianças. Uma medida muito importante implantada consiste no subsídio de alimentação aos mais necessitados. Também os idosos não foram esquecidos: têm à sua disposição centros de apoio, residências, lavandarias, programas de ginástica, bailes.

Câmaras da CDU consideradas excelentes

Nas palavras de Carlos Carvalho, em Almada «não há obra de fachada». Mas trata-se de «um trabalho fundamental para melhorar a vida dos cidadãos. Aquilo que nos faz trabalhar é responder a esta questão: como completar a vida ao ser humano».

Como salientou o secretário-geral do PCP na sua intervenção, o desempenho das autarquias da CDU é reconhecido inclusivamente por instituições oficiais. Carvalho referiu que,



Também Bruno Dias, membro da Comissão Política da JCP e candidato à Assembleia Municipal de Almada, sublinhou que «Almada é uma cidade jovem à medida de todos os jovens». Prova disso é o facto de este ser o concelho com mais bandas de música e grupos de teatro do país.

Com a Pousada da Juventude, a Casa Municipal da Juventude e a nova Casa da Juventude do Laranjeiro, os jovens têm cada vez mais espaços em Almada. Este é, pois, um concelho em crescimento atravessando um processo de rejuvenescimento, contando com a participação activa de 60 jovens candidatos nas listas da CDU.

Candidatos que conhecem as terras

Durante o dia, Carlos Carvalho visitou a Sobreda, a Charneca, o Monte de Caparica, a Trafaria e a Costa de Caparica, acompanhado pela candidata à CM de Almada, por Rogério Ribeiro, mandatário concelhio da CDU, e por Jorge Pires,

membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

«Pelo povo, para o povo», é assim que os candidatos desta força política assumem as suas intenções. Conhecedores das realidades das terras por onde se candidatam, estas mulheres e homens estão prontos para continuar um trabalho de anos, para melhorar o já construído e para implantar o que ainda falta.

Carlos Carvalho referiu a grande corrente de simpatia que rodeia a coligação em todo o país, inclusivamente nos Açores e na Madeira. Essa animação reflectiu-se em todas as localidades por onde o secretário-geral do PCP passou. Abraçado, aplaudido, cumprimentado pelo papel que a CDU e os comunistas desempenham na sociedade portuguesa, Carvalho lembrou que «a CDU é mesmo obra» em todas as áreas em que as autarquias têm intervenção, «uma obra imensa, reconhecida para além da coligação».

E é esta obra que irá ser continuada a partir de 14 de Dezembro, sempre com o apoio das populações.

Mil pessoas na Costa de Caparica

O jantar realizado na Costa de Caparica juntou o impressionante número de mil pessoas. Dos aperitivos à sobremesa, as conversas andaram à volta do projecto da CDU e dos objectivos já atingidos nos anteriores mandatos. Até porque as decisões dos eleitos da coligação para a CM de Almada fazem parte do quotidiano de todos os presentes. O bem-estar social, um nível crescente de cultura ou o aumento de equipamentos desportivos são disso reflexo.

Um milhar é um número. Mas o que representa? Qualquer um que estivesse presente na iniciativa conseguia chegar facilmente a uma resposta. Para demonstrar o seu apoio ao continuado desenvolvimento do concelho, todas aquelas pessoas reuniram-se para dizer que acreditam no projecto da coligação.

As mais atrasadas andavam de mesa em mesa, a procurar um lugar, pedindo licença para passar. «Ó camarada, aqui já não cabes!», e passava-se para a mesa seguinte até encontrar uma cadeira livre.

Tanta gente reunida com um objectivo comum, porque, como referiu Maria Emília de Sousa no fim da iniciativa, o intento é «uma vitória da CDU e de todos os almadenses».

Pouco antes, na inauguração da sede da campanha da CDU na Costa de Caparica (localidade actualmente com uma Junta de Freguesia dirigida pelo PSD), Maria Emília de Sousa apelou ao voto na coligação: «É preciso que estejamos todos a puxar para o mesmo lado», exclamou. A Câmara tem trabalhado para o aumento da qualidade de vida da população da Costa de Caparica. A construção da ludoteca, com a colaboração da JF e da Igreja, e de um centro de apoio aos seropositivos são disso exemplo.



Tal como se tem verificado em todo o país, também em Almada Carlos Carvalho foi acolhido com grande simpatia

«A obra que temos vindo a realizar no nosso concelho é motivo de orgulho, não só para nós mas para muitos almadenses e para a esquerda», declarou no comício Maria Emília de Sousa, actual presidente da Câmara Municipal de Almada e candidata da CDU àquele lugar.

A obra feita é imensa. Pegando na taxa de saneamento - um caso exemplar da política autárquica da coligação e particular-

combate à toxicoddependência, não apenas no auxílio às famílias com menos recursos mas principalmente na prevenção através do apoio ao movimento associativo, da construção de instalações para a prática de desporto, do incentivo às actividades teatrais, musicais, científicas e literárias.

Mas o trabalho da Câmara não se fica por aqui. Várias escolas, refeitórios e jardins de

de acordo com uma revista editada pelo Estado, 80 por cento das Câmaras CDU têm uma boa actuação. «Com um desempenho excelente são consideradas 23 autarquias, sendo 12 geridas pela CDU, seis pelo PS, quatro pelo PSD e uma pelo PP. Isto significa que mais de metade dos municípios considerados excelentes têm a marca da gestão da CDU», acrescentou.

Torres Couto o candidato do equívoco

José Manuel Maia, o candidato da CDU à presidência da Assembleia Municipal de Almada, acusou Torres Couto, o cabeça de lista do PS à Câmara Municipal de Almada, de ser cúmplice da (má) política levada a cabo pelo governo socialista no concelho.

O encerramento da Companhia Portuguesa de Pescas, da Sociedade de Reparação de Navios e da empresa «Parry & Son» e as consequentes centenas de despedimentos são disso reflexo. Outro exemplo dessa política reside na continuidade do pagamento de portagens na Ponte 25 de Abril e no seu provável aumento em mais de cem por cento, após a inauguração da Ponte Vasco da Gama.

Mas outra questão foi referida: «Queremos sobretudo que a Lisnave continue», afirmou José Manuel Maia durante o comício, aludindo à importância que esta empresa de construção e reparação de navios desempenha na economia da região e à sua anunciada transferência para o estaleiro da Mitrena.

«Nestas eleições, não terão grande sorte os forasteiros, os pára-quedistas, os objectos voadores não identificados», afirmou José Manuel Maia referindo-se à ignorância de Torres Couto em relação à realidade de Almada. Mas prontamente emendou: «Mas talvez a designação de "ovni" não seja o adjectivo mais correcto, talvez o mais apropriado seja "homem voador identificado"».

Para o actual presidente da Assembleia Municipal de Almada e da Assembleia da Área Metropolitana de Lisboa, Torres Couto «é um candidato do equívoco, porque presidente não será e insinua que vereador também não quer ser». «É um "homem voador identificado" que anda dois meses a sobrevoar Almada, para no dia 15 de Dezembro desaparecer», concluiu.



Jantar na Costa de Caparica, depois da inauguração da sede de campanha da CDU

EMIGRAÇÃO

Chumbado aumento de verba para o CCP

A proposta do PCP, de atribuição de uma verba de 100 mil contos no Orçamento do Estado, a juntar aos «irrisórios» 29 mil propostos pelo Governo para o Conselho das Comunidades Portuguesas, foi derrotada na Comissão Parlamentar de Economia e Finanças com o voto contra do PS e a abstenção do PSD.

A denúncia cabe à Direcção da Organização na Emigração do PCP, para quem o PS e o PSD, ao inviabilizarem uma proposta que visava dotar o CCP das condições mínimas para o efectivo cumprimento das suas funções, deram mostras de «desprezo» por este Conselho. Os emigrantes portugueses, diz o PCP, podem agora tirar as suas conclusões sobre a incapacidade dos deputados do PS e do PSD eleitos pela emigração para defenderem os seus interesses.

FIGUEIRA DA FOZ

CDU de «consciência tranquila»

A Comissão Concelhia da Figueira Foz, analisando a situação política e o trabalho decorrente da preparação das eleições autárquicas, considera que o comportamento do PS e do PSD, pelas acusações e ataques estereótipos em que se desdobram, contrasta com a serenidade da CDU, que lhe advém da «consciência tranquila». Quanto aos problemas laborais e sociais do concelho, os comunistas destacam as situações do Matadouro Municipal, cujo encerramento perspectiva o desemprego de 30 trabalhadores; da CP/EMEF, onde se mantêm as preocupações em relação ao futuro dos seus 200 postos de trabalho; na Scotwool, onde persiste a dívida do subsídio de férias aos trabalhadores.

Também a Indústria Naval merece o destaque da concelhia do PCP, face à opção governamental de afastar designadamente os Estaleiros Navais do Mondego da construção de lanchas para a Brigada Fiscal da GNR. Daí que esta Concelhia do PCP tenha proposto ao seu Grupo Parlamentar, através do deputado António Filipe, para dar a estas questões o «necessário e adequado» encaminhamento na Assembleia da República.

PORTO

Solidariedade com Timor-Leste

No dia 12 de Novembro, por ocasião da passagem de mais um aniversário do Massacre de Santa Cruz, a Direcção da Organização da Cidade do Porto do PCP manifestou publicamente a sua «inteira solidariedade à causa do Povo de Timor-Leste, à sua luta pelo direito à autodeterminação e contra as violências praticadas pelos ocupantes».

Ao mesmo tempo, a DOCP associou-se a todas as iniciativas promovidas na cidade do Porto, visando a defesa da liberdade e dignidade do Povo Timorense.

AÇORES

Afinal, que projectos de cooperação?

O Secretariado do PCP-Terceira, face às posições contraditórias dos delegados dos Açores na Comissão do Acordo Luso-Americano (um divulgando, em Junho, que em Agosto os norte-americanos entregariam o Rebocador para operar no Porto da Praia da Vitória, outro divulgando, agora, que os projectos de cooperação são nulos), considera que para eles há apenas um único caminho: a demissão! O Governo Regional tem o dever de nomear um grupo de negociadores capaz de fazer funcionar a cooperação estabelecida na base do Acordo das Lajes, diz o PCP. E de, findos os trabalhos entre os peritos dos EUA e as autoridades portuguesas da Região, divulgar as áreas de cooperação. Entende ainda os comunistas que, na reunião bilateral que no final do mês se realiza entre os EUA e o Ministério dos Negócios Estrangeiros português, o Governo Regional deve informar que a cooperação não funciona e pressionar no sentido da eventual suspensão do Acordo da Base das Lajes, caso os norte-americanos não respeitem as regras estabelecidas por ambas as partes.

LAMEGO

Convívio comemora Outubro

No quadro das comemorações do 80º aniversário da Revolução de Outubro, realizou-se no Centro de Trabalho de Lamego do PCP, um convívio de militantes dos concelhos de Lamego, Resende e Tarouca, sendo que à noite, em Lamego e Tarouca, as respectivas organizações assinalaram o evento com o lançamento de morteiros e fogo de artifício.

LAVRADIO

Iniciadas as obras do novo Mercado

«A CDU promete e cumpre», diz em comunicado de imprensa a Comissão de Freguesia do PCP de Lavradio, manifestando o seu regozijo pelo arranque das obras do novo Mercado, aspiração antiga da população. Quer a Junta de Freguesia quer a Câmara Municipal, nas respectivas áreas de atribuições e competências, cumpriram os seus programas eleitorais, garante ainda a Comissão de Freguesia do PCP, enumerando algumas acções de «que hoje o Lavradio se orgulha». E que vão do diálogo com as forças vivas da freguesia à instalação do Núcleo Museológico na Igreja, ao arranjo da Rotunda, de passeios e pavimentações, da Av. das Nacionalizações, do Terminal da UFA, à manutenção de Parques infantis ou à criação de várias zonas verdes.

PIDDAC agrava assimetrias regionais

O Orçamento do Estado para 1998, muito particularmente às verbas inscritas no PIDDAC, têm merecido uma crítica generalizada por parte das organizações do PCP que acusam o Governo de não contribuir, contrariamente ao quem afirmado, para a coesão e solidariedade nacional.

As Direcções das Organizações Regionais de Évora e de Portalegre do PCP consideram em comunicado que a política do Governo, de agravamento das «desigualdades sociais, da injustiça fiscal e da própria coesão nacional», está patente nas verbas inscritas no PIDDAC para os três distritos de Alentejo - Beja, Évora e Portalegre.

Assim, em 1998, o Alentejo recebe somente 4,9% do total nacional dos investimentos realizados (incluindo verbas previstas no PEDIZA), ou seja, a mesma percentagem do OE de 1997. E no que se refere concretamente ao distrito de Évora, se em 1997 a percentagem afectada era já somente de 1,6%, em 1998 ela baixou para 1,3%. Em Portalegre, os escassos 1,98% em 1997 atribuídos, baixaram em 1998 para 1,6%. Entretanto, com base nos mesmos critérios, Lisboa e Porto, conjuntamente, passam de 44,7 para 50%.

Estes números desmentem a propaganda do Governo e mostram claramente não existir uma

política de combate às assimetrias regionais, afirma o PCP, lembrando que em oito distritos do interior o peso do PIDDAC desceu de 17,5% para 14,7%.

Quanto à reprogramação do QCA II, os comunistas consideram «vergonhosa» a decisão tomada pelo Governo relativamente ao Alentejo, de aprovar um reforço de apenas 3 milhões de contos (o menor de todos os programas regionais), quando o Conselho da Região havia aprovado a necessidade de um aumento de 25 milhões e o próprio gestor da confiança do Governo havia proposto um aumento de 10 milhões de contos. Como «vergonhosa» foi também, segundo o PCP, a atitude do Presidente da CCRA, dr. José Ernesto, de abandonar a reunião no momento de decisão do «miserável» reforço de verba para o Alentejo.

Com uma tal política, acusam por fim os comunistas, o Governo agrava as condições de vida e trabalho dos jovens e fomenta a desertificação do interior do País e do distrito.

Leiria

Por sua vez, a DORLEI denuncia o facto de o distrito de Leiria, pelo terceiro ano consecutivo, se ver relegado no investimento da Administração Central para uma posição marginal no contexto dos distritos da Região Centro Litoral.

O anúncio do ministro João Cravinho, de que Leiria teria um investimento de 45 milhões de contos em 1998, não só não se confirmou como revelou ter apenas servido para dezenas de visitas e promessas de ministros e secretário de Estado ao distrito.

Entretanto, o Governo, com o anúncio que agora faz, de atribuição de uma verba de 19,8 milhões de contos de investimento para 1998, contra os 8,6 milhões de 1997, pretende fazer passar a ideia - falsa - de ter havido um reforço do investimento no distrito. Quando, na verdade, estes números resultam de um expediente por si utilizado de empolamento artificial do investimento, que se traduz pela inclusão na proposta do PIDDAC de um conjunto de programas que nunca tinham sido regionalizados (RETEX, SAJE, SIR, RIME e PEDIP).

Assim, afirma o PCP, a situação do investimento no distrito de Leiria não só não é de aumento como é precisamente a con-

trária, ou seja, de um decréscimo relativamente a 1997.

Santarém

Também os comunistas de Santarém se queixam de discriminação na distribuição de verbas aos municípios do distrito, feita de acordo com a cor política dos mesmos.

Enquanto quatro municípios do PSD têm um investimento de 1 milhão e 662 mil contos (415 mil contos por município) - denuncia a Direcção da Organização Regional de Santarém -, 6 municípios da CDU têm 1 milhão e 211 mil contos (201 mil contos cada) e 11 municípios do PS têm 19 milhões e 617 mil contos, ou seja, a média de 1 milhão e 783 mil contos cada.

Com «a agravante», diz o PCP, de dois dos municípios que menor investimento têm a nível distrital - Golegã e Alpiarça - serem simultaneamente os que menos recebem de FEF e, «curiosamente», ambos da CDU.

A DORSA garante, entretanto, que, apesar dessa discriminação, a CDU nos seus municípios continuará a fazer «com o pouco» que lhe foi atribuído «muito mais» que os municípios PS. Porque a CDU gere «de modo mais capaz, com trabalho, honestidade e competência».

Álvaro Cunhal em Setúbal

É preciso continuar a luta por uma sociedade nova

«O significado actual da Revolução de Outubro» foi tema de um debate promovido pela Direcção da Organização Regional de Setúbal, na sexta-feira passada, em Setúbal, com a participação de Álvaro Cunhal.

Cerca de 300 pessoas, comunistas e não comunistas, na sua maioria dirigentes sindicais e membros de comissões de trabalhadores, encheram completamente a centenária Sociedade Musical Capricho Setubalense, participando atenta e entusiasticamente num debate onde, ao longo de três horas, aconteceu História.

O papel da classe operária e o surgimento do Partido da classe operária, o impulso dado pela Revolução de Outubro ao desenvolvimento do movimento operário e sindical, a natureza do capitalismo na actualidade

foram algumas das questões sobre as quais Álvaro Cunhal se debruçou.

Falando da ofensiva desenvolvida pelo capitalismo contra a Revolução de Outubro, o dirigente comunista alertou para o facto de, 80 anos decorridos sobre aquele que foi «o mais importante acontecimento» do século XX, ela se verificar ainda hoje, através do recurso à deturpação e à mentira. Foi, no entanto, «a primeira vez na história da humanidade em que os trabalhadores foram protagonistas do seu próprio destino e ousaram construir uma nova sociedade», salientou Álvaro Cunhal, assegurando que a desagregação da URSS não tinha posto fim ao comunismo. Pelo contrário, o comunismo não só não morreu como mostrou ser possível «uma socieda-



Em Portugal, podemos tirar ensinamentos da Revolução de Abril para evitar erros no futuro, disse Álvaro Cunhal em Setúbal

de sem explorados e sem exploradores».

O que falhou não foi o ideal comunista, frisou ainda Álvaro Cunhal, apontando como «grandes erros» o afastamento da linha preconizada por Lenine e a distanciação do povo, o ter-se erigido o marxismo-leninismo «de ideologia de Partido em ideologia de Estado».

Mais à frente, Álvaro Cunhal, abordando a situação política actual e a subordinação da política dos últimos governos aos interesses do capital, propôs uma viragem nesta política e reafirmou o papel do PCP e do seu ideal como cada vez mais

necessários. Entretanto, respondendo a diversas intervenções e questões colocadas pela assistência, Álvaro Cunhal teve ainda oportunidade de abordar temas como o eurocomunismo ou os comunistas e a religião.

Por fim, dirigindo-se em particular aos muitos jovens que participavam interessadamente no debate, Álvaro Cunhal disse acreditar na juventude para construir o futuro. E deixou, à laia de conclusão, uma nota de confiança: «A nossa missão é continuar a lutar, com esperança, à procura de uma sociedade nova, construída por nós».

CAMARADA FALECIDOS

Agostinho Manuel Dias Ribeiro

Faleceu, recentemente, com 47 anos, o camarada Agostinho Manuel Dias Ribeiro. Foi membro do Organismo de Direcção do Sector dos Transportes, onde estava organizado. Era dirigente do Sindicato da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas.

Aos familiares e amigos do comunista falecido o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Trabalhos motivados pelos temporais



O Parlamento aprovou por unanimidade um diploma que estabelece um regime excepcional de contratação pública para

adjudicação de trabalhos motivados pelos recentes temporais que se abateram nos Açores e nos distritos do Sul do Continente. Este projecto de lei, que originariamente partiu do PCP mas logo teve a adesão das restantes bancadas, estabelece concretamente a dispensa de alguns procedimentos nos referidos contratos, aproveitando assim a experiência positiva adoptada no regime excepcional estabelecido aquando do incêndio ocorrido no edifício da Câmara de Lisboa.

Portagens do Oeste



Os partidos da oposição consideram de todo em todo improvável que o Governo utilize qualquer recurso

jurídico para repor as portagens no Oeste. Mas se tal vier a acontecer, advertem, não hesitarão em chamar ao Parlamento para apreciação e consequente "chumbo" o decreto-lei que o Governo vier a subscrever sobre a matéria. Recorde-se que a possibilidade de o Governo avançar com um decreto-lei para repor as portagens no Oeste não foi excluída por alguns deputados da bancada socialista e o próprio ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, João Cravinho, admitiu, no Parlamento, que o Governo utilizará "todos os meios jurídicos ao seu alcance" para que as portagens no Oeste venham a ser uma realidade. Um "acto de rebelião sem sentido", assim classifica Luís Sá a hipótese de o Governo vir a revogar uma decisão do Parlamento através da aprovação de um decreto-lei. "Isso corresponderia claramente a uma coisa: uma minoria não aceitar a vontade maioritariamente expressa no Parlamento", acentuou Luís Sá, que considerou ainda "muito duvidoso que o Governo tenha competência para aprovar decretos-leis que contrariam decisões da Assembleia da República". Seria, em sua opinião, uma "manifesta ruptura com o princípio da supremacia legislativa parlamentar", que "só poderia ocorrer num quadro de má-fé".

Viagens de deputados



Almeida Santos afirma estar disposto a ir até às últimas consequências no esclarecimento das eventuais irregularidades em

viagens dos deputados da Assembleia da República. "Vou até ao fim nesta questão. Há irregularidades, vamos esclarecê-las", disse o presidente do Parlamento, em entrevista ao "Diário de Notícias" do Funchal. Para além do Inquérito da AR, Almeida Santos revela ter solicitado também um outro à Procuradoria-Geral da República e uma auditoria ao Tribunal de Contas. Questionado sobre se esta questão não vem manchar a imagem do Parlamento nacional, Almeida Santos contrapõe que "mancharia muito mais se nos ocultássemos e se procurássemos disfarçar o que aconteceu".

Referendo sobre regiões
PCP clarifica
trapalhada do Governo

A Assembleia da República aprecia hoje os diplomas relativos ao referendo das regiões administrativas. Em debate estarão iniciativas legislativas subscritas pelo Governo, PSD e PCP. Para o Grupo comunista, que entregou o seu projecto na semana transacta, em causa está a necessidade de definir a validade do referendo sobre as regiões. Esta é ainda, do seu ponto de vista, uma oportunidade para proceder à clarificação do que considera ser a "enorme embrulhada" em que o PS, por via das suas "chantagens, hesitações e recuos", colocou o processo de regionalização, "com perigosas consequências para a sua própria viabilidade".

A "trapalhada do Executivo e do PS", recorde-se, vem desde a

inclusão da obrigatoriedade do referendo às regiões na Constituição, até à actualização dos cadernos eleitorais, passando pela pergunta a propor na consulta popular.

Apresentado em conferência de imprensa pelo deputado João Amaral, o projecto de lei comunista preconiza que na consulta sobre as regiões, e só para essa, se aplique o princípio de que ela é vinculativa "qualquer que seja o número de votantes". Significa isto, se o "sim" ganhar, independentemente do valor da abstenção, que "a regionalização deve avançar". Se o "não" for maioritário "o processo deve ser reformulado", observou João Amaral.

Não estando em causa o carácter obrigatório do referen-

do, de acordo com a Constituição, a verdade é que o Governo fez uma "interpretação perversa" da Lei Fundamental, na medida em que apresentou uma proposta de lei que opta por um regime especialmente gravoso face ao regime geral, ou seja, em que a consulta só tem valor vinculativo se nela votarem mais de 50 por cento dos eleitores inscritos.

Com efeito, enquanto para os referendos, em geral, como explicou o parlamentar do PCP, a resposta negativa "só é vinculativa (tal como a afirmativa) se houver mais de 50 por cento de afluência às urnas", no regime defendido pelo Governo e pelo PSD, "qualquer resposta negativa seria vinculativa, fosse qual fosse o número de votantes".

Mais: "uma resposta positiva só permitiria o prosseguimento do processo se fosse uma votação com mais de 50 por cento; no caso contrário, a resposta afirmativa equivaleria a uma negativa, impedindo o prosseguimento do processo".

"Quem faz esta construção jurídica absurda, tendenciosa e perversa, está decididamente contra as regiões administrativas e acha que elas figuram na Constituição para... não serem concretizadas", concluiu João Amaral.

Daí o entendimento da formação comunista no sentido de, no caso do "sim" ser maioritário mas o número de abstencionistas ser superior ao de votantes, o referendo apenas ter carácter consultivo, cabendo ao legisla-

dor (Assembleia da República) pronunciar-se.

Acresce ainda, como recordam os deputados comunistas no preâmbulo do seu projecto, que a consulta directa sobre a instituição em concreto das regiões versa sobre "uma lei já aprovada e publicada, de realização obrigatória, que condiciona a concretização de uma instituição constitucional".

"O que é vinculativo neste processo para os órgãos de soberania é a própria criação e instituição das regiões administrativas no continente", refere o diploma, acrescentando que esta é uma situação "que não está na disponibilidade dos órgãos de soberania, pois estes estão sujeitos a um dever constitucional".

OE para 1998

Um Orçamento de insensibilidade social

O Orçamento do Estado para 1988 conheceu finalmente o seu epílogo. Com a votação final global, sexta-feira passada, PS e PSD viabilizaram o que já se sabia estar entre si acordado: a passagem do Orçamento da moeda única. Um mês passado sobre o início da sua apreciação na generalidade, pode dizer-se, o Orçamento sai do Parlamento como entrou. Sem nenhuma beliscadura em qualquer das suas traves essenciais. E tudo porque o PSD o abraçou.

Claro está que este entendimento estrutural entre o PS e o PSD que garantiu a aprovação do Orçamento viciou o jogo, como bem lembrou João Ama-

ral, acabando por transformar todo o processo numa "espécie de farsa política".

Mas o que verdadeiramente importa reter - e os deputados comunistas não se cansaram de o salientar - é que o Orçamento "deixa sem resposta as necessidades do País", mantém e até agrava a injustiça fiscal, prossegue a política de favores ao grande capital, acentua o desequilíbrio na distribuição do rendimento nacional em prejuízo do trabalho, bloqueia a resposta aos anseios das camadas mais desfavorecidas como os reformados e pensionistas.

Uma orientação que vem na linha da opção estratégica pela

moeda única assumida pelo PS. "O Governo PS, na continuidade do Governo PSD, tomou esta opção como uma espécie de inevitabilidade de sucesso antecipadamente garantido", assinalou João Amaral, antes de fazer notar, todavia, que "ninguém explicou onde está a inevitabilidade, quem dá a garantia de sucesso e onde estão as vantagens".

Quanto às desvantagens, essas sim, enfatizou, "estão à vista, nas políticas económicas e orçamentais restritivas que estão a ser seguidas; está à vista no claro domínio que as grandes potências vão ter no controlo da política monetária".

Foi, pois, para esta realidade multifacetada que a bancada comunista tratou de chamar a atenção, pondo simultaneamente em evidência o facto de o Governo, em paralelo com a sua recusa em aceitar medidas tendentes a corrigir desigualdades, não ter hesitado em subscrever propostas que, no mínimo, revelam uma enormíssima insensibilidade social.

"Não espanta, assim que este Orçamento vá ficar conhecido pelo orçamento da ostra", ironizou João Amaral, no debate final, referindo-se à proposta de redução do IVA para as ostras e comida de animais apresentada pela bancada socialista. Uma

proposta que serviria ainda para o deputado comunista mostrar até onde pode ir uma "insensibilidade tecnocrática despida de vivência humana".

"O Orçamento onde o PS fechou a porta a um real impulso à economia, a um aumento mínimo de três mil escudos para os reformados, à correcção da insuportável situação dos professores reformados antes de 1989", sublinhou João Amaral, é o mesmo Orçamento, acrescentou, que mereceu do PS "todo o empenho no sentido do desagravamento fiscal das ostras e da comidinha dos «bobis» e «tarecos» do pessoal da alta".



O Governo não foi sensível ao apelo do PCP para que fossem melhoradas as pensões mais degradadas

As propostas que o PS recusou

Foram muitas as propostas de alteração subscritas pelos deputados comunistas no decorrer do debate do Orçamento do Estado, em sede de especialidade. Incidindo grande parte delas em matéria de fiscalidade, visaram, nos seus objectivos, obter uma "maior justiça fiscal". Outras propostas tiveram por base a necessidade de corrigir situações de extrema injustiça ou de responder às carências de camadas mais desprotegidas, como sucede com grande parte dos reformados e pensionistas.

Insensível aos argumentos e aos propósitos visados, a bancada socialista chumbou-as praticamente na totalidade, evidenciando serem outras as preocupações do Governo.

Recusada foi, por exemplo, a proposta comunista que previa uma actualização extraordinária das pensões mínimas no valor de três mil escudos. Contribuir para melhorar as condições de vida dos mais necessitados, como assinalou o deputado comunista Lino de Carvalho, era um dos objectivos desta proposta, tanto mais viável quanto é certo que a Segu-

rança Social apresentou nos últimos três anos saldos positivos que ultrapassam os 260 milhões de contos.

Não menos escandalosa foi a não aceitação da proposta de correcção extraordinária das pensões dos professores aposentados antes de 1989. Também neste capítulo a bancada socialista fez orelhas moucas ao apelo dos deputados comunistas para que fosse corrigida a situação de grave injustiça em que se encontram aqueles docentes aposentados, impedindo concretamente a correcção extraordinária das suas pensões degradadas. Recorde-se que existem hoje professores aposentados no topo da carreira com 40 anos de serviço que recebem o mesmo que um professor em início de carreira.

Nota de registo merece ainda o chumbo pelo PS de uma outra proposta do PCP que estipulava um apoio extraordinário às vítimas dos recentes temporais, designadamente na Região Autónoma dos Açores, no Algarve e na Área Metropolitana de Lisboa.

TRABALHADORES

Agravam-se os problemas sociais

Manifestação no Barreiro aponta razões e soluções

A continuação da política de privatizações e de destruição do aparelho produtivo nacional é a principal causa de aumento do desemprego e de degradação das condições de vida das classes trabalhadoras — acusa-se na resolução aprovada dia 13.

A jornada de luta, que reuniu cerca de um milhar de pessoas e foi iniciada com uma concentração no Parque Catarina Eufémia, foi promovida pelas organizações representativas de trabalhadores do Barreiro e pela União dos Sindicatos de Setúbal. Esta, no comunicado em que apelava à participação no protesto, afirmava que «os dados revelados e as situações concretas vividas nos vários sectores de actividade e na população do concelho do Barreiro são a confirmação de que a política social e económica desenvolvida pelo actual Governo do PS não resolve, antes agrava, os problemas, dando mesmo origem ao aparecimento de outros».

A estrutura distrital da CGTP salientava que «há razões, exigimos soluções», acusando o executivo de Guterres de já ter provado

que «primeiro estão os interesses dos grupos económicos». «Perante o actual quadro de problemas do concelho, temos razões objectivas para exigir alterações significativas e medidas que estabilizem a vida das pessoas, que potenciem a esperança no futuro».

A continuação da luta marca o conteúdo da resolução aprovada durante a jornada de protesto. Em nove pontos, afirma-se a disposição de prosseguir o combate contra os despedimentos e o desemprego, pelo fim da política de privatizações e desmantelamento das empresas; por um significativo aumento real dos salários e por aumentos substanciais para os reformados e pensionistas (que recebem 21 contos ou, no máximo, 30); pelo prolongamento do subsídio para os desempregados de longa duração



Os problemas agravam-se porque a política de direita não foi alterada pelo Governo PS, para o qual são prioritários os interesses dos grupos económicos — acusam os trabalhadores do Barreiro

com mais de 50 anos; pela antecipação da idade da reforma a quem tenha 40 anos de contribuições; por uma política alternativa que coloque os trabalhadores e as populações em primeiro lugar.

Foi também decidido «reivindicar ao Governo, juntamente com a população do

Barreiro, a disponibilização de verbas para a construção de infra-estruturas importantes para a cidade, nomeadamente, a passagem desnivelada da Recosta, o Centro de Saúde do Lavradio e a escola alternativa à Mendonça Furtado».

Na situação social e laboral do concelho, são apontados, como motivos de grande preocupação para os trabalhadores e os sindicatos, os problemas vividos na Petroquímica, na Quimigal, na Plasquisa, no Grupo Esence (Sociedade Nacional Corticeira), na Norport, no grupo CP e na Administração Pública, tal como a

situação dos reformados e pensionistas.

Defender a Soflusa

Em plenário realizado na passada sexta-feira, os trabalhadores da Soflusa reclamaram que «rapidamente seja anunciada um plano de investimentos» para a empresa, «com vista, sobretudo, à modernização da frota, que está antiquada, de modo a que possa prestar um serviço mais cómodo, mais seguro e mais rápido».

Uma resolução aprovada pelo pessoal da transportadora

fluvial e divulgada pela Federação dos Ferroviários repudia o facto de Governo e CP persistirem em não avançar medidas para modernização e desenvolvimento da Soflusa, chegando o presidente da CP a aceitar a possibilidade de extinguir a empresa, avançada em várias notícias sobre o futuro da travessia fluvial do Tejo.

As posições dos trabalhadores vão ser transmitidas ao Governo e aos grupos parlamentares. Para dia 4 de Dezembro ficou marcado novo plenário, mas na resolução o pessoal da Soflusa afirma desde já «toda a sua disponibilidade para desenvolver formas de luta, incluindo a greve».

Mais 40 escudos por dia
Proposta «vergonhosa»
dos patrões do calçado

Para o Sindicato dos Operários da Indústria do Calçado, Malas e Afins de Aveiro e Coimbra, é «vergonhosa» a proposta de aumento de 40 escudos diários avançada pelo patronato, podendo o protesto dos trabalhadores levar mesmo à realização de uma manifestação.

Em plenário realizado dia 12, o sindicato considerou que a proposta de aumento apresentada na véspera pelos patrões do calçado e a recusa de alteração do subsídio de alimentação merecem «o mais vivo repúdio» e constituem «uma provocação a quem trabalha».

Aquela «proposta miserável visa aumentar a exploração dos trabalhadores», disse um dirigente sindical à Lusa, realçando que «o sector está bem economicamente, sendo a qualidade dos produtos cada vez maior e a competitividade excelente» e exigindo que, pelo contrário, «terá de haver uma melhoria da distribuição de riqueza que privilegie os salários».

O plenário exigiu que a associação patronal apresente uma tabela salarial justa, aceite a actualização do subsídio de alimentação e a promoção automática de segunda a primeira categoria. Caso o patronato mantenha as suas posições, o sindicato partirá para a realização de plenários de trabalhadores nas principais empresas «para discutir formas de luta e a realização, a 1 de Dezembro, de uma manifestação nas ruas de S. João da Madeira», com o objectivo de «mostrar a indignação dos trabalhadores do sector, que ganham salários de miséria, enquanto os industriais esbanjam a riqueza produzida por quem trabalha».

O plenário acusou o patronato de atrasar o processo negocial do contrato colectivo de trabalho e apelou aos trabalhadores para não laborarem mais de 40 horas a partir de 1 de Dezembro.

Readmitida grávida

A operária que fora impedida de trabalhar numa fábrica de calçado de Santa Maria da Feira, alegadamente por estar grávida de um superior hierárquico, foi segunda-feira readmitida ao serviço. «Devido à mobilização e intransigência do sindicato, ao fim de mais de 30, dias o patrão da empresa Fernando Pinho Ferreira cedeu finalmente, tendo reintegrado a trabalhadora Clara Santos» — afirma-se num comunicado do Sindicato dos Operários da Indústria de Calçado dos Distritos de Aveiro e Coimbra, citado pela Lusa.

Clara Santos, grávida de oito meses, encontrava-se impedida desde 13 de Outubro de retomar o seu trabalho. Na nota de culpa, a gerência explicava que o «mal-estar» e a «instabilidade» devido ao alegado envolvimento entre a trabalhadora e o encarregado provocaram «uma redução da produtividade» e «prejuízos» para a empresa.

A operária, que não aceitou a decisão, apresentou-se todos os dias ao trabalho, tendo sido sempre impedida de retomar funções pela gerência, situação que motivou a apresentação de uma queixa sindical à Inspeção Geral de Trabalho. Na segunda-feira, trabalhadores de várias empresas do sector do calçado concentraram-se junto às instalações da «Fernando Pinho Ferreira», manifestando a sua solidariedade para com Clara Santos. Uma moção de solidariedade acabou por não ser entregue ao patrão da fábrica, pois entretanto a trabalhadora foi informada de que poderia retomar funções.

Protesto e solidariedade na Fimper-Previdente

Teve ampla participação o plenário de solidariedade convocado para a passada quinta-feira junto às instalações da Fimper, empresa do parque industrial Previdente que despediu, em Outubro, o dirigente sindical João Moura, alegando extinção do posto de trabalho.

«Pelo que se sabe do funcionamento da referida empresa, o argumento é infundado e radica sobretudo na tentativa de afastar definitivamente dos seus quadros este dirigente e activista sindical», acusa a Comissão Concelhia do PCP, numa nota divulgada dia 11 em que afirma que «acontecimentos desta natureza só têm lugar porque a política de direita de sucessivos governos do PSD e do actual Governo PS estimula e dá cobertura à ofensiva do patronato contra os

direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores»

O plenário de dia 13 teve lugar por iniciativa da União dos Sindicatos de Lisboa e das delegações sindicais de Vila Franca de Xira, integrando-se na luta pela reintegração daquele trabalhador. O despedimento foi já contestado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, que exigiu a sua suspensão em tribunal.

No plenário participaram dezenas de dirigentes sindicais de diferentes sectores, membros de comissões de trabalhadores e delegados sindicais de outras empresas do concelho, autarcas (registando-se intervenções do presidente da Assembleia Municipal, José Ernesto Cartaxo, e da presidente da JF do Sobralinho, Quitéria Mendes, e uma mensagem do presidente da CM de Vila Franca, Daniel Branco) e populares.

Trabalhadores do Parque Industrial Previdente, em que se integra a Fimper, que estavam também nessa tarde reunidos em plenário no interior das instalações, decidiram juntar-se aos que, no exterior, protestavam contra o despedimento de João Moura. Por alguns minutos, foi cortado simbolicamente o trânsito na EN10. Aos automobilistas foi distribuído um folheto explicando os motivos desta acção.



Um plenário à porta da empresa expressou a condenação do despedimento e a solidariedade para com João Moura

TRABALHADORES

Uma quinzena para intensificar a luta CGTP exige 40 horas em vigor antes das eleições

Duas carcaças

O aumento das pensões do regime geral corresponde, por dia, ao valor de dois pães tipo carcaça, protestou na semana passada a União dos Sindicatos de Coimbra. «Os reformados e pensionistas irão ter da Solidariedade Social uma espécie de esmola de duas moedas de 20 escudos por dia, para fazer frente à inflação», lê-se numa nota divulgada pela estrutura distrital da CGTP.

Gás parou

O primeiro de dez dias de greve dos trabalhadores do Grupo Gás de Portugal, na segunda-feira, registou uma adesão de 90 por cento, segundo os sindicatos do sector revelaram à Agência Lusa. A greve decorreu no período das zero às oito horas, tal como acontecerá amanhã e sábado e ainda nos dias 26 e 27 de Novembro e 1, 2, 6, 7 e 11 de Dezembro. Os trabalhadores exigem que a administração da GDP continue a negociar um aumento do subsídio de turnos. O protesto, suscitado pela Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás e pelo Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, arrastou-se há vários meses, tendo os trabalhadores do Grupo GDP realizado já vários períodos de greve em Julho, Agosto, Setembro e Outubro.

Plenário na TVI

Os jornalistas da TVI rejeitaram dia 12, em plenário, qualquer possibilidade de despedimento e as formas de «coacção psicológica» que estão a desestabilizar o funcionamento da redacção. O plenário de redacção realizou-se depois de alguns jornalistas terem sido contactados pela administração da empresa, que lhes propôs a rescisão dos contratos de trabalho por mútuo acordo, noticiou a Lusa, citando ainda um comunicado, aprovado pelo plenário, em que se revela que a Direcção de Informação da TVI garantiu aos jornalistas que todos são indispensáveis para a continuação do projecto da televisão.

Autonomia e gestão

Cerca de 600 professores participaram no encontro sobre autonomia e gestão das escolas, que a Fenprof promoveu nos dias 13 e 14, em Lisboa, com o objectivo de permitir uma ampla participação na definição dos princípios e da legislação que vai reger o futuro próximo do ensino. O encontro pretendeu também denunciar a intenção do Governo de tomar decisões «à revelia de qualquer discussão alargada entre os principais interessados».

A partir de 1 de Dezembro, nenhum trabalhador deve ser obrigado a cumprir um horário normal superior a 40 horas semanais, reclama a CGTP, denunciando o logro das divergências simuladas entre o Governo e o Grupo Parlamentar do PS e alertando para os perigos que podem vir com a transposição de uma directiva comunitária sobre tempo de trabalho.

O coordenador da CGTP-IN preveniu, no passado sábado, que «o Governo e o Grupo Parlamentar do PS vão adiar para depois das eleições autárquicas a transposição da directiva comunitária sobre tempo de trabalho». Segundo Carvalho da Silva, citado pela Lusa, «o primeiro-ministro e os deputados do PS vão fazer com que a votação da directiva só aconteça depois das eleições, pensando que isso lhes dá margem de manobra para só adoptarem uma parte do documento», o que exige dos trabalhadores que se mantenham «vigilantes e atentos».

O sindicalista falava perante seis centenas de trabalhadores, reunidos numa praça de Pevidém, no concelho de Guimarães, em mais uma jornada de luta pela aplicação integral da lei que determina a redução dos horários de trabalho para 40 horas semanais, a partir do próximo dia 1 de Dezembro.

A concentração, que contou com trabalhadores das fábricas têxteis Coelima, Lameirinho e Têxteis Tarf, entre outros, obrigou a um corte de 50 minutos da estrada Famalicão-Guimarães.

Carvalho da Silva sublinhou que «a transposição da directiva comunitária pode ser feita

contra os interesses de quem trabalha, através de uma interpretação governamental que confirme aquilo que já se passa com a aplicação subversiva pelo patronato da lei de redução do tempo de trabalho».

«O Governo e o PS estão prestes a agendar a discussão da directiva no parlamento, apenas porque a CGTP tem vindo a exigir-lo», frisou, expressando o receio de que a transposição «mexa, de novo, contra os trabalhadores, em questões como a flexibilização e o trabalho por turnos». A propósito, Carvalho da Silva recordou que, na reunião que o presidente da Comissão Europeia Jacques Santer manteve esta semana em Bruxelas com dirigentes sindicais europeus, o tema principal em debate foi o da redução do tempo de trabalho.

Apelando a que «ninguém esmoreça na luta, porque a redução do tempo de trabalho é

inevitável a curto prazo», sustentou que a diminuição do número de horas de trabalho levará a redução do desemprego e à criação de novos postos de trabalho.

A CGTP tem em curso uma quinzena de lutas para reclamar a efectiva redução dos horários para o limite semanal das 40 horas. Além das acções junto de empresas que se furtam ao cumprimento da lei, bem como junto de delegações da Inspeção Geral do Trabalho e governos civis, na quinzena inserem-se também um concerto de solidariedade - marcado para este sábado à tarde, em Guimarães, com os músicos Sérgio Godinho, Vitorino e João Afonso, e ao qual se seguirá um desfile - e uma concentração em Lisboa, na próxima quinta-feira, dia 27.

Na sua intervenção em Pevidém, Carvalho da Silva insistiu que «é importante que ninguém desista desta luta» e salientou

que a «Quinzena» servirá para alertar os trabalhadores não só para a necessidade de redução para 40 horas da semana efectiva de trabalho, mas também para que, por todo o País, as comissões de trabalhadores comecem a negociar com as empresas a forma como essa redução será concretizada».

Gato por lebre

«Rapidamente verificámos que nos queriam vender gato por lebre», afirmava a federação sindical dos Têxteis, comentando notícias de que, por divergências entre o Grupo Parlamentar do PS e o Ministério do Emprego, iria ser posto termo à «burla» das 40 horas.

A Fesete/CGTP reporta a um encontro que teve dia 12 com o secretário de Estado do Trabalho, Monteiro Fernandes, revelando que «fomos por ele informados de que as notícias não correspondiam ao conteúdo do projecto de lei em preparação e que o mesmo projecto de lei não resolve o conflito existente nas indústrias têxteis, de vestuário e calçado, que atinge ainda 190 mil dos 306 mil trabalhadores existentes».

Administração Pública Alarga-se unidade na acção para a greve de dia 28

O Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado admitiu segunda-feira a possibilidade de se juntar à greve convocada pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração pública para sexta-feira da próxima semana.

As duas estruturas sindicais reuniram-se para analisar o impasse negocial na administração pública e chegaram a um diagnóstico comum: o Governo está a penalizar os trabalhadores.

Os sindicatos da Administração Pública não aceitaram a última proposta salarial do Governo, de 2,25 por cento, e estão descontentes pelo facto de ainda não terem recebido uma proposta de revalorização de carreiras, conforme ficou estipulado no acordo de Janeiro de 1996.

Paulo Trindade, do secretariado da Frente Comum, disse à Agência Lusa que as duas estruturas chegaram também a acordo quanto à necessidade de todos os trabalhadores darem resposta a esta situação. Odete Santana, da direcção do STE, declarou que o seu sindicato encara a possibilidade de acções de luta em conjunto com a Frente Comum, o que pode acontecer já no dia 28, adiantando que dentro de uma semana, depois de auscultar os seus sócios, o STE estará em condições de

dizer se também convoca greve no mesmo dia que a Frente Comum.

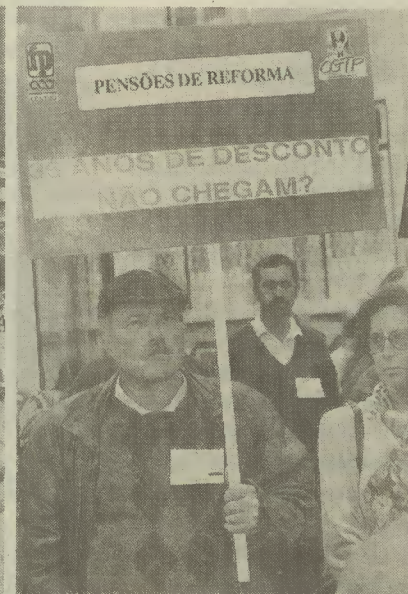
Na reunião, verificou-se uma concordância de pontos de vista relativamente ao Orçamento de Estado para 1998, que penaliza os trabalhadores, e quanto à «postura negocial de fuga aos compromissos centrais assumidos perante os trabalhadores e as organizações sindicais representativas da Administração Pública, nomeadamente quanto a salários, carreiras e emprego» - refere uma nota divulgada pela Frente Comum.

No documento, divulgado no final da reunião, o Secretariado da Frente Comum diz que «registou com agrado o facto de lhe ter sido comunicada pelo STE a intenção de se trabalhar para a unidade na acção», adiantando que, «no quadro do respeito pela autonomia das duas organizações, em tempo oportuno cada uma delas tornará públicas as formas de que se revestirá a concretização da unidade na acção em defesa dos interesses dos trabalhadores».

A nota de imprensa conclui com um apelo «a todas as organizações sindicais do sector, para que convirjam, com determinação, em acções que expressem o descontentamento generalizado dos trabalhadores da Administração Pública».



A Frente Comum de Sindicatos promoveu um plenário de dirigentes e activistas sindicais frente à Assembleia da República, na passada sexta-feira, quando o Parlamento procedia à votação do Orçamento do Estado para 1998, para protestar contra o facto de este ser um OE que penaliza os trabalhadores



Paralisações nos CTT

Mantém-se até amanhã a recusa de prestação de trabalho extraordinário nos CTT, num processo de luta que teve o seu ponto alto na greve de 24 horas da passada segunda-feira.

Convocadas pelo Sindicato Nacional dos Correios e Telecomunicações, a greve e a recusa de trabalho extra desde dia 10 tiveram por objectivos protestar contra a degradação da qualidade das Obras Sociais dos CTT, a sobrecarga de serviço e a desigualdade de direitos que prejudica os trabalhadores admitidos desde 1992.

Dirigentes do sindicato referiram que a greve de dia 17 afectou a distribuição de correspondência principalmente na província, onde se verificaram maiores índices de adesão, que em cidades como Beja, Santarém e Funchal foi total no sector de distribuição, enquanto em Vila Real rondou os 80 por cento.

Isabel Figueiredo, dirigente do SNTCT, explicou à Lusa que já se esperava maior adesão na província do que em Lisboa e Porto, porque é aí que mais se faz sentir a sobrecarga de trabalho. Recordou, a propósito, que «a empresa tem hoje menos 2 mil trabalhadores do que tinha há cinco anos e os que têm entrado nem sempre são colocados nos sectores onde fazem mais falta».

Nós e a Sexualidade

Somos jovens, por vezes mesmo muito jovens, connosco passa-se um conjunto de coisas que não compreendemos muito bem, sobre as quais nem sequer nos sentimos à vontade para falar.

“São coisas íntimas” - como disse no outro dia um colega meu, e assim se iniciou uma conversa que viria a desaguar na questão da Educação Sexual.

A necessidade de desmistificar os dogmas existentes à volta da sexualidade poderia, por si só, ser justificação da Educação Sexual nas escolas do ensino básico e secundário, mas outros problemas que urge combater se juntam ao rol da descoberta da sexualidade.

A urgência de combater o desconhecimento relativamente a questões como as doenças sexualmente transmissíveis (sída, hepatite B, etc.), os métodos contraceptivos, o aborto clandestino ou a gravidez precoce, vêm reforçar a necessidade da efectiva aplicação da Lei 3/84 - da Educação Sexual e Planeamento Familiar.

Mas de que forma seria feita esta aplicação? Quais os moldes e criação da área curricular da Educação Sexual?

Quanto ao aspecto científico não me pronuncio, pois não me julgo com os conhecimentos necessários para o fazer. Quanto ao resto procurei retratar alguma da discussão que temos travado na JCP.

Muitos são os camaradas que defendem a criação de uma disciplina específica e obrigatória de Educação Sexual até ao fim do 3º ciclo do ensino básico. Talvez seja esta a ideia mais consensual do debate travado.

Relativamente ao ensino secundário, urge uma reflexão mais aprofundada, pois existe um largo leque de opiniões diversas que importa considerar e que vão desde a inclusão da Educação Sexual no curriculum da disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social; a criação de uma disciplina facultativa ou a abordagem interdisciplinar desta matéria; a existência de um técnico especializado nesta área, a tempo inteiro, nas escolas, que acompanhe os estudantes em questões desta natureza; até à criação da disciplina de Educação Sexual, também nos 10º e 11º anos de escolaridade.

De um tão vasto conjunto de contributos, importa referir uma das maiores preocupações citadas, que se prende com a excessiva carga horária dos estudantes e a necessidade de encontrar um equilíbrio, para que a Educação Sexual não venha a sobrecarregar cada vez mais os horários.

Uma outra nota que me parece importante é a necessidade da abordagem interdisciplinar do assunto que temos vindo a tratar. Afinal, a sexualidade intervém num conjunto de áreas distintas.

Também a formação curricular e pedagógica de professores nesta matéria é imprescindível, pois ao estudante e ao professor caberá um papel fundamental no combate à hipocrisia e aos dogmas impostos relativamente à sexualidade!

Como um dia alguém disse, “é o desconhecimento sobre a sexualidade que traz o preconceito, o medo e a vergonha”.

Comentar esta afirmação será dizer que a luta pela Educação Sexual e por uma sexualidade saudável é para já.

■ Vanessa Silva

JCP contesta regulamentação de propinas

O pagamento de propinas é, uma vez mais, contestado pela JCP de Coimbra, num momento em que o governo pretende, “ignorando e atropelando de forma arrogante e autoritária a Lei da Autonomia das Universidades e Politécnicos, impor a regulamentação do pagamento das propinas (definindo prazos e montantes)”.

Em comunicado de impensa, os jovens comunistas lembram sucessivos passos de uma política lesiva dos interesses dos estudantes e das universidades.

Primeiro foi “a aprovação de mais uma Lei de Propinas (tão grave e reprovável ao ponto de agora se prever que até os bolsieiros pagam propinas!) em pleno período de férias lectivas”. Seguiu-se “um injustificado corte orçamental, que para a Universidade de Coimbra atingiu os 400.000 contos”.

Perante a última medida governamental - impor a regulamentação do pagamento das propinas - a JCP de Coimbra pergunta-se onde está o diálogo e o respeito pela legislação e pelas instituições de ensino, e reafirma a sua oposição de princípio ao pagamento de propinas, como manifestação “da crescente desresponsabilização do Estado pelo ensino superior, pondo em risco a qualidade duma área basilar do desenvolvimento de qualquer sociedade”.

Neste quadro, a Direcção da Organização do Ensino Superior de Coimbra a JCP reclama ao Senado e ao Reitor da Universidade de Coimbra “uma tomada de posição pública sobre este atentado” à universidade.

Aniversário da JCP comemorado por todo o país

O 18º aniversário da JCP foi assinalado, um pouco por todo o país, com mais de três dezenas de iniciativas, que contaram com a participação de várias centenas de jovens.

Em diferentes concelhos do distrito de Évora - Arraiolos, Évora, Portel e Viana do Alentejo - centenas de jovens participaram em convívios. Na cidade de Évora realizou-se um almoço-convívio, que contou com a participação de Dias Lourenço. Culminando o dia de festa, centena e meia de jovens dirigiram-se depois, em excursão, para as comemorações em Lisboa, no “Rookie”.

Ainda no Alentejo - em Pias, concelho de Beja - cerca de 60 jovens participaram num almoço a que se seguiu uma festa de convívio ao longo da tarde.

Em Almada, Barreiro e Montijo, o aniversário da Juventude Comunista juntou dezenas de participantes em diferentes festas de convívio.

Uma reunião-convívio foi a iniciativa promovida pelos jovens comunistas de Alpiarça, distrito de Santarém. Nas intervenções

realizadas foi destacada a importância da JCP entre a juventude, na vida política nacional e na luta por uma vida mais feliz para todos.

Cerca de meia centena de jovens realizou, sábado passado, um animado magusto no centro de Trabalho do PCP em Tortosendo, na Covilhã.

Em Santa Maria da Feira, no Espaço CDU, decorreu um debate com animação musical que contou com a participação de Bernardino Soares, da Comissão Política da JCP. Estiveram presentes cerca de três dezenas de jovens, entre os quais diversos candidatos da CDU aos órgãos locais.



Aniversário comemorado em festa

Lisboa Festa pela noite dentro

Mais de 500 jovens comemoraram os 18 anos da JCP, em Lisboa, no Rookie, no Bairro Alto, na noite de dia 15. Uma iniciativa que contou com a presença e intervenção de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP. O convívio animado por um grupo composto por seis jovens músicos - prolongou-se pela madrugada.

A intervenção política, por parte da JCP, coube a Alexan-

dre Araújo, da Comissão Política, que fez uma breve análise do que tem vindo a ser a política do governo PS para a juventude e quais as linhas de luta em que estão empenhados os jovens comunistas.

Alexandre Araújo sublinhou o não cumprimento, por parte do PS, das promessas eleitorais e referiu, concretamente, alguns dos aspectos de uma política “contrária aos interesses dos jovens”.

A lei do financiamento do ensino superior, “cujo objectivo primeiro é o aumento brutal das propinas”, a imposição de “uma avaliação baseada em exames e fomentadora do abandono escolar”, no ensino secundário, são duas críticas de base à política do PS na área do ensino.

No plano económico e social, Alexandre Araújo referiu o desemprego e a precariedade no trabalho, “empurrando muitos milhares de jovens para a instabilidade e a insegurança”, de par de problemas particularmente sentidos, como a toxicod dependência, e a hipocrisia que se manifesta, quer no chumbo do projecto de lei “que previa a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez”, quer na não implementação de medidas na “área da Educação Sexual e do cumpri-



mento da lei do Planeamento Familiar”.

“Por tudo isto continuaremos a lutar”, concluiu Alexandre Araújo, que sublinhou a importância da batalha eleitoral, da participação na dinamização da Juventude CDU, “porque somos diferentes na forma e no conteúdo”.

Porto

Animação na Ribeira

Cerca de cem jovens comunistas, da cidade e concelhos vizinhos, juntaram-se no Bar “Upstairs”, na Ribeira do Porto, para comemorar o aniversário da JCP.

Momento de convívio, de rever amigos e conhecidos, que se prolongou pela noite dentro, com Rui Santos a interpretar músicas de Zeca Afonso, Sérgio Godinho, Caetano Veloso, entre outras. No exterior, na Ribeira, houve animação com Nuno, Marco e companhia.

Isabel Nogueira, da Comissão Distrital do Porto da JCP, salientou, na sua breve intervenção, a crescente adesão de jovens à JCP, no distrito do Porto.



Em Lisboa também houve animação musical



Mais de 500 jovens estiveram na iniciativa em Lisboa

NACIONAL

Alentejo

As contas da solidariedade

As contas da solidariedade com o Alentejo foram divulgadas, sábado passado, na Casa do Alentejo, num encontro com a imprensa em que estiveram presentes os presidentes da Associação dos Municípios do Distrito de Beja, Casa do Alentejo, Federação das Colectividades de Cultura e Recreio, "Voz do Operário" e Junta de Freguesia de Santa Justa, em representação das juntas de freguesia de Lisboa.

O balanço do movimento de solidariedade com o Alentejo - como resposta à campanha lançada pela Casa do Alentejo - é claramente positivo. A conta aberta atinge quase os seis mil contos, a que se irão somar as

transferências provenientes da emigração. As roupas e mantimentos recebidos já ultrapassam as necessidades das populações alentejanas vítimas das cheias e irão agora ser distribuídos por instituições de solidariedade.

As necessidades mais imediatas das populações atingidas pelo temporal foram supridas, garantiu, na conferência de imprensa, Manuel Camacho, presidente da Associação dos Municípios do Distrito de Beja, sublinhando que "esta cadeia de solidariedade e entusiasmo permitiu enfrentar a situação rapidamente, dando às pessoas o que mais precisavam - roupa e comida". A Casa do Alentejo, onde ainda se amontoam sacos

de roupa e peças de mobília, recebeu cerca de 10.000 donativos particulares e muitos outros de empresas e diferentes entidades.

Um outro aspecto salientado - os produtos não ficaram depositados à espera que alguém os viesse buscar. Rapidamente se conseguiu transportá-los às populações que deles precisavam.

O passo seguinte, nas palavras de Manuel Camacho, será construir ou reconstruir, "de forma mais segura", as habitações danificadas e equipá-las com mobiliário e electrodomésticos.

Na recolha e distribuição dos muitos donativos, em que estiveram envolvidas várias colectividades, juntas de freguesia e câmaras, trabalharam 120 voluntários que, com a Associação dos Municípios de Beja e o bombeiros desta cidade, organizaram e canalizaram a ajuda enviada da zona da grande Lisboa e alguns outros pontos do país.

Foram entretanto enviados, para as zonas do Baixo Alentejo mais afectadas pelo temporal, cinco camiões TIR, 50 camiões e seis carrinhas.

Estão ainda previstos dois espectáculos musicais e uma exposição/venda de quadros cujos lucros serão depositados nas contas de solidariedade.

No primeiro espectáculo, a realizar dia 22, em Salvada, uma das freguesias mais atingidas pelo temporal, participam, entre outros, Paco Bandeira, José Cid e Pedro Barroso.

O segundo espectáculo conta com a participação, nomeadamente, de Sérgio Godinho, Janita Salomé e Vitorino.

Sindicatos solidários

A Comissão Executiva da União dos Sindicatos do Distrito de Évora (USDE/CGTP-IN) manifestou também publicamente a sua solidariedade com as populações vítimas dos temporais no Alentejo, salientando o esforço das autarquias e "a enorme onda de solidariedade que se desenvolveu por todo o país".

A USDE exige, por outro lado, face à amplitude dos prejuízos, estimados em milhões de contos, o total apoio do governo, "sem os empecilhos burocráticos e sem haver necessidade de recorrer a linhas de crédito, já que se está a falar de populações de baixos recursos financeiros".

Lisboa

- Minimizar prejuízos

Também na região de Lisboa e Setúbal - ainda que sem a dramática expressão que assumiu nos Açores e Alentejo - os temporais provocaram avultados prejuízos materiais nos domínios público e privado.

Uma situação que a Assembleia Metropolitana de Lisboa sublinha, reclamando que, no Orçamento de Estado para 1998, "sejam consideradas as verbas necessárias para acorrer aos investimentos excepcionais que as Câmaras Municipais serão obrigadas a realizar e para minimizar os elevados prejuízos que os comerciantes, industriais, agricultores e as populações em geral sofreram em resultado do mau tempo".

Manifestação em Lisboa contra reformas de miséria

Aumentos de pensões dignos, reposição dos direitos adquiridos, defesa do sistema público de Segurança Social, um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e gratuito e passes sociais gratuitos e sem restrições de horários - são as reivindicações que, na próxima segunda-feira, em Lisboa, irão mobilizar os reformados.

A manifestação - que decorre entre a Praça do Comércio e a Praça da Figueira - é convocada pela Confederação Nacional dos Reformados, Pensionistas e Idosos - MURPI e pela Inter-Reformados Nacional.

Em causa está a situação social em que hoje vivem milhares de reformados. As pensões e reformas muito baixas constitu-

em mesmo - como é reconhecido pelo próprio governo - um dos principais factores condicionantes da pobreza em Portugal.

Um problema que certamente não irá ser resolvido com os aumentos previstos no Orçamento de Estado para 1998, de 2,5% e 5%. Percentagens que, ao incidir sobre os montantes extremamente baixos das reformas, se irão traduzir em poucas dezenas de escudos por dia. De referir que, nos últimos dois anos (1996-97), as pensões mínimas foram aumentadas, em média, 41, 42 e 58.50 escudos por dia.

Gera-se assim um círculo vicioso, com as pensões mínimas a afastarem-se cada vez mais do salário mínimo nacio-

nal, ficando muito aquém das necessidades mais elementares dos reformados. Actualmente, mais de 1 milhão e 800 mil pensionistas recebem mensalmente pensões compreendidas entre os 6.500 e os 30.100 escudos.

É neste quadro que o MURPI e a Inter-Reformados reivindicam, para 1998, um aumento de 3.500 escudos para todas as pensões do Regime Geral e Agrícola e um aumento de 3.000 para as pensões abaixo do salário mínimo nacional. De par de exigências como a reposição dos direitos adquiridos, entre eles - a idade da reforma das mulheres, que passou de 62 para 65 anos e o tempo de garantia de pensão, que passou de 10 para 15 anos.

COMUNIDADE EUROPEIA

Cimeira do Emprego
Notícia de um fracasso anunciado?

Inicia-se hoje, no Luxemburgo, a esperada Cimeira do Emprego, na qual os chefes de Estado e de Governo de todos os países da União Europeia vão, dizem, apresentar propostas para resolver, ou pelo menos começar a resolver, o problema do desemprego na Europa, que já afecta cerca de 20 milhões de pessoas.

A decisão de realizar esta cimeira extraordinária ocorre numa altura em que, devido à crescente pressão popular, o emprego é colocado no centro, se não das preocupações, pelo menos das intenções e debates dos governos da UE. A Cimeira de Amsterdão, em Junho deste ano, provoca enormes manifestações que juntaram trabalhadores de toda a Europa. Na altura, preparava-se a aprovação do novo Tratado e os trabalhadores não quiseram deixar de fazer sentir directamente as suas preocupações face ao emprego. Por outro lado, também por essa altura, os socialistas franceses tinham acabado de ganhar as eleições fundamentalmente devido à expectativa criada em torno do combate ao desemprego, da criação de postos de trabalho (foram prometidos 750 mil), da redução do horário de trabalho e da não sobreposição dos critérios nominais para a moeda única aos verdadeiros problemas sociais. Entre o condicionamento provocado pelas suas promessas eleitorais e alguma dose de genuína preocupação - muito graças ao apoio decisivo do PCF traduzido na participação de ministros comunistas no novo executivo, o recém-eleito governo francês chega à reunião de Amsterdão obrigado a fazer "algo".

Esse "algo" acabou por ser a aprovação de uma declaração de

intenções sobre o emprego e a decisão de realizar a presente Cimeira com o objectivo de discutir propostas e aprovar medidas concretas de acção.

No entanto, o destino da reunião ficou traçado à partida: as profissões de boa-fé na resolução do problema foram postas em causa com a aprovação, com o apoio do governo francês, do Pacto de Estabilidade e Crescimento, instrumento que, mesmo após a prevista entrada em vigor da moeda única, manterá a agravar os critérios restritivos da possibilidade das políticas nacionais utilizarem instrumentos da política económica. É que, ao contrário da declaração sobre o emprego que mais não era do que uma declaração, o Pacto aprovado tem regras, imposições e multas para quem não as cumprir.

Como se isso não bastasse, à medida que se aproximava a data da reunião foram-se somando outros indícios, emitidos directamente por responsáveis na matéria, leia-se chefes de Estado e de Governo, no sentido de "preparar" a opinião pública para o facto de não se dever esperar demasiado da reunião. Por um lado, alguns membros do Conselho Europeu não tiveram pejo em classificar de "utópica" a aprovação de medidas que contribuam de forma decisiva para a resolução do problema do desemprego. Por outro, o recém-aprovado

orçamento da UE para o próximo ano não contempla as verbas necessárias à prossecução efectiva das intenções e objectivos declarados (foi, inclusive, rejeitada uma proposta dos deputados do PCP que previa a criação de uma dotação orçamental específica que permitisse a concretização efectiva das medidas a aprovar no Luxemburgo...).

Os trabalhadores continuam atentos e mobilizados

O pequeno e pacato Grão-Ducado do Luxemburgo deverá viver, entre hoje e amanhã, momentos bastante agitados. Devido à crescente mobilização em torno desta luta, a Confederação Europeia de Sindicatos (CES) foi forçada a convocar os trabalhadores, que responderão com a sua presença nas ruas à reunião intergovernamental.

Um "trabalho com direitos" e a "redução do tempo de trabalho sem redução de salários" por forma criar novos postos de trabalho são alguns dos argumentos alternativos e concretos, que se contrapõem à inevitabilidade com que são apresentadas medidas como a flexibilidade.

Às declarações de intenções e manobras de diversão, os trabalhadores responderão com o seu protesto, com a apresentação de propostas alternativas. Como um aviso de que estão atentos e não irão em cantigas.

Esta é a notícia, em jeito "adivinhatório", de um fracasso que vem sendo anunciado. A "crónica", em jeito "confirmatório", será publicada para a semana...

■ Daniel Rosário

Temporais

PCP quer solidariedade e fundos

Na sequência das graves situações provocadas pelo mau tempo nos Açores, Alentejo, Algarve, Zona Metropolitana de Lisboa e Vale de Santarém, os deputados do PCP ao Parlamento Europeu apresentaram uma proposta de resolução que deverá ser discutida e votada na sessão plenária que está a decorrer em Estrasburgo.

Nos considerandos da proposta faz-se notar que as «chuvadas anormais isolaram povoações, destruíram caminhos, acessos e habitações (causando estragos em muitas outras e desalojando famílias), provocaram estragos e elevados prejuízos materiais em estabelecimentos comerciais, na agricultura e na indústria, atingindo estações de tratamento, cais, embarcações de pesca, para além da destruição de inúmeros bens pessoais». Sublinha-se, por outro lado, que as primeiras estimativas «apontam para prejuízos materiais já avaliados em mais de nove milhões de contos, sem contabilizar os prejuízos na agricultura».

Tendo em conta que uma tal situação, para além das medidas de auxílio e de emergência entretanto desenvolvidas, «exigem o rápido reforço de meios humanos, técnicos e financeiros» para fazer face aos graves problemas criados, a proposta soli-

cita à Comissão «um auxílio financeiro de emergência» que permita minorar os prejuízos, apoiar as populações mais afectadas, e recuperar e reforçar as infra-estruturas.

O documento pede ainda que a Comissão «contribua financeiramente para o apoio ao desenvolvimento de medidas estruturais, a serem tomadas pelo Governo Português e pelo Governo Regional dos Açores - no âmbito de um esforço de prevenção deste tipo de situações neste arquipélago -, como a elaboração de uma 'carta de risco' que regulamente a construção e ordenamento nestas zonas, a construção de estradas alternativas para o caso de isolamento de áreas por catástrofes naturais, o investimento em medidas de reforço de barreiras em encostas e de controlo de caudais, o estabelecimento de uma rede de telecomunicações renovada e adaptada a situações de emergência e a organização de um serviço de protecção civil com capacidade de resposta e meios adequados, nomeadamente, um maior número de helicópteros e barcos».

Na sua proposta, os eurodeputados sublinham, por outro lado, que «a definição e desenvolvimento das medidas deverá obedecer à mais activa e forte participação das populações e seus representantes directos».

Centro-esquerda vence em Marrocos

A coligação de centro-esquerda «Koutla» venceu as eleições legislativas marroquinas, elegendo 102 lugares dos 325 da Câmara dos Representantes. Dentro deste bloco, a União Socialista das Forças Populares alcançou 57 lugares e o Istiqlal 32. O «Wifaq», a coligação de direita, ficou com 100 deputados, enquanto a de centro-direita elegeu 97. Os islamitas do Movimento Poular Democrático e Constitucional conseguiram seis lugares. Estas eleições foram as primeiras em que a câmara baixa do Parlamento marroquino foi totalmente eleita por voto directo e universal.

29 países com carências alimentares

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), existem actualmente 29 países no mundo com carências alimentares agudas necessitando uma ajuda excepcional ou de emergência. Do total, 18 países pertencem ao continente africano, entre os quais se conta Angola e Moçambique. Desde o ano passado, mais quatro países juntaram-se a esta lista. A já grave situação poderá em breve piorar consideravelmente devido ao «El Niño».

Encontro entre Eduardo dos Santos e Savimbi

Jonas Savimbi, o líder da Unita, concordou finalmente em encontrar-se com o presidente José Eduardo dos Santos na capital angolana no fim do mês. O acordo de Savimbi foi anunciado durante uma conversa telefónica iniciada pelo presidente. O local da reunião constituiu o grande problema: enquanto o Governo sempre apontou Luanda como o local mais indicado para a realização do encontro, a Unita preferia uma localidade do interior alegando questões de segurança.

Autárquicas em Moçambique em Maio de 1998

O Conselho de Ministros moçambicano decidiu, na semana passada, que as primeiras eleições autárquicas do país se realizará em 29 de Maio do próximo ano. A actualização dos cadernos eleitorais iniciou-se na semana passada e termina dia 30.

Brasil Frente Parlamentar pela independência de Timor-Leste

A solidariedade com Timor-Leste foi o tema da ordem do dia na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no passado dia 7 de Novembro. Com a presença de deputados e inúmeras personalidades, e acompanhada nas galerias por cerca de três centenas de pessoas, realizou-se uma sessão bem diferente do habitual, cujo objectivo foi a criação de uma Frente Parlamentar em defesa dos direitos do povo maubere.

Manifesto

Nós, parlamentares paulistas, decidimos assumir uma postura activa diante da injusta, violenta e ilegítima dominação de Timor-Leste pelas tropas da Indonésia.

Falamos a mesma língua que os nossos irmãos timorenses e não admitimos que o povo de Timor seja proibido de falar o nosso idioma, tido como subversivo pelo dominador.

Defendemos a democracia e a liberdade e não aceitamos que os militares indonésios continuem prendendo, torturando e assassinando o povo timorense.

Abominamos os dirigentes da Indonésia que foram responsáveis pela morte de mais de duzentos mil timorenses. Mortes realizadas para assegurar uma dominação ilegítima e um governo fantoche. Mortes que devem ser chamadas de extermínio.

Temos consciência que somos representantes democraticamente eleitos pelo povo do maior Estado do maior país de língua portuguesa. Temos consciência que pouco fizemos na luta pela autodeterminação de Timor-Leste. Temos certeza de que esta luta mudará o seu rumo, pois usaremos a nossa força pela liberdade e independência dos nossos irmãos de Timor-Leste.

Toda a solidariedade ao povo timorense.

Pelo fim imediato da ocupação de Timor-Leste pelo governo da Indonésia. Pela autodeterminação e independência dos povos. Em defesa da diversidade cultural e liberdade religiosa. Pelo urgente reconhecimento da FRETILIN pelo governo brasileiro como legítimo representante de Timor-Leste.

A abertura da sessão esteve a cargo do deputado Paulo Kobayashi, presidente da Assembleia, que após breves palavras de introdução e de apoio à iniciativa passou a presidência dos trabalhos para o deputado Rui Falcão, do PT, que em conjunto com o deputado Nivaldo Santino, do PC do B, promove-

ram a criação da Frente Parlamentar.

Após várias intervenções de denúncia das atrocidades que a ditadura de Shuarto vem cometendo há 22 anos contra o povo timorense, foi lido o manifesto assinado por todos os líderes dos 12 partidos representados na actual legislatura, e pela maioria dos seus deputados. Este Manifesto, que se transcreve em separado, vai agora ser proposto a todas as Câmaras Municipais do Estado de São Paulo, para receber a adesão dos respectivos presidentes e vereadores.

Nesta iniciativa estiveram presentes os representantes do governador do Estado, que fez uma intervenção em nome de Mário Covas, e do prefeito da capital. Também o Consul Geral de Portugal na cidade interveio em nome do Governo português. Entre os oradores destaca-se ainda o senador Suplicy, do PT. Fizeram-se igualmente representar no evento o Conselho das Comunidades Portuguesas, o Movimento 25 de Abril pela Libertação de Timor-Leste, o Clamor de Timor, a CUT, sindicalistas, vereadores e representantes de diversas organizações populares.

Impossibilitado de estar presente, o Prémio Nobel da Paz, Ramos Horta, fez uma breve intervenção pelo telefone, exortando o povo brasileiro a apoiar a luta do povo timorense, alargando a iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo a todo o Brasil.

Hungria Sim à Nato

O referendo de domingo sobre a adesão da Hungria à Nato deixou indiferente mais de metade do eleitorado. À pergunta «Concorda que a República Húngara adira à Nato para assegurar a defesa do país», respondeu 49,24 por cento do eleitorado. Destes, a esmagadora maioria, 85,33 por cento, disse «sim»; apenas 14,67 optaram pela negativa.

De acordo com as recentes alterações constitucionais aprovadas em Setembro, o resultado do referendo é válido, apesar de terem votado menos de 50 por cento dos eleitores. Basta que mais de um quarto do total dos votos (no caso dois milhões) seja concentrado numa das possibilidades de resposta para a validar.

Este foi o primeiro referendo do género num dos três países do antigo bloco de leste oficialmente convidados em Julho a aderirem à Aliança Atlântica.

Entretanto, o preço do alargamento da Nato está a ser motivo de desacordo entre Estados Unidos e Alemanha. Bona, segundo notícias veiculadas pelo jornal «Welt am Sonntag», recusa-se a subscrever as exigências norte-americanas em matéria de contribuição alemã.

A Alemanha alega suportar 21,9 por cento do orçamento da Nato, enquanto os Estados Unidos, com um Produto Interno Bruto (PIB) bastante mais elevado, se ficam pelos 26,7 por cento.

Segundo o jornal alemão, que cita um documento do Departamento de Estado endereçado ao

Senado norte-americano, Washington estabeleceu do seguinte modo a meta «adicional» do alargamento da Nato, de 1997 a 2009:

- 10 a 13 milhares de milhões de dólares serão pagos pelos novos países-membros (Hungria, Polónia e República Checa) para a modernização das suas forças armadas;

- 9 a 11,7 milhares de milhões de dólares serão financiados pelo orçamento da Nato a título da integração das forças armadas dos antigos e novos membros;

- 7,6 a 10 milhares de milhões de dólares deverão ser desbloqueados para os países-membros existentes actualmente para «melhorar as capacidades militares dos Aliados actuais».

Sahara Ocidental Referendo agendado para Dezembro de 1998

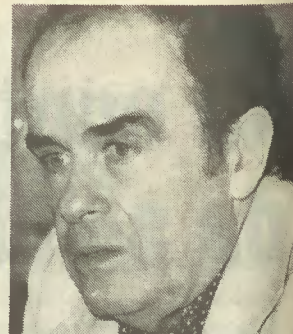
cooperarem plenamente com a ONU.

Recorda-se que Marrocos e a Frente Polisário acordaram em meados de Setembro em Hous-

ton (Estados Unidos) num código de conduta sobre as modalidades de organização de referendo.

O relatório do secretário-geral

pede ainda ao Conselho de Segurança para prolongar por todo o referido período o mandato da força das Nações Unidas para o Sahara ocidental (MINURSO).



Morreu Georges Marchais

George Marchais, antigo secretário-geral do Partido Comunista Francês, faleceu no domingo em Paris com 77 anos, vítima de um ataque cardíaco.

Operário metalúrgico de profissão, Marchais aderiu ao PCF em 1947, tendo-se tornado membro do Comité Central em 1956, do Bureau Político em 1959 e do Secretariado do Comité Central em 1961. Em Fevereiro de 1970 é nomeado secretário-geral adjunto do então líder Waldeck Rochet, e dois anos depois é eleito secretário-geral.

Deputado desde 1973 no Parlamento francês e eurodeputado entre 1979 e 1989, Marchais é substituído em 1993 por Robert Hue no seu lugar de liderança do PCF.

O Comité Central do PCP, bem como Carlos Carvalhas e Álvaro Cunhal enviaram mensagens de condolências ao Secretariado e ao Comité Nacional do PCF e a Robert Hue, em que expressam o seu pesar pelo desaparecimento dessa «destacada personalidade da vida política francesa», cuja vida «constituiu um estímulo para todos os que no mundo continuam a luta pelo socialismo e o comunismo».

O funeral de Georges Marchais realiza-se hoje, dia 20, às 10.30, em Champigny-sur-Marne. Nas exéquias, Carlos Carvalhas faz-se representar por Agostinho Lopes, da Comissão Política do PCP.



O Sahara Ocidental prepara-se (de novo) para o referendo há muito esperado

Iraque

Jogos de guerra

Tudo está em aberto na nova crise no Golfo. Nos bastidores, as diligências diplomáticas procuram evitar o recurso às armas, mas as declarações públicas, quer dos EUA quer do Iraque, continuam a ser de intransigência. Enquanto os norte-americanos reforçam a sua presença militar na região, em Bagdad os «escudos humanos» ocupam posições estratégicas.

Desta vez, a disposição das forças políticas no xadrez do confronto é diferente da registada há sete anos. A Liga Árabe está disposta a mediar o conflito entre as Nações Unidas e o Iraque, segundo anunciou o secretário-geral da organização, Abdel Magid, em entrevista publicada segunda-feira no semanário alemão «Spiegel».

Magid, que tinha agendado para ontem um encontro no Cairo com o vice-primeiro-ministro iraquiano, Tareq Aziz, para analisar as «possibilidades de se chegar a um acordo, a fim de se evitar uma nova guerra», afirma que «a Liga Árabe apoia por completo o cumprimento de todas as resoluções da ONU sobre o Iraque, mas recusa integralmente qualquer intervenção militar contra este país».

Fazendo notar que a situação actual não é comparável à de 1990, quando o Iraque ocupou o Kuwait e a Liga Árabe apoiou a intervenção militar, Magid sublinhou que «é necessário negociar. Com bombas nada se consegue».

A guerra continua, no entanto, no horizonte, com o regime de Saddam Hussein a provocar ostensivamente os EUA e com a Casa Branca a servir-se dessas provocações para provar uma vez mais o seu papel de polícia do mundo. Enquanto isso, muito convenientemente, os grandes problemas do Médio Oriente passam para segundo plano.

Ainda na sexta-feira, Clinton veio a público garantir que as sanções internacionais contra o Iraque permanecerão em vigor «enquanto ele (Saddam Hus-

sein) estiver lá», no que constitui o reconhecimento de que o objectivo norte-americano é afastamento do Poder do líder iraquiano.

Até ao fim dos tempos...

Clinton foi mais longe, nas suas declarações à imprensa, ao dizer que «o que ele (Saddam Hussein) acaba de fazer» (expulsar do país os norte-americanos membros da Comissão Especial da ONU para o desarmamento do Iraque/UNSCOM), é «assegurar que as sanções permanecerão até ao fim dos tempos».

Tanto para Clinton como para Saddam Hussein, a tragédia que vive o povo iraquiano não representa mais do que uma peça do perigoso jogo em que ambos estão envolvidos.

É curioso assinalar, por exemplo, como o ministro dos Negócios Estrangeiros iraquiano, Mohammad Said al-Sahhaf, aproveitou de imediato as declarações de Clinton para fazer notar que os Estados Unidos procuram a queda do regime e não o desarmamento do Iraque.

«O objectivo dos americanos não é outro senão a queda do regime nacionalista e independente no Iraque para substituí-lo por um regime fiel à América, mesmo que ele não assegure a destruição das armas e equipamentos proibidos» no Iraque, declarou Sahhaf à agência oficial INA, deixando no ar uma pergunta pertinente: «A comunidade internacional com-

Represálias

Sim, mas...

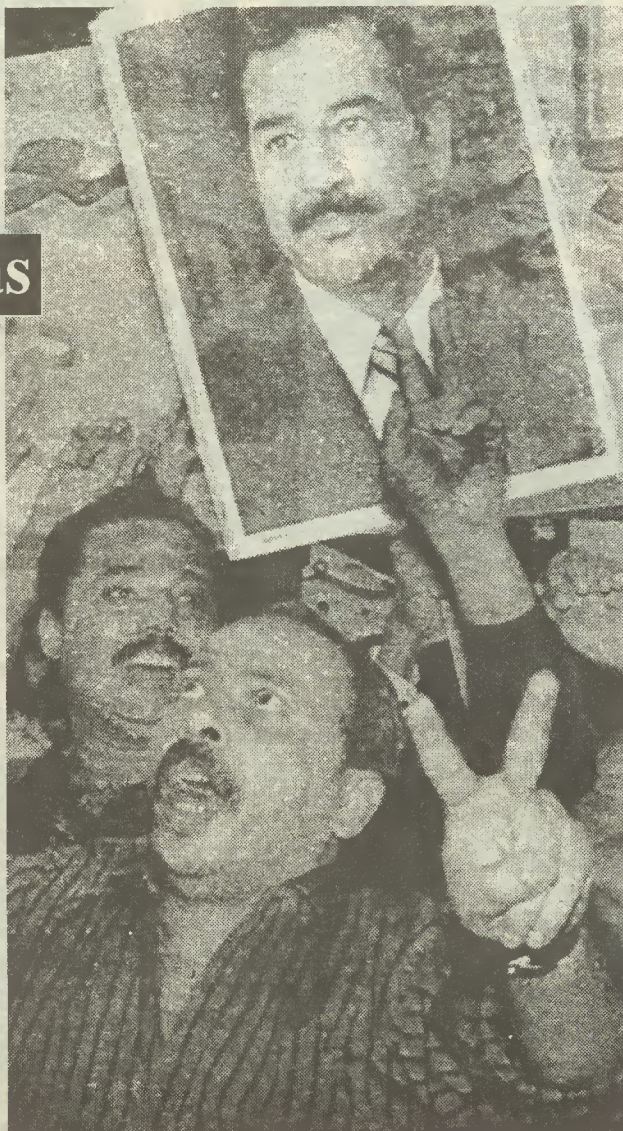
A esmagadora maioria dos norte-americanos defende o lançamento de represálias armadas contra Bagdad se as forças armadas iraquianas derrubarem o avião norte-americano de reconhecimento U2, revela uma sondagem publicada segunda-feira pela revista «Newsweek».

Segundo a sondagem, 82 por cento mostra-se a favor de represálias e 74 por cento apoiaria mesmo um ataque militar contra o regime de Saddam Hussein se cidadãos norte-americanos fossem detidos ou retidos em território iraquiano. No entanto, apenas 49 por cento dos inquiridos concorda que a expulsão pelo governo iraquiano dos inspectores norte-americanos da Comissão Especial da ONU

preenderá os objectivos americanos?»

Também o vice-primeiro-ministro iraquiano, Tareq Aziz, aproveitou para lembrar que as acusações norte-americanas contra o Iraque «têm por objectivo impedir o levantamento das sanções».

Em entrevista à cadeia de televisão France-2, em Paris, Tareq Aziz, negou que o Iraque possuía armas químicas e biológicas, como acusam os Estados Unidos, sublinhando que desde o fim da guerra do Golfo, em 1991, que o país não fabrica tais armas.



Manifestações em Bagdad contra os Estados Unidos

(UNSCOM) de desarmamento do Iraque justifica uma resposta militar.

De acordo com a mesma sondagem, o presidente norte-americano, Bill Clinton, tem agora uma taxa de popularidade de 59 por cento, a maior desde há quatro anos.

Segundo o Pentágono, o Iraque possui entre 80 a 100 locais de fabrico de armas químicas, cerca de 100 locais de fabrico de armas biológicas e aproximadamente 20 locais onde estão a ser desenvolvidas armas nucleares.

Acusações que a secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, não se tem cansado de repetir, enquanto vai afirmando que «a comunidade internacional não pode permitir nem permitir que Saddam Hussein continue a ameaçar os seus vizinhos e o mundo com armas de destruição maciça».

Porta-aviões e escudos humanos

Apesar da intensa actividade diplomática que está a ser desenvolvida na região na tentativa de evitar um novo conflito armado, a tensão aumentou no fim-de-semana com a decisão do presidente norte-americano de enviar para o Golfo Pérsico o porta-aviões USS George Washington para se juntar ao USS Nimitz que já se encontra na zona.

O Pentágono indicou também que estava a considerar o envio de aviões de combate F-117 Stealth, usado para ataques de precisão, e outros aparelhos da força aérea norte-americana. Também a Grã-Bretanha enviou o seu porta-aviões HMS Invincible para a região.

Os Estados Unidos dispõem de 18 500 soldados na região do Golfo Pérsico, bem como numerosos navios de guerra, entre os quais três fragatas com capacidade para disparar mísseis do tipo «Tomahawk», que têm um alcance de 800 quilómetros.

Em resposta, o Iraque, que se encontra em estado de alerta e já começou a racionalizar a gasolina e alguns bens de primeira necessidade, apelou às organizações árabes pró-iraquianas para desencadearem ataques contra interesses norte-americanos e britânicos no mundo árabe para exprimirem o seu apoio a Bagdad.

Entretanto, segundo a Lusa, o governo iraquiano reabriu no sábado os edifícios governamentais e palácios às famílias iraquianas para se instalarem com os seus filhos e servirem de «escudo humano» face a um eventual ataque militar dos Estados Unidos. Cerca de um milhar de mulheres e crianças instalaram-se no novo palácio presidencial, num edifício que serve para as reuniões governamentais, enquanto centenas de outros se instalaram em fábricas, centrais eléctricas e refinarias.

O regime despótico de Bagdad não tem pejo em servir-se de vidas inocentes para se defender. Resta saber se os EUA terão algum pejo em tornar essas mesmas vidas inocentes em vítimas dos seus jogos de guerra.

Escândalo político na Rússia

Na Rússia, o ministro das Privatizações, Maxime Boiko, e o chefe da Comité de Estado para as Falências, Piotr Mostovoi, foram demitidos esta semana, na sequência dos altos honorários que receberam por participarem num livro sobre as privatizações operadas no país que será publicado brevemente. Embora Anatoli Tchoubais, o primeiro vice-primeiro-ministro russo, esteja igualmente envolvido neste caso, não foi demitido por Boris Ieltsin. Cada um dos participantes recebeu 16 mil contos da editora.

Manifestações na República Checa

No passado dia 8, 120 mil pessoas manifestaram-se nas ruas de Praga, em protesto contra o programa de austeridade do Governo. No dia 10, 30 mil pessoas, principalmente estudantes, participaram noutra marcha de protesto na capital checa contra o assassinato de um estudante sudanês por «skinheads» neonazis, levado a cabo dois dias antes. Na República Checa fala-se já em greve geral, particularmente entre os mineiros e os ferroviários. A principal reivindicação consiste na demissão imediata do Governo liderado pelo primeiro-ministro Klaus. A data ainda não foi marcada.

Nove anos de independência palestina

Milhares de pessoas comemoraram, no domingo, o nono aniversário da proclamação de independência do Estado Palestino, nas cidades de Hebron, Belém e Gaza, manifestando-se contra a ocupação israelita. «Não há paz sem Jerusalém», «Não há paz com colonatos» lia-se nos cartazes dos muitos manifestantes, entre os quais ministros e altos responsáveis palestinos. O «Estado Palestino, com Jerusalém como capital» foi proclamado em 15 de Novembro de 1988 por Yasser Arafat, em Argel, durante uma reunião do Conselho Nacional Palestino.

Kodak despede dez mil trabalhadores

A empresa norte-americana Kodak, líder mundial do mercado de película fotográfica, vai despedir 10.000 trabalhadores, ou seja, 11 por cento do total da mão-de-obra que emprega a nível internacional (94.600 assalariados no final de Outubro).

O anúncio desta medida foi feito no passado dia 11 e insere-se num plano de «reestruturação» que vem sendo desenvolvido desde 1993, altura em que foram igualmente suprimidos 10.000 postos de trabalho.

A estratégia anunciada pela empresa passa pela venda dos sectores considerados não estratégicos, e inclui a redução de 100 a 150 milhões de dólares do orçamento de investigação, a eliminação de 10 por cento das despesas administrativas em 1998 e o afastamento de 20 por cento do pessoal do quadro, ou seja 200 pessoas.

No total, a medida visa a redução dos custos em mil milhões de dólares. A razão invocada é a

feroz concorrência da congénere japonesa Fuji, agravada pelo elevado valor do dólar, que prejudica as exportações.

A supressão de postos de trabalho deve afectar todas as representações da Kodak a nível mundial, embora ainda se desconheça a amplitude que vai ter na Europa. Em França, segundo o delegado da Force Ouvrière (FO) Daniel Guillemaut, em declarações a «L'Humanité», estima-se que «haverá pelo menos 150 supressões de postos de trabalho em Chalon-sus-Saône, essencialmente empregos administrativos, no caso de o sector da produção não ser afectado». Se a produção for também visada, o número de despedimentos poderá ascender aos 270. Esta é a fábrica mais importante da Kodak na Europa, com três mil trabalhadores, 400 dos quais com contratos a termo certo.

A Kodak francesa representa oito por cento do grupo a nível mundial.

■ Texto de Domingos Mealha

■ Fotos de Jorge Caria

BRISA Privatização sem justificação

Houve tempos em que os defensores das privatizações ainda se esforçavam por justificar a alienação de património empresarial público com os muito badalados prejuízos ou com a nunca explicada falta de vocação do Estado para gerir. As privatizações já ocorridas dão, afinal, razão a quem alertava para o facto de o ataque ao sector empresarial do Estado ter por principal objectivo privatizar... os lucros. Hoje, já nem há a preocupação de justificar a venda de empresas públicas lucrativas. Na campanha publicitária que faz apelo à compra de acções da Brisa, apenas se diz que o Governo decidiu vender uma boa fatia do capital social da empresa.

O Conselho de Ministros da semana passada decidiu alargar para 35 por cento o lote de acções da Brisa a vender nesta primeira fase da privatização, que poderá no futuro chegar aos 49 por cento. Na operação pública de venda que termina amanhã serão colocados 12,1 milhões de acções; outros quase 7 milhões de acções destinam-se aos investidores institucionais; o preço de cada acção deverá situar-se no topo do intervalo fixado, de 4100 a 5 mil escudos.

A operação especial da Bolsa de Lisboa, em que serão conhecidos os números finais, está marcada para segunda-feira. Mas, desde os primeiros dias do pré-registo dos compradores, é evidente uma muito grande procura dos papéis da Brisa.

Não há dúvidas de que comprar acções da Brisa é um bom negócio, sobretudo e em última instância, para o grande capital financeiro e interesses correlativos. O que a propaganda privatizadora não diz é quem fica a perder com mais esta alienação.

Preços e outros prejuízos

Os representantes dos trabalhadores, em declarações ao «Avante!», salientaram a boa condição financeira da empresa - largamente valorizada na publicidade oficial - e contrariaram as afirmações de governantes que limitam a 60 quilómetros por ano a capacidade da empresa para a construção de auto-estradas. Esta limitação, realçaram, é contestada também por responsáveis da Brisa.

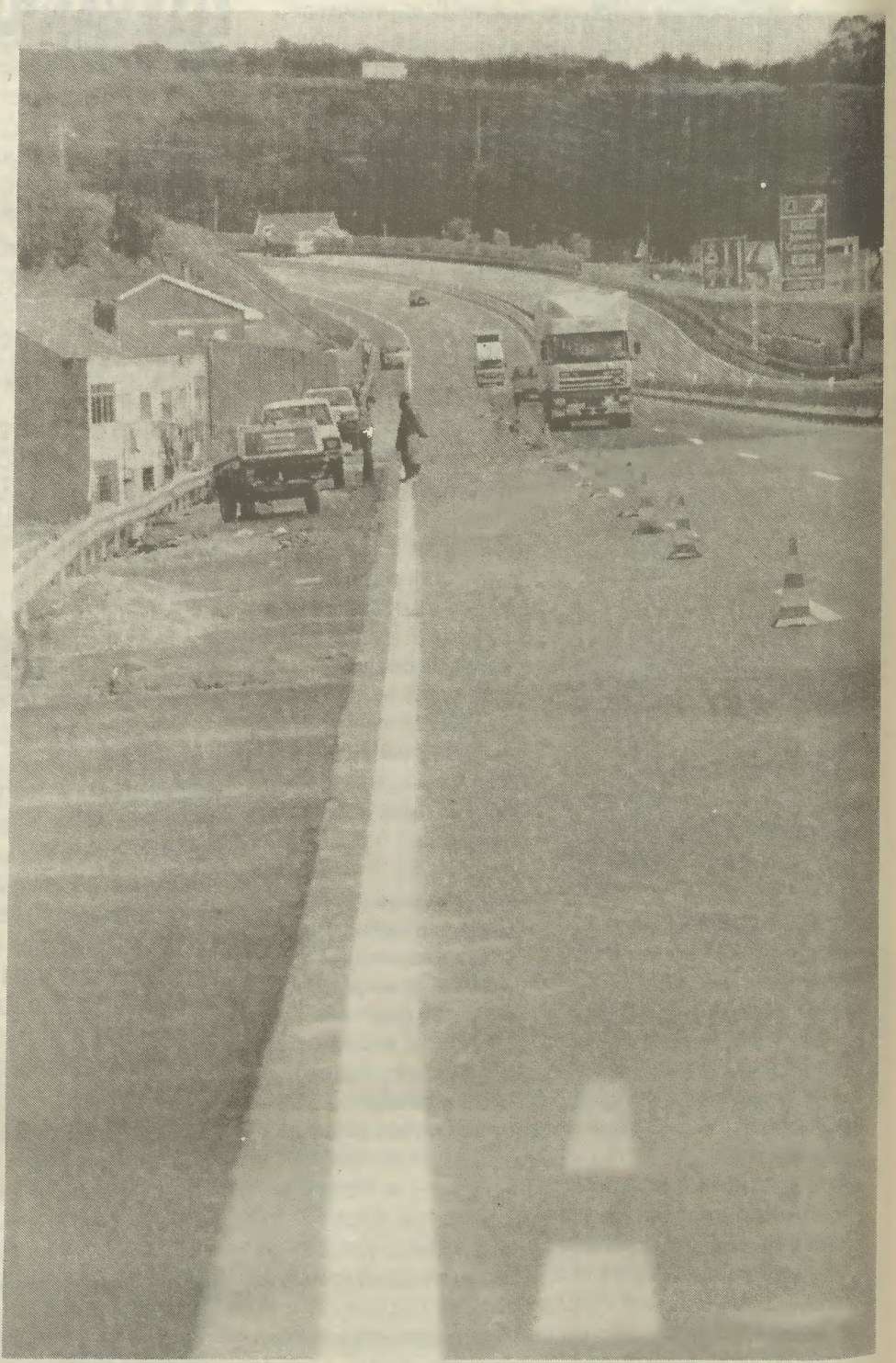
«A privatização da Brisa não tem outra justificação, a não ser a decisão política de dar aos capitalistas portugueses e estrangeiros aquilo que é de todos nós», sublinhou Raul Picasinos, notando que «esta é uma política que já vinha dos governos PSD e que o Governo PS está a prosseguir».

Este dirigente da Federação Portuguesa dos Sindicatos do

Comércio e Serviços sintetiza assim as preocupações e o alerta dos representantes dos trabalhadores: «A privatização traz prejuízos à economia nacional, porque uma empresa altamente lucrativa e com um importante papel na infra-estrutura de comunicações deixa de estar no foro do Estado e passa a ter como principal objectivo, não a satisfação dos interesses do País, mas a obtenção de maiores dividendos para os accionistas. A construção e manutenção de auto-estradas deixa de ser um serviço público para ser um negócio. Os utentes vão ser prejudicados, porque não vai haver o controlo que hoje há relativamente aos preços das portagens, à manutenção das vias e à assistência aos veículos.

Na procura da maximização do lucro vão ser prejudicados os trabalhadores, quer por via dos despedimentos, quer por tentativas de corte de regalias e direitos, quer por outras formas de aumento da exploração.»

Estes receios são compartilhados pelos delegados



Para facilitar os lucros, a lógica das empresas privadas imporá a diminuição de efectivos e a redução das despesas, nomeadamente com assistência a utentes e conservação de vias

indiciais Barrela e Moreira, também membros da Comissão de Trabalhadores, que fazem uma clara separação entre a adesão da generalidade do pessoal à compra de acções e o julgamento que é feito quanto à decisão política de avançar com a privatização parcial da Brisa e às implicações futuras desta opção.

Actualmente, a manutenção das auto-estradas e a assistência aos utentes entram num «bolo» que é suportado pela portagem, permitindo folgados lucros. A Brisa tem a responsabilidade de troços sem portagem, que representam dez por cento da quilometragem de auto-estradas. As despesas com a assistência aos utentes somam cerca de milhão de meio de contos, contra apenas 600 mil contos de receita.

Numa lógica de empresa privada, referem os sindicalistas, será exigido que também a assistência seja lucrativa, o que só poderá ser obtido diminuindo os encargos, tanto em pessoal como em meios técnicos, e aumentando os preços.

No novo contrato de concessão, firmado entre o Estado e a Brisa a 24 de Outubro, apenas se expressa a obrigação de fornecer assistência aos utentes das auto-estradas. Para os membros da CT, este facto justifica receios de que, continuando a apostar na linha privatizadora, a Brisa enverede por um caminho de conflito com os trabalhadores da assistência e tente entregar o serviço a outra entidade.

As maiores preocupações quanto aos postos de trabalho e aos direitos dos trabalhadores notam-se hoje na A8 e na A7, os troços que têm por futuro anunciado a desanexação da Brisa e a entrega directa a entidades privadas. Mas, para a FEPCE/CGTP e a CT, os trabalhadores devem ter presentes os exemplos das outras privatizações e manter-se alerta.

Os números em auto-retrato

Desde 1972, a Brisa detém uma concessão estatal, válida até 2030, para construção, conservação e exploração das auto-estradas e das respectivas áreas de serviço.

Actualmente, tem 623 km de auto-estradas em serviço e 182 km em construção (a concluir até final de 1998); os projectos em curso permitirão ter em exploração 1114 km no ano 2004, cobrindo a maior parte do IP1 e duas importantes ligações para o interior (Trás-os-Montes e Alentejo).

Funcionam 14 áreas de serviço, encontrando-se mais 5 em construção e outras 10 em projecto.

Em três anos, os resultados líquidos da Brisa quase duplicaram, passando de 6,7 milhões de contos, em 1994, para 12,1 milhões de contos, em 1996. No primeiro semestre de 1997, os lucros atingiram 8,5 milhões de contos, o que representa um aumento de 62,5 por cento relativamente a igual período do ano anterior.

Todos estes números constam de materiais editados pela própria Brisa, como a revista «Em Viagem», que inclui no seu último número um artigo intitulado «Uma empresa consolidada a privatizar», onde se salienta que esta é «uma das maiores concessionárias de auto-estradas da Europa, situação que consolidará nos próximos anos, em resultado do crescimento do número de utilizadores de auto-estradas e do programa de expansão em curso».

Pois é: uma empresa desta não pode pertencer ao Estado... do ponto de vista do capital!

As «brisinhas»

A par da privatização, o Governo avançou com outro processo de entrega de auto-estradas ao capital privado: desagregou a A7 (Famalicão-Guimarães) e a A8 (Loures-Torres Vedras) da rede da Brisa e abriu concurso para concessão da sua exploração a outras empresas.

Na corrida para as chamadas «brisinhas» estão quatro consórcios: Somague, MSF, Gestifer e Zagope; Teixeira Duarte, Soares da Costa e Dragados y Construcciones; Contacto/Sonae e Ferrovial; e Bento Pedroso, Engil, Mota & Companhia e OPCA.

Após uma reunião com o adjunto do secretário de Estado das Obras Públicas, a FEPCE manifestou «grande preocupação» quanto ao futuro dos postos de trabalho naqueles troços, pois o Governo apenas pretende comprometer os futuros concessionários a admitirem 71 portageiros, quando ali trabalham 132.

Neste processo, a Brisa ficou expressamente impedida de concorrer à construção de novos troços de auto-estrada, para além dos actualmente programados.

Facilidades

No novo contrato de concessão firmado com a Brisa, foi

aumentado o limite de circulação média de 25 mil carros por dia, que até aqui exigia o alargamento para mais uma faixa.

Os representantes dos trabalhadores citaram alguns dados recentes relativos ao tráfego médio diário: na A5 (Cascais) - 60 mil veículos; na A1 (Norte) - 25 mil; na A2 (Sul) - 25 800; na A3 (Braga) - 22 mil; na A8 (Loures) - 14 mil. E revelaram que, neste momento, é tabu falar-se no tráfego que passa entre o viaduto Duarte

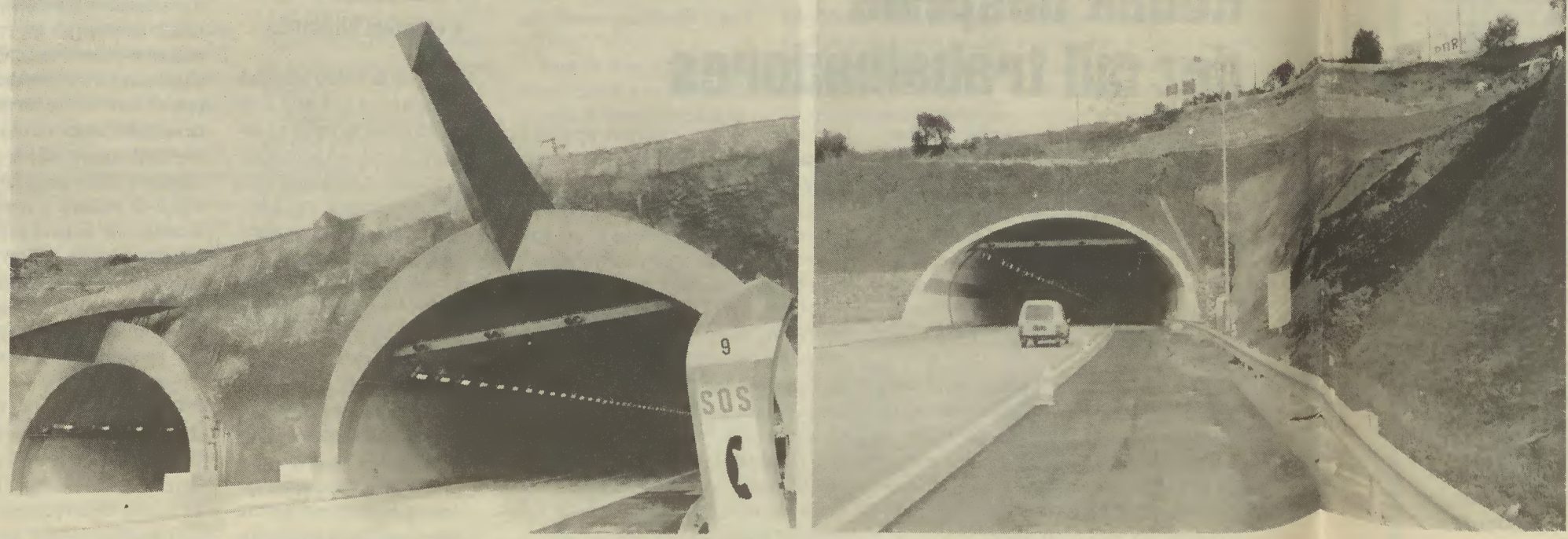
Pacheco e o nó do Estádio Nacional, calculado em 130 mil carros por dia, comentando que, se calhar, não se fazem contagens porque isso exigiria mais alargamentos...

E vão 17...

Esta primeira fase da Brisa é a 17ª operação de privatização levada a cabo pelo Governo PS.

No início do «road-show» (operação de promoção junto de potenciais compradores que termina hoje nos EUA), o secretário de Estado do Tesouro e das Finanças informou que neste ano e meio o Governo arrecadou 1250 milhões de contos em receitas de privatizações. Desta verba, uma fatia de 70 por cento destinou-se à redução da dívida pública (redução exigida pelos critérios que determinam a entrada na moeda única).

Na ocasião, Teixeira dos Santos apontou ainda os efeitos das privatizações nas movimentações da Bolsa de Lisboa, onde as empresas privatizadas representam cerca de 54 por cento do volume de transacções: desde 1995, a capitalização bolsista cresceu 250 por cento, enquanto só nos primeiros dez meses de 1997 o volume de transacções quadruplicou, relativamente ao mesmo período de 1995.



As verbas das privatizações são, no fundamental, canalizadas para os objectivos da moeda única



Em 2004, a Brisa terá a seu cargo 1114 quilómetros de auto-estradas, cuja exploração deveria ser feita conforme os interesses do País e dos utilizadores, mas, se prosseguir a privatização, irá ter em conta sobretudo o interesse dos accionistas



Os resultados da Brisa, com um grande aumento dos lucros nos últimos anos, despertam o apetite do capital privado

PCP solidário anuncia iniciativa na AR

O Grupo Parlamentar do PCP reuniu antontem com a Comissão de Trabalhadores da Brisa, manifestando a sua solidariedade para com as preocupações manifestadas face às previsíveis consequências do avanço da privatização.

O deputado comunista Lino de Carvalho, acompanhado de Francisco Lopes, da Comissão Política do Partido, e Virgílio Azevedo, do Secretariado, deslocaram-se às instalações da empresa, em São Domingos de Rana, na sequência de um cruzamento de iniciativas: o PCP solicitou a reunião com a CT «para aprofundar o conhecimento dos problemas da empresa e dos trabalhadores, num quadro de preocupações acrescidas devido à primeira fase da privatização e suas consequências» - como explicou ao «Avante!» o camarada Virgílio Azevedo, a própria CT desencadeou uma série de contactos com os grupos parlamentares.

O PCP, na reunião de terça-feira com membros da CT da Brisa e de diversas subCTs, reafirmou que defende a conti-

nuação da empresa no sector público e opõe-se à desanexação de troços para entregar «brisinhas» a privados. Virgílio Azevedo salienta que «este é o caminho que permite preservar os bons níveis de qualidade da assistência, da conservação e, consequentemente, da segurança nas auto-estradas portuguesas, garantindo os postos de trabalho e os direitos conquistados».

Os comunistas manifestaram o seu apoio à luta pela integração nos quadros da Brisa de cerca de 300 trabalhadores que, alguns há vários anos, desempenham tarefas na empresa em regime de aluguer de mão-de-obra.

O problema das falhas no sistema de controlo das portagens - imputadas aos trabalhadores, através de descontos nos salários que somaram, em 1995 e 1996, cerca de 36500 contos - vai motivar um requerimento dos deputados comunistas ao ministro da tutela, João Cravinho.

VÍTOR DIAS

Membro da Comissão Política

Todos iguais, uma ova!

NO PANORAMA das ideias feitas sobre a vida política nacional, talvez poucas sejam tão perversas e perigosas como a de que «os partidos são todos iguais».

Com efeito, a sua consolidação e expansão na consciência social é um dos melhores seguros de vida para a política de direita, um dos mais poderosos factores de resignação, anestesia e abdicação cívica, um dos maiores obstáculos ao avanço da exigência de mudanças reais e um dos principais instrumentos de bloqueamento de horizontes de transformação e de esperança.

É certo que não partilhamos da visão porventura ingénua de que aqueles que, dia a dia, em tom mais ou menos indignado e com mais ou menos variantes, vão repetindo esta falsa ideia sejam todos apenas vítimas indefesas de operações de intoxicação e manipulação que lhes incutem tal estado de espírito e tal juízo.

Parece-nos mais prudente admitir que, entre os cidadãos que repetem incansavelmente esta ideia, também há os que sabem perfeitamente que as coisas não são assim, mas preferem refugiar-se nesta generalização abusiva para não terem de confrontar as suas consciências com os resultados concretos das suas próprias opções de voto anteriores e para se pouparem ao desafio de novas escolhas e opções.

Mas isto em nada pode ocultar a importância fundamental que, para a irradiação desta ideia vesga e rasteira, assume toda uma sofisticada rede de pressões e condicionamentos de opinião que, quotidianamente e a pretexto dos mais diversos assuntos, é veiculada pela generalidade dos «media».

Entre centenas de exemplos que neste sentido poderiam ser invocados, vejamos apenas alguns mais recentes.

Na primeira página do último «Independente», Vasco Pulido Valente pronunciava-se criticamente em relação à alteração na composição do Conselho Superior de Magistratura promovida pela recente revisão constitucional, considerando que «desde Setembro, nada impede que o Conselho da Magistratura seja dominado por uma qualquer maioria hostil aos magistrados ou que os pretenda usar para os seus próprios fins». E acrescentava que «a modificação foi evidentemente aprovada pelo PS e pelo PSD». A verdade, porém, é que, na prosa de VPV, a preocupação de algum rigor e objectividade parava aqui. Com efeito, logo que passou às conclusões e ilações políticas, o que VPV prontamente passou a escrever foi que se tratou de «mais um passo dos partidos para assegurar e alargar o seu domínio do Estado» e que «se havia problemas com os juízes, havia outra maneira de os resolver. Só que os partidos não quiseram».

A questão está em que VPV não devia ignorar, e se ignorava devia ter procurado informar-se, que o PCP votou contra tal alteração constitucional, pelo que todas as generalizações a que VPV

procedeu - escrevendo sempre «os partidos», em vez de escrever «estes dois partidos» (ou seja, PS e PSD), são uma pura e nada inocente desonestidade intelectual filha de um empedernido preconceito político.

E, como se calculará, não se trata de reclamar que VPV elogiasse a atitude do PCP nesta matéria. Bastava que não tivesse sonogado aos seus leitores essa informação sobre uma distinta atitude do PCP, ainda que isso lhe não desse jeito para as generalizações abusivas que, essas sim, pelos vistos, dão sempre muito jeito.

O outro tanto aconteceu também com o último editorial do «Expresso» intitulado «Mau tempo na política». Aí, o autor - presumivelmente o director do jornal - considera que «nestes dias de mau tempo, os políticos perderam mais alguns pontos» porque «podiam ter dado as mãos e oferecido aos portugueses um espectáculo de unidade e solidariedade» e, em vez disso «os políticos levantaram as vozes para trocarem acusações entre si», «mais preocupados com as suas rivalidades do que com as dificuldades dos cidadãos».

Acontece, porém, que é uma evidência que o PCP não participou em nada do que tanto terá chocado o editorialista do «Expresso». Bem pelo contrário, desde o primeiro momento até hoje não disse uma palavra que possa ser invocada como exemplo de exploração política da desgraça que se abateu sobre as populações e, principalmente através dos seus eleitos autárquicos, quadros e militantes das regiões afectadas, esteve durante todo o período mais agudo dos temporais absolutamente concentrado nas tarefas de ajuda aos que sofriam, no desenvolvimento das inadiáveis e prioritárias acções de solidariedade e na justa reclamação das medidas e soluções imprescindíveis.

Assim sendo, a que título e com que fundamento é que o director do «Expresso» vem arremeter indiferenciadamente contra «os políticos»? E escusado será dizer que, também neste caso, não estaríamos à espera que o «Expresso» viesse enaltecer a postura assumida do PCP. Bastaria que, por dever elementar de respeito pela verdade, proporcionasse aos seus leitores a informação objectiva da existência de uma diferente atitude do PCP, ainda que isso não desse jeito a quem nada inocentemente tanto gosta de perorar sobre os vícios e defeitos de uma alegada «classe política» que, como um todo, é uma mera construção artificial das suas próprias cabecinhas.

A perversa ideia de que «os partidos são todos iguais» é o melhor seguro de vida para a política de direita. Não admira pois que tantos se ocupem quotidianamente de a fomentar e ampliar.

Mas, de entre os mais recentes exercícios destinados a fazer o PCP e os comunistas pagarem por aquilo que é feito por outros partidos ou dito pelos não comunistas, avulta pelo seu insolente despudor o que se acaba de verificar na polémica que, a propósito da SIC, foi travada nas páginas do «Público», envolvendo, de um lado, António Borge e, do outro, João Carlos Espada e José Manuel Fernandes.

Com efeito, comentando um execrável artigo de António Borge em defesa das lamentáveis ideias dos seus patrões (o que não invalida que, pior ainda, também sejam as suas reais opiniões), João Carlos Espada escreveu um artigo onde, por absurda inferência da antiga e já algo distante condição de A. Borge como membro do PCP e responsável de «o diário», não apenas procurava sobretudo colocar no pelourinho a ideologia comunista, obviamente acusada das coisas mais repelentes e indignas, como tentava fazer crer que, na raiz das concepções e métodos da SIC e das opiniões de A. Borge, o que estaria era ainda a nefanda matriz do pensamento e das práticas comunistas.

Quem leu, sabe que não há nisto ponta de exagero. Quem

não leu, poderá ficar a saber que num artigo inserido numa polémica que, no fundo, é uma zanga entre comadres defensoras do capitalismo e do neoliberalismo (que para uns - Espada, Fernandes & C^ª só é inaceitável e repugnante na televisão), há 20 referências propositadamente semeadas para meter despropositadamente o PCP ao barulho («comunistas» 6, «comunismo» 2, «o diário» 2, «materialismo dialéctico e histórico» 2, «materialista» 1, «Lenine» 2, «marxismo» 2, «marxista» 1, «muro de Berlim» 1 e PCP 1).

Como as coisas estão, e com a falta de escrúpulos que por aí vai, só mesmo a eventual confidencialidade das «conversas secretas» de Baptista-Bastos na SIC é que nos poderá salvar de também termos ainda de pagar por esse monumento de arro-

gância e prosápia que foi o interrogatório (leia-se a palavra como se quiser) feito a Mariana Otero, antes da leitura por Emídio Rangel de uma nota oficiosa da SIC, como muito isento preâmbulo televisivo à transmissão do documentário do Canal «Arte».

Voltando à famigerada ideia de que «os partidos são todos iguais», não é difícil perceber que, no pensamento de muitos comentadores, ela é irmã gémea da circunstância de terem as meninges completamente aprisionadas num quadro de uma falsa «bipolarização PS-PSD» e de uma imensa devoção política a um projecto de bipartidismo.

E esta deve ser aliás única explicação racional para que, desde a última vez em que vergastámos o dislate, tenha havido mais umas boas centenas de ocasiões em que jornalistas, comentadores, apresentadores de telejornais e dirigentes políticos continuaram a qualificar Marcelo Rebelo de Sousa como «o líder da oposição», assim teimando na sua feroz resistência a todas as explicações pedagógicas, a todos os apelos elegantes, a todos os sarcasmos e as todas as insinuações de indigência intelectual que, por causa de tal falsificação, já lhes dirigimos.

De depois desta visita aos truques da generalização e da amálgama, é agora tempo de concluir que se há quem, à força, nos queira apresentar como iguais aos outros partidos em quase tudo o que há de mais chocante e condenável na vida política, é porque sabe muito bem que a diferença representada pelo PCP, pelos comunistas portugueses e pelos ideais e propostas que defendem é um insubstituível factor de esperança e uma alavanca decisiva para as mudanças necessárias.



Uma «coisa» chamada opinião pública

Há, na verdade, uma “coisa” chamada opinião pública que ninguém sabe muito bem o que seja e que, por isso mesmo, serve para os mais diversos – e em muitos casos perversos – usos e abusos.

Nas linhas que seguem, ilustra-se esse uso e abuso em dois registos. Um, relativamente inócuo e talvez até com alguma graça; outro, muito sério e que faz pensar seriamente.

“Espera aí. Pelo menos falei do assunto com a minha companheira e ela acha que...”

Foi a minha vez de interromper:

“Já percebi... a tua opinião pública é a tua companheira. Também já tinha reparado que a minha opinião pública, antes de mais, é a minha companheira!”

Rimos e, desde então, quando nos encontramos pelas Europas e reuniões, depois do fim de semana, lá nos perguntamos um ao outro como vai a respectiva “opinião pública”.

A opinião pública de cada um

Estava em animada discussão com um camarada com quem partilho a tarefa, sobre um tema bastante delicado - que não vem ao caso, porque poderia ser qualquer um - e ele faz-me a observação: “em parte, estou de acordo contigo... mas o problema é como a opinião pública aceitará essa posição que defendes...”.

Eu retorqui, ligeiramente irritado - porque estas questões com base na tal “opinião pública” têm o condão de me irritar -, “a opinião pública, a opinião pública, o que é isso? O que é para ti essa “coisa” da opinião pública?, é a opinião de quem, recolhida como, com que critérios, e com que informação anterior? Para mim, há o povo, há os trabalhadores, há...”.

E ia continuar por aí fora, embalado, se o meu amigo e camarada (a ordem dos factores é arbitrária... neste caso) não me tivesse interrompido:

Quando, para uma certa opinião pública, alentejano (e outros) é igual a comunista – a insidiosa manipulação

Há poucos dias, estava em minha casa, ali para as beiras de Fátima, em fim-de-semana, meio em leituras, descanso e lazer, quando apareceu um dos muitos vizinhos que, como começa a ser habitual para alguns, pára ao passar, para trocar dois dedos de conversa.

Este é um jovem economista que aproveita alguns fins-de-semana para visitar e estar com a família e, sempre que vê o meu carro à porta e que não há grande movimento de amigos lá por casa, gosta de entrar e de vir trocar impressões com o colega mais velho.

Desta vez, o tema por onde começámos foi, naturalmente, o das eleições autárquicas e das listas con-

correntes, à Junta, à Câmara, à Assembleia Municipal, particularmente as da CDU.

Descobri-lhe - ou, então, quis descobrir-lhe - uma certa pena por não ter participado na dinâmica que lhe fui relatando, talvez com excessivo entusiasmo, quanto à adesão de jovens à CDU em Ourém, quanto a concorrermos, este ano de 1997, a 8 juntas contra as 3 de 1993. E enfatizei os 30% com menos de 30 anos, os 20% de mulheres, números realmente impressionantes relativamente à zona e às listas anteriores.

A conversa escorria e, confesso, dava-me algum prazer sentir a sua incapacidade de me contrariar e o algum embaraço por não poder esconder uma certa frustração por não ter participado na tal dinâmica que eu lhe transmitia.

Até que encontrou um espaço, descobriu e avançou com um argumento meio reticente:

“Pois é... sabe-se que a CDU, aqui em Ourém, tem boa gente, que as pessoas de que me falou são credíveis. Até se percebe a adesão dos jovens (ainda pensei interrompê-lo com a dúvida se são os jovens que aderiram ou o contrário, mas desisti...). O problema é o receio que se tem com a possibilidade de ver a CDU, os comunistas, no poder...”

Contra-arguntei “Qual quê?!... Basta ter os olhos abertos. Então no poder local pode ver-se o resultado de estar a CDU no poder. A nossa melhor propaganda é confrontar os quotidianos das autarquias vizinhas. É ver os resultados, na qualidade de vida autár-

quica, na Chamusca, na Golegã, em Constância, é compará-los com os das câmaras PS ou PSD, particularmente a nossa...”.

Quando julgava tê-lo deixado sem resposta, eis que tirou um coelho da cartola: a tal opinião pública.

“Ó doutor... olhe que não é bem assim. E sabe como a opinião pública é sensível e como valoriza os passos em falso que vocês dão. E o facto é que também os dão. E é cada trambolhão! Vem logo nos jornais e na televisão. Não pode dizer que não. Veja só esses casos do governador civil (parece que) de Évora e o tal Judas que era da Intersindical... e sabe como é a opinião pública. Não perdoa!”

Pareceu-me que ele saboreava uma vitória. A vitória de quem consegue ripostar a argumentos que tinha tido dificuldade em rebater.

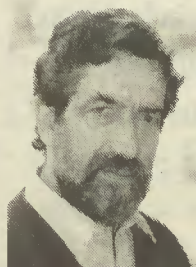
“Moral” das estórias

Não vou continuar o relato em directo (mais ou menos) directo. Mas a conversa continuou, até para esclarecer que, afinal, o tal governador civil de Évora é o Saleiro de Beja (o meu jovem colega não recusou, numa volta da conversa, a impressão positivíssima que lhe provocou recente visita à autarquia de Évora!). E lá lhe disse, explicando pacientemente, que esses senhores - Saleiro e Judas - não têm nada a ver com a CDU. Bem pelo contrário!

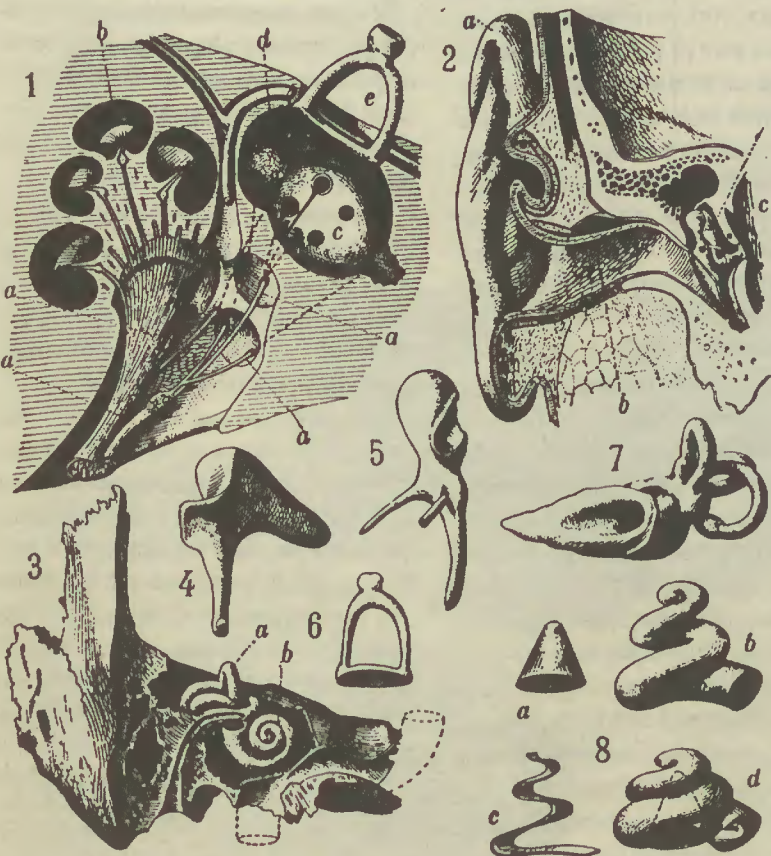
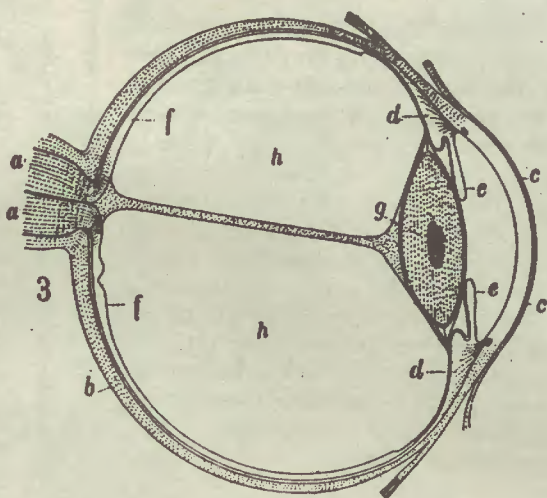
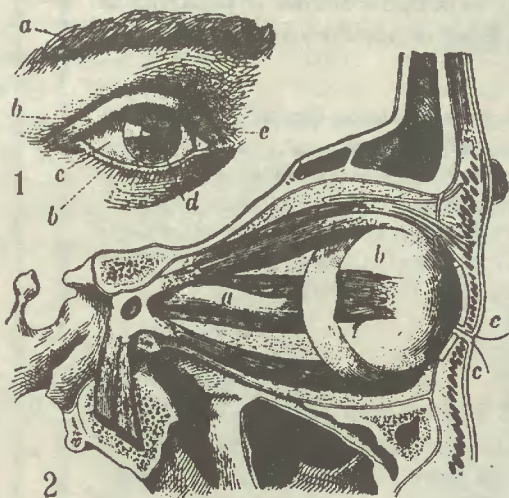
Acho que terei conseguido esclarecer alguma coisa no plano pessoal. Quem é Saleiro, quem foi Judas. Mas, para mim, também houve um esclarecimento - e quase traumático. O meu jovem colega não só é *opinião pública* como transmite posições arreigadas na opinião pública com que convive - os pais, os irmãos, os familiares, mesmo alguns colegas.

E, para *essa opinião pública*, quem é alentejano é comunista, sobretudo se tem comportamentos condenáveis, fraudulentos, corruptos, que possam cair na alçada da lei - se a lei funcionar... mesmo que seja o assumido inimigo público dos comunistas e da CDU. Quem foi da Intersindical, quem deu a cara pelos trabalhadores e, em determinada altura da sua vida, foi identificado com o PCP, voltará a sê-lo, para efeitos de manipulação da tal opinião pública, se as primeiras páginas dos jornais e a televisão falarem dele a propósito de duvidoso comportamento quanto a seriedade e a honestidade.

Tudo isto me fez pensar e, por isso, reproduzo - com um certo toque ficcionista quanto baste - estas duas estórias, como um alerta muito sério relativamente a essa “coisa” da opinião pública.



■ Sérgio Ribeiro



O LEITOR

Retomamos hoje, com um atraso compreensível dada a falta de espaço e o muito que há para escrever neste jornal, alguma da correspondência que nos tem sido enviada.

Há uma alternativa!

Do nosso leitor Raul Picado Júnior, que nos escreveu de Beja a informar do pagamento da sua assinatura, um excerto da sua carta em que, depois de recordar o seu passado de velho militante, nos diz:

«Sem quaisquer dúvidas, quer queiramos ou não, há uma alternativa que é: transformar a maldita sociedade capitalista em uma sociedade proletária e camponesa onde caibam todos os viventes cá neste jardim da Europa à beira-mar situado! Fui à Festa do nosso "Avante!" e ali verifiquei as qualidades e o que são capazes de

fazer os comunistas. Eles perfilham uma outra educação e amizade, o que, aliás, se não observa em qualquer dos outros partidos hoje na liça. Não sou comunista por apenas pertencer à oposição à sociedade agora constituída, mas por pensar que a transformação da humanidade, mais tarde ou mais cedo, terá o seu epílogo!»

Socialismo sem gavetas

De Linda-a-Velha, o nosso leitor Francisco M. B. Jorge, escreveu a propósito de um artigo «A Justiça Alemã e a História», publicado recentemente pelo nosso jornal. E recorda uma viagem que em 1985 fez à então RDA. Eis alguns excertos:

(...) «Em que país "cresceu" um palácio com piscina e outros pavilhões desportivos, recreativos, etc., onde podem brincar cinco mil crianças e entrar com os papás? Brincar: executam música, teatro, costuram bonecos, pinturas, cerâmica, pequenos barcos que experimentam nos lagos das traseiras; naves espaciais CCCP-DDR para sonhar aos cosmonautas. Que posso acrescentar? Brincavam ao Festival da Juventude de Moscovo, porque eram muito novinhos para irem com os irmãos mais adiantados.

(...) «Visitei Buchenwald. Havia soldados estrangeiros, gente de várias nacionalidades. Soviéticos para conhecerem o "consultório médico" onde os carcereiros abateram, pelas

costas, mais de mil oficiais, prisioneiros de guerra. Jovens polacos que pisavam o terreno onde, à fome e ao frio, milhares de compatriotas seus apagaram-se e foram apagados. Ninguém pode sentir-se estranho ali. Desde há 40 anos.

(...) «Por tudo isto, enquanto se escondem realidades que dizem traumatizantes e culpabilizadoras, se oferece um futuro coca-cola, aprendi por tudo isto que a vida e a morte significam mais para estes homens do socialismo, nu e cru, sem adjectivos ou gavetas. Acima de tudo a vida, sem confundir a água com o charco, sem ignorar que as fronteiras entre bem e mal são difíceis de traçar. E que todas as fronteiras são feitas e desfeitas pelos "actores" do mundo, os humanos.»

"Crédito"

Escreve-nos António N. V. Barbosa, de Alverca do Ribatejo, uma extensa carta a contar uma penosa e também extensa desgraça que lhe aconteceu e - supomos nós, a muita gente também poderá vir a acontecer. Resumimos as queixas deste nosso leitor. Colocado pelo governo de Cavaco no Quadro de Excedentes da Função Pública, vivendo uma situação económica difícil, eis que a empresa de supermercados Jumbo lhe propõe o cartão Jumbo-Mais, numa operação de sedução de que muita gente tem sido vítima... Hoje, o nosso leitor, que afirma ter pago as prestações devidas e ter solicitado a invalidação do cartão, vê a sua "dívida" subir, vai pagando com cheques e vai a tribunal. Em dois anos, por uma "dívida" de 23 747\$00, o total pago e a pagar monta a 260 092\$00!

Ganhar de novo em Tortosendo

De Tortosendo escreve-nos Ramiro Antunes Raimundo:

«Depois do 25 de Abril, nunca o Tortosendo tinha perdido as eleições para outro partido. O PSD ganhou a Junta devido à divisão dos votos de uma candidatura "independente" - dizia a sigla, mas a pessoa que a encabeçou nada de ingénio tem. Agora publicou uma carta aberta no Jornal do Fundão, pagando-a do seu bolso. Está indignado por não ter sido escolhido pelo PS, partido do qual se diz militante... É certo que foi presidente da Junta pela CDU. Ao ser substituído nunca soube encaixar, é das pessoas que o que quer é poder. Mas, para se ganhar autarquias é preciso ter mais algo - honestidade e competência. Vamos ao que interessa. É um médico que é o actual Presidente da Junta e militante do PSD. O que eu quero dizer aos meus conterrâneos é que foi precisamente o PSD que, ao estar no Governo mais de 10 anos, nada fez pelo País nem pelo

Poder Local. O que fez o PSD na crise dos lanifícios? Apoiou sempre os patrões no encerramento das empresas, não se interessando que famílias inteiras fossem atiradas para o desemprego e a miséria.

«A CDU e os seus militantes têm um passado de luta, de coerência e de honestidade. Foi uma geração de operários, de homens e mulheres que, arriscando a própria vida, foram presos e perseguidos e muitos exilados. É essa geração que não podemos trair. Não morando actualmente na nossa vila, custa-me a aceitar que apareçam pessoas de outros partidos, que nada fizeram pela bonita vila de Tortosendo e venham agora a enganar a população com promessas que nunca cumpriram. O Tortosendo tem um bom candidato. Não nos podemos dividir a discutir se A, B ou C também seria bom. Todos juntos vamos derrotar o PSD na Junta.»

Países

Após a Festa do «Avante!» deste ano, o nosso leitor Francisco Santos exprime a sua opinião em relação ao modo como são tratadas as participações da Catalunha e da Galiza entre as delegações que estiveram presentes:

(...) «Sei que a Galiza e a Catalunha não são Estados independentes. Mas o mesmo se aplica ao Curdistão, Palestina, Sahara Ocidental e Timor-Leste. No entanto essas nações foram incluídas entre os "34 países" (o que eu concordo). Afinal, qual foi o critério para chamar "países" a uns e não a outros? Mesmo politicamente a Galiza e a

Catalunha (principalmente esta última) têm muito mais autonomia que alguns ou todos os outros países não-independentes que foram contabilizados. Também historicamente a Catalunha tem muito mais razões para ser considerada um país do que o Sahara Ocidental ou Timor-Leste, por exemplo.» (...)

■ Maria
Eduarda
Castro

Pontos nos is

Como jornalista, o debate que se realizou na semana passada com a participação de Mário Soares e Álvaro Cunhal, moderado por Gomes Canotilho, é, efectiva e objectivamente, um acontecimento. Trata-se de duas personalidades por de mais conhecidas pela sua intervenção e que se situam ambas no quadro da esquerda se se relacionar esquerda com humanismo. Embora me situe claramente a nível ideológico, penso ser capaz da mesma clareza ao distanciar-me, ainda que as análises tenham, obviamente, referências. Hesitei muito antes de escrever este texto e acabei por me decidir depois de ler o comentário do jovem jornalista Pedro Morais Fonseca no «Jornal de Notícias». O título já me acompanha há dias.

Vamos lá pôr os pontos nos is

É assustador que se continue a falar de países comunistas quando se sabe que nunca houve nenhum país comunista e o primeiro país em que o Partido Comunista tomou o poder partiu para o socialismo possível saído não do capitalismo evoluído como Marx previra mas do feudalismo. É claro que não se ia deitar fora (mesmo que tivesse sido possível) uma revolução que não obedecia à teoria existente. O que se fez foi aproveitar para avançar tanto quanto fosse possível - e com tantos obstáculos externos e problemas internos, o que se conseguiu!

Sem querer aprofundar a minha visão dos acontecimentos (não é isso que está em causa), este texto surge, em primeiro lugar, pela importância de que o acontecimento se reveste e, em segundo lugar, pela depressão da situação objectiva envolvente.

Para ouvir o que tinham a dizer Álvaro Cunhal e Mário Soares nos tempos que lhes foram concedidos tive que sintonizar a SIC (provavelmente comprou o exclusivo neste sistema que tudo compra). Ouvi atentamente o debate do qual a SIC já tinha decretado a derrota do dr. Álvaro Cunhal porque ruiu o muro de Berlim, o socialismo soviético implodiu e patati patatá, a cassete do costume. Mas depois - ao que nós chegámos! - se os comentadores para temas da maior importância para os portugueses e para a humanidade em geral são aqueles dois cavalheiros e aquela senhora, todos jornalistas de sucesso e um agora até cineasta. Que mediocridade. Enquanto forem assim os comentadores e jornalistas de sucesso, que alegria pertencer ao insucesso que pensa e busca caminhos para a humanidade em vez de discutir debates desta importância como se se tratasse de um desafio de futebol.

Ainda bem que o debate propriamente dito não tenha tido *jornalistas*. Foi possível ouvir opiniões fundamentadas de forma a poder reflectir sobre elas. Claro que os comentadores lamentaram a inexistência da «mediatização», termo inventado não se sabe bem por quem e que significa a interrupção das pessoas de forma a não deixar concluir ideias e a tentativa de evitar qualquer consenso construtivo, tudo isto com objectivos, já se vê, que não são conducentes à elaboração do pensamento mas ao enbrutecimento que permite fazer reinar as ideias dominantes.

Importa acrescentar que, sendo eu própria jornalista, não defendo debates «aboborados» em que não exista uma intervenção do

jornalista, agente mediador, no sentido de criar um ritmo a um debate que prenda a atenção dos espectadores. Mas em português nos entendermos - o que importa é valorizar as intervenções de quem tem coisas para dizer que ajudem a população a pensar nas questões e descobrir as soluções que sejam melhores para todos e para cada um. É, no fundo, o que pode fazer uma democracia participativa, de todos os cidadãos, ao contrário da democracia que temos, exclusivamente do voto, que é cada vez mais uma fantochada para a qual os cidadãos vão estando cada vez mais de costas e descrentes.

Esta é a democracia que, nos Estados Unidos de onde provém, permite que os governos sejam eleitos por menos de metade da população, já que a maioria entendeu que, faça o que fizer, estará cada vez mais na mesma. A outra democracia é a que os ditos Estados Unidos e os seus acólitos atacam ferozmente, vem de Cuba e levou às urnas 98 por cento da população (naturalmente com uma pistola nas costas...).

Não defendo para Portugal a democracia cubana que nem conheço, mas defendo a criação de condições que nos permitam encontrar a nossa democracia participativa e não eleitoralista que motive os cidadãos para a participação em que o voto seja uma das etapas de um percurso com sentido.

Se alguma coisa caracteriza a actual situação que vivemos é a hipocrisia, característica que ressalta da recente intervenção do nosso Primeiro-Ministro ao chamar a atenção sobre o problema dos direitos humanos em relação a Cuba.

Que quererá ele dizer? O primeiro direito humano é o direito à vida. Será que todos os bebés que nascem no país de que Guterres é Primeiro-Ministro têm condições de sobrevivência e igualdade de oportunidades assegurada? Guterres dirige um país em que os cidadãos se têm de queixar e demonstrar não possuem o mínimo de sobrevivência para lhes ser atribuído o mínimo. Será este o socialismo de abundância? Que autoridade moral tem, para falar em direitos humanos, alguém que dirige um país em que existe uma percentagem de cidadãos que não são viáveis? É isto que coloca a juventude de costas para a política, é a morosidade das reformas que não lhes permite acreditarem no seu próprio futuro.

E a terminar, dizer que quem escreve é alguém que é profundamente optimista porque sabe que os povos - e o nosso também - não se hão-de resignar e hão-de vencer.

■ Fátima Garcia

Trabalho a tempo parcial ou as obras de Santa Engrácia

Começamos por um pouco de história. A discussão sobre a abolição das discriminações no tocante ao trabalho atípico (por exemplo: tempo parcial, teletrabalho, etc.) remonta já a 1980 quando a Comissão Europeia apresentou as primeiras propostas de directiva consagradas ao trabalho voluntário a tempo parcial, ao trabalho assente em contrato de duração determinada e ao trabalho interino.

Uma vez que a apreciação destas propostas não se saldou por qualquer resultado, a Comissão apresentou de novo em 1990 três propostas de directiva relativas a diferentes formas de trabalho atípico. Destas, o Conselho adoptou unicamente a proposta que visava a melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores temporários (Directiva 91/383/CEE) e em 1994 declarou que tinha fracassado a deliberação em torno das outras duas, dado não se esperar a unanimidade num futuro próximo.

Perante este panorama, a Comissão decidiu, em 1995, consultar os parceiros sociais e aguardar o seu contributo. Isto significa que, quando os parceiros sociais chegam a acordo (confederações do patronato - empresas públicas e privadas - e Confederação Europeia de Sindicatos - CES), a Comissão propõe ao Conselho a adopção desse acordo. Esta experiência resultou já anteriormente com a adopção do acordo-quadro sobre licença parental.

Mas voltemos ao "tempo parcial". Após 20 meses de consultas, os parceiros sociais chegaram apenas a um "Acordo-Quadro Europeu relativo ao Trabalho a Tempo Parcial".

Infelizmente não nos podemos congratular com o resultado. Embora a Comissão pretendesse que este Acordo contribuísse para suprimir as discriminações contra os trabalhadores a tempo parcial e fomentar o seu desenvolvimento numa base de voluntariado contribuindo para a organização flexível do tempo de trabalho tendo em conta as necessidades dos empregadores e dos trabalhadores, os resultados obtidos conduzem a que apenas um dos parceiros saísse beneficiado e, como é infelizmente usual nesta construção europeia, também neste caso foi o patronato.

Vejamos mais em pormenor.

É verdade que a primeira cláusula do Acordo-Quadro estabelece o objectivo de assegurar a supressão das discriminações dos trabalhadores a tempo parcial e de melhorar a qualidade de trabalho. No entanto, logo na sua segunda cláusula se prevê que, por

"razões objectivas" (que ninguém sabe quais são), e de acordo com a prática nacional, os trabalhadores a tempo parcial que trabalhem numa base ocasional podem ser *total ou parcialmente excluídos* das disposições deste Acordo.

Quanto à definição do "trabalhador a tempo parcial" o Acordo estabelece que ela se refere ao assalariado cuja duração normal de trabalho calculado numa base semanal ou por um período de emprego que pode ir até um ano, é inferior ao de um trabalhador a tempo inteiro (não estabelecendo período de trabalho mínimo e máximo).

Não é difícil compreender por que é que o chefe da confederação patronal se congratulou com o Acordo firmado, nomeadamente, pelo facto de o seu conteúdo abrir a porta à flexibilização.

Na Comissão dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu, o tratamento que este Acordo-Quadro mereceu foi no mínimo curioso, para não dizer triste.

A deputada Karin Jöns (alemã do Grupo Socialista) começou por, na primeira versão do seu relatório, fazer uma análise crítica do seu conteúdo pedindo à Comissão a sua retirada e a apresentação imediata de uma proposta relativa a todas as formas flexíveis de trabalho e relações laborais atípicas que abarcasse a globalidade dos aspectos jurídicos relacionados com o trabalho e a segurança social e garantisse a não-discriminação dos trabalhadores. A relatora concluiu propondo a rejeição da proposta de directiva da Comissão.

Depois de uma discussão muito acalorada no seio da Comissão do PE durante a qual a maioria dos deputados se manifestou contra a posição da relatora, Karin Jöns preferiu abdicar da sua posição e deixou de propor a rejeição do Acordo-Quadro propondo ao PE que o aprove, mantendo, todavia, uma atitude crítica.

Esta não será a posição que adoptarão os eurodeputados do PCP na próxima sessão plenária que decorrerá em Estrasburgo entre 17 e 21 de Novembro. Já nas propostas apresentadas na Comissão Parlamentar pelo deputado Sérgio Ribeiro se manifestou contra a

possibilidade de despedimento, contra a prática generalizada de derrogações, por um Acordo que tenha em consideração a Convenção da OIT de 1994.

Uma atitude crítica não será suficiente para impedir que este Acordo-Quadro que (dizem eles) visa estabelecer normas mínimas mas que (dizemos nós) está mesmo abaixo destas, possa servir para dificultar a luta por uma efectiva igualdade de direitos entre os trabalhadores a tempo parcial (que aumentam todos os dias) e os trabalhadores a tempo inteiro. Os deputados do PCP sempre se bateram por uma "igualização no progresso".



Também o princípio de não-discriminação é completamente adulterado quando o Acordo diz que um tratamento diferenciado pode ser justificado por "razões objectivas" (que continua sem se saber quais são).

Quanto à questão do voluntariado, também este critério foi arrasado ao permitir-se no texto do Acordo que, segundo as legislações nacionais, se possa proceder ao despedimento de trabalhadores que recusem passar a tempo parcial, ou vice-versa, por outras razões tais como as que podem resultar de necessidades de funcionamento da empresa respectiva.

AR aprova projecto do PCP

No final da sessão legislativa foi aprovado na A.R. o projecto de lei do PCP que consagra novos meios de combate às discriminações de que as mulheres são vítimas.

Este projecto de lei havia já sido apresentado há alguns anos na Assembleia da República, e foi rejeitado pela então maioria PSD. Desta vez, aquando da discussão, igualmente o PSD tudo fez para que o mesmo não fosse submetido a plenário.

Conhecido pelo projecto de lei do BCP (Banco Comercial Português) porque teve origem nos impedimentos que o Eng.º Jardim Gonçalves, presidente do Conselho de Administração, colocou à admissão de mulheres naquele Banco.

Com a lei n.º 105/97 recentemente publicado no «Diário da República», e que nasceu do projecto do PCP, deu-se cumprimento a uma recomendação do anterior Provedor da Justiça que foi formulada, atendendo às discriminações existentes no BCP, e à recusa da

actuação do anterior Governo PSD através da Inspeção de Trabalho por inexistência de legislação.

A partir da publicação desta lei:

– Impõe-se às empresas novas regras destinadas a impedir que as mulheres sejam excluídas do acesso ao emprego, apenas por serem mulheres. É obrigatório a conservação de registos sobre convites endereçados aos candidatos, que tornem possível a actuação mais eficaz das instâncias de controlo como o CITE, Inspeções de Trabalho e Tribunais.

– Estabelece a «inversão do ónus da prova» cabendo às empresas fazer prova de que não actuaram de forma discriminatória.

– Consagra-se a legitimidade das Associações Sindicais para intentarem acções visando obter sentença que declare a prática discriminatória.

– Estabelece-se a sanção de publicação da sentença condenatória nos locais de trabalho e nos meios da comunicação social.

Com a publicação desta lei ficam os direitos das mulheres mais defendidos.

No período tão conturbado em que se vive e em que vemos estratos diferenciados serem afectados – desde a operária até à que exerce a profissão liberal podem ser alvo de discriminação – esta lei é mais um instrumento de defesa, que pode ser usado pelas Associações Sindicais, junto dos tribunais competentes para repor a igualdade de tratamento no trabalho e no emprego.

■ Manuela Freitas





EM FOCO

③ Formação, trajetória e fim do Império Britânico

■ Manoel de Lencastre

A independência americana

Alterada a atmosfera económica, a Revolução Industrial (que examinaremos no próximo trabalho desta série) «arrancou» imparavelmente, por assim dizer, para dar ao Império Britânico uma certa razão de ser. A Inglaterra fabril, a nova economia industrial inventora e criadora de produtos manufacturados, exigia o aparecimento de mercado que contribuíssem para o escoamento desses produtos. Mas, durante o primeiro período da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), instalara-se no país um clima de corrupção e de intriga política que se tornou próprio do jogo dos partidos da época. Então, William Pitt, o célebre governante que diviso o Primeiro Império e presidiu ao seu desenvolvimento, disse: «Sei que posso salvar este país e que ninguém mais poderá fazê-lo.»

William Pitt, o mais velho

Havia impaciência entre os colonos americanos. O mundo começava a trilhar caminhos diferentes e mal conhecidos, caminhos excitantes que abriam campo a novos trabalhos e a novas ideias, que ofereciam esperanças e perigos. A França procurava aparecer, militarmente, em todos os pontos do Globo onde a Inglaterra se havia estabelecido. E surgiram três acontecimentos fundamentais que alteraram, dramaticamente, a evolução do Império — a conquista do Quebec (1759), a vitória de Clive, em Plassey (1757), que deixaria toda a Bengala sob a colonização britânica e a declaração de independência das colónias americanas (1776). Através deste crítico tempo de transformações gigantes, Pitt concebeu a grandeza e o poderio do seu país em moldes modernos. Mas viria a sofrer, terrivelmente, quando se verificou a perda da América. Entretanto, compreendera, como poucos, que o espírito rebelde, impaciente, de libertação que então nascia e fazia ferver o entusiasmo dos colonos, do outro lado do Atlântico, acabaria por prevalecer.

William Pitt (Chatham) foi um dirigente político de rara visão e de qualidades únicas. Grande orador parlamentar, «leader» desinteressado, revelou-se, igualmente, um esclarecido e sempre inspirado dirigente das guerras de conquistas quando o Primeiro Império se afirmava (1758-1760). Sob a direcção do grande estadista, a Inglaterra ultrapassou o tempo corrupto e decadente que vivera nos dias do ministério Newcastle e ganhou confiança para voltar a concentrar-se na sua imensa aventura de colonização do mundo. E assim, nas novas condições, o país de Shakespeare, gritava:

«To glory we call you, as free-men, not slaves, for who are so free as the sons of the waves?»

À conquista da glória vos chamamos, como homens livres, não como escravos, pois, quem é tão livre afinal, como os filhos das ondas do mar?

Neste arrebatamento, a Inglaterr-

ra, que havia expulso os franceses do vale do Ohio, do Canadá, da zona de Mississipi e do golfo do México, julgava, na verdade, ter o mundo aos seus pés. E notava-se que, para além das colónias atlânticas que formavam o Império no continente norte-americano, parecia existir todo um universo de novas terras sem fronteiras, território onde seria possível a embriaguez suprema do delírio de enormes riquezas, onde a descoberta desconhecida, responderia a todas as aspirações. No Oeste americano, era onde os anglo-americanos, e outros, julgavam poder viver horas, dias e noites de ouro.

Horas diabólicas

Mas a morte de William Pitt (1778) e a nova situação criada na América após o fim da Guerra dos Sete Anos deixaram os colonos americanos numa condição diferente. Se as bandeiras francesas haviam sido arreadas em quase todo o continente, a protecção da mãe-pátria britânica tornava-se desnecessária. Os americanos começavam a descobrir que podiam existir e governarem-se por si mesmos. Tinham-se já vivido oito anos de controvérsias quando o governo de Londres fez circular a ideia de que as colónias deveriam contribuir para o pagamento das despesas ocasionadas pela guerra e lançou impostos tendentes ao financiamento de encargos com as forças



militares estacionadas no novo continente. Os colonos reagiram desfavoravelmente. E a aplicação de um «imposto de selo» sobre documentos de efeitos legais, deparou com respostas violentas. Depois, a continuação do monopólio de importação de chá pela «East India Company» e a criação de outros impostos sobre esse produto deram lugar a situações de revolta aberta contra o governo North, que o grande historiador

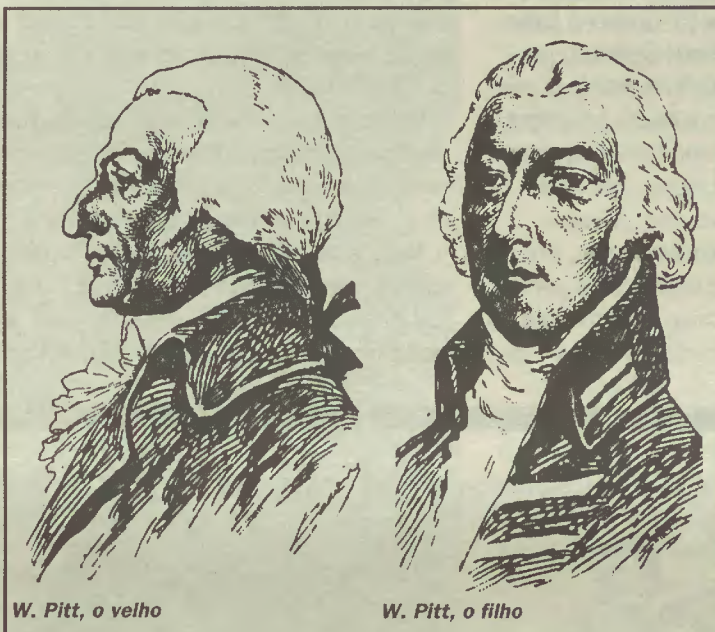
ria, e, para George III, não passavam de unidades ou alíneas orçamentais.

Vitória da América livre

Contudo, o espírito radical dos americanos ganhou raízes. Quando o governo inglês pretendeu aplicar o código penal contra os colonos do Massachusetts, encerrou o porto de

Os erros militares do exército colonial inglês aceleraram o progresso desses acontecimentos. Em Bunker's Hill (Junho 1775) a superioridade das tropas inglesas foi destruída pela incapacidade estratégica e política do Alto Comando. O general Burgoyne recebeu instruções para a revolucionária Nova Inglaterra (New England) descendo o Hudson, mas sem estar certo de que Howe marcharia do Sul ao seu encontro. Este, na verdade, estacionara em Filadélfia e o primeiro viu a sua marcha cortada pelas tropas insurrectas. Tudo terminou, como é do conhecimento geral, em Saratoga (Outubro de 1777). E tudo se consumaria em Yorktown, em 1781.

Quando se conheceu em Inglaterra a perda das colónias do Novo Mundo e a efectiva independência dos Estados Unidos da América, percebeu-se a extensão da derrota sofrida. O Primeiro Império tombava e morria sem glória. George III e North, simplesmente, não conseguiram conceber o que havia acontecido. A perplexidade estendeu-se a todo o país. Que destino abraçava, agora? O primeiro-ministro demitiu-se em 1782 e o Parlamento, tomando consciência da gravidade



W. Pitt, o velho

W. Pitt, o filho

inglês, Trevelyan, descreveu como «horas diabólicas».

Foi assim que nasceu a resistência à tributação criada por um Parlamento onde os colonos e colonizados americanos não tinham qualquer representação. Rapidamente, surgia a consciência de que na América começava a lutar-se contra uma potência estrangeira de ocupação do território nacional. Segundo Egerton, historiador do sistema colonial britânico («The American Revolution»), as medidas fiscais de 1765 e 1767 precipitaram a crise «mas era já evidente que essa crise acabaria por declarar-se a não ser que a Grã-Bretanha alterasse a sua política e a sua compreensão das colónias».

A política colonial dos ingleses era incompetente. Orientava-a o próprio rei, George III, que, passando por cima de um Parlamento cujos membros pareciam mais ocupados com negócios e com problemas da religião, emitia instruções directas e pessoais ao primeiro-ministro, North. Na curta e oblíqua óptica da grande potência colonial em expansão, interessava defender os interesses dos proprietários das já consideráveis plantações de açúcar e tabaco nas Antilhas, ou os dos mercadores de escravos. As treze colónias americanas eram tidas como uma zona semi-selvagem, longínqua, secundá-

Boston e decretou que teriam lugar em Londres os julgamentos de americanos envolvidos em protestos contra a coroa ou em movimentos hostis aos interesses britânicos, considerou-se que a Inglaterra entrava em guerra, de facto, contra as suas próprias colónias. E o conflito entre a potência colonial e os seus súbditos americanos começou em Lexington. O comando das tropas inglesas estava entregue a Burgoyne. Nesses momentos transcendentais, os "Filhos da Independência" compreenderam que haviam começado a percorrer uma nova estrada cujo fim se representava por uma única, tão aliciante mas sempre supreendente e estranha palavra — liberdade. Dirigidos por um político-patriota-homem de Estado-soldado com as excepcionais qualidades de George Washington, os americanos iriam atravessar essa estrada erguendo bandeiras rebeldes e derramando sangue generoso e jovem da mais gloriosa maneira. Representavam uma sociedade nova, simples, básica, em luta contra a artificialidade e a decadência de uma Inglaterra aristocrática que, estupidamente, continuava a não compreender profundas alterações que evoluíam no seu próprio ventre.

A inevitabilidade histórica e as suas leis ditaram os acontecimentos.



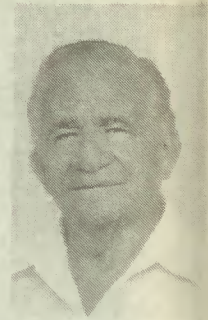
Isabel I

da situação, reassumiu as suas responsabilidades. Por unanimidade, votou a moção que propunha o fim das hostilidades contra as antigas colónias americanas.

Mas Carleton salvaria o Canadá e Warren Hastings manteria a Índia. Elliot defenderia Gibraltar e Rodney restabeleceria a supremacia britânica nos mares. Surgia, enfim, a personalidade de um primeiro-ministro mais moderno, Pitt, o mais novo, filho do primeiro. Tratava-se de um estilo novo de governante que até sabia de Economia e Finanças e se propunha reconstruir o Império.

Povos e livros no combate ao neoliberalismo

■ Miguel Urbano Rodrigues



A reflexão sobre a crise global da humanidade tornou-se, de repente, torrencial. Com atraso, sociólogos, historiadores, economistas, filósofos, escritores sintetizam em livros as suas apreensões sobre a ameaça representada para a humanidade pelo neoliberalismo e a sua ideologia, o pensamento único.

É, naturalmente, muito desigual o nível dessa produção.

Em Portugal foi lançado recentemente «O Horror Económico», de Viviane Forrester, um diagnóstico interessante, de grande êxito editorial mas ao qual faltam conclusões. Em Paris, apareceu no fim de Setembro um livro de maior qualidade sobre o mesmo tema: «Geopolitique du Chaos» (*). O autor é Ignacio Ramonet, o director do mensário «Le Monde Diplomatique».

Obra muito útil, com aspectos contraditórios, este livro polémico é um alargamento da reflexão sobre o mundo contemporâneo condensada em alguns artigos do mesmo escritor. Penso que, apesar de importante, este trabalho ensaístico fica aquém da expectativa criada pelos textos que lhe serviram de base.

Ramonet, utilizando uma excelente documentação, lembra-nos que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia posto ao serviço da multiplicação do capital como objectivo último empurrou o Ocidente para uma crise de civilização que se esten-

devidência a uma visão neoliberal que no essencial veste de racionalização económica os pressupostos mais clássicos do pensamento conservador de todos os tempos e de todos os países». Estamos perante um ovo de Colombo. Ideias velhíssimas são apresentadas pela engrenagem de propaganda neoliberal não apenas como expressão de um pensamento inovador, mas, o que é mais grave, como expressão de verdades inquestionáveis.

O pensamento único, que emerge como essência e ideologia do neoliberalismo, criou para o impor a mais poderosa e atípica máquina de propaganda jamais existente. Disposto do controlo quase absoluto do sistema mediático – cadeias de televisão, jornais e rádios – utiliza a tática de desqualificar pela agressão todas as vozes críticas. Os papéis são invertidos. O projecto neoliberal é apresentado como humanista e renovador e as suas teses profundamente reaccionárias como sendo progressistas. Os opositores são fustigados como gente arcaica, defensora da irracionalidade.

Sugere-se que o Estado é vocacionalmente inimigo do homem moderno e que o mercado sem controlo algum responde às aspirações mais espontâneas do homem. Ao primeiro é associada a ideia da tirania; ao segundo a da democracia.

Nessa guerra ideológica em andamento, as universidades e os intelectuais estão a desempenhar um papel globalmente negativo. Isso porque a maioria da *intelligentsia* – contrariando o papel de crítica vigilante que milenarmente desempenhou – está numa ati-

*

* *

Num contexto em que a sociedade é colocada ao serviço da economia e não o inverso, como seria racional, o funcionamento do mercado aparece como muito mais importante do que a felicidade dos homens. O egoísmo das minorias privilegiadas traduz bem a própria mundividência cultural dos apologistas mais ortodoxos do pensamento único.

Durante um debate recente entre partidários e adversários da globalização na sua fórmula neoliberal, Peter Martin, chefe da redacção internacional do «Financial Times», perguntava: «Será a liberdade de escolher entre uns trinta cereais para o pequeno almoço uma liberdade a levar em conta? «É uma questão de opinião.»

Para ele é uma liberdade importante, definidora de progresso e civilização. Em contrapartida, qualquer reforço do poder do Estado que possa afectar minimamente o funcionamento desregulamentado dos mercados aparece-lhe como «nefasto e profundamente antidemocrático».

Acredito que o jornalista Peter Martin desconhece que centenas de milhões de pessoas em dezenas de países ignoram o próprio nome dos cereais que alguns norte-americanos e europeus comem ao pequeno-almoço, identificando na sua presença na mesa uma vitória da liberdade...



deu a todo o planeta e põe em jogo a própria continuidade da humanidade.

Pode dizer-se que estamos perante o óbvio. Mas há certas repetições, como dizia Lênine, que são absolutamente necessárias para a compreensão da vida e do movimento da história.

No final do segundo milénio, a escuridão e a incerteza pairam sobre a Terra.

Estados-nação desaparecem como entidades culturais e novíssimos e inconsistentes Estados são edificados sobre as suas ruínas. Na Europa, formaram-se na última década mais Estados do que após a Primeira Guerra Mundial, com a peculiaridade de que o processo de secessão foi em muitos casos imposto por interesses económicos cuja actuação se produziu quase sempre à revelia das populações.

Pierre Bourdieu, do Colégio de França, de Paris, numa exegese da gigantesca campanha de perversão ideológica promovida pela máquina difusora do pensamento único, lembra-nos que «um trabalho constante foi empreendido, associando intelectuais, jornalistas e homens de negócios em revistas que, pouco a pouco, se impuseram como tendo legitimidade para dar força de

tude passiva, ou seja, de capitulação. Muitos dos que não aderem baixam os braços e, afirmando não haver alternativa, proclamam, que a única estratégia possível, no limiar do terceiro milénio, é, afinal, a preconizada pelo neoliberalismo, e que a globalização, tal como a concebem as transnacionais, se tornou inelutável.

A pressão exercida pelo mundo do capital sobre o mundo do pensamento é avassaladora. Poucos acontecimentos a expressam com tanta clareza como uma chocante iniciativa que passou quase despercebida durante a Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro. Enquanto no Brasil se defendia a biodiversidade do planeta, um grupo de celebridades emitia em Heidelberg, catedral da cultura, um manifesto assustador. Nesse texto, 264 cientistas famosos, incluindo 52 galardoados com o Prémio Nobel, denunciavam a Ecologia como «emergência de uma ideologia irracional que se opõe ao progresso científico» (sic).

Naturalmente, de Washington logo chegaram aplausos, e as transnacionais rejubilaram com o brado obscurantista lançado por homens eminentes que assumiam uma posição (incompatível com o saber) que traduzia uma aliança aberrante entre o capital e a ciência.

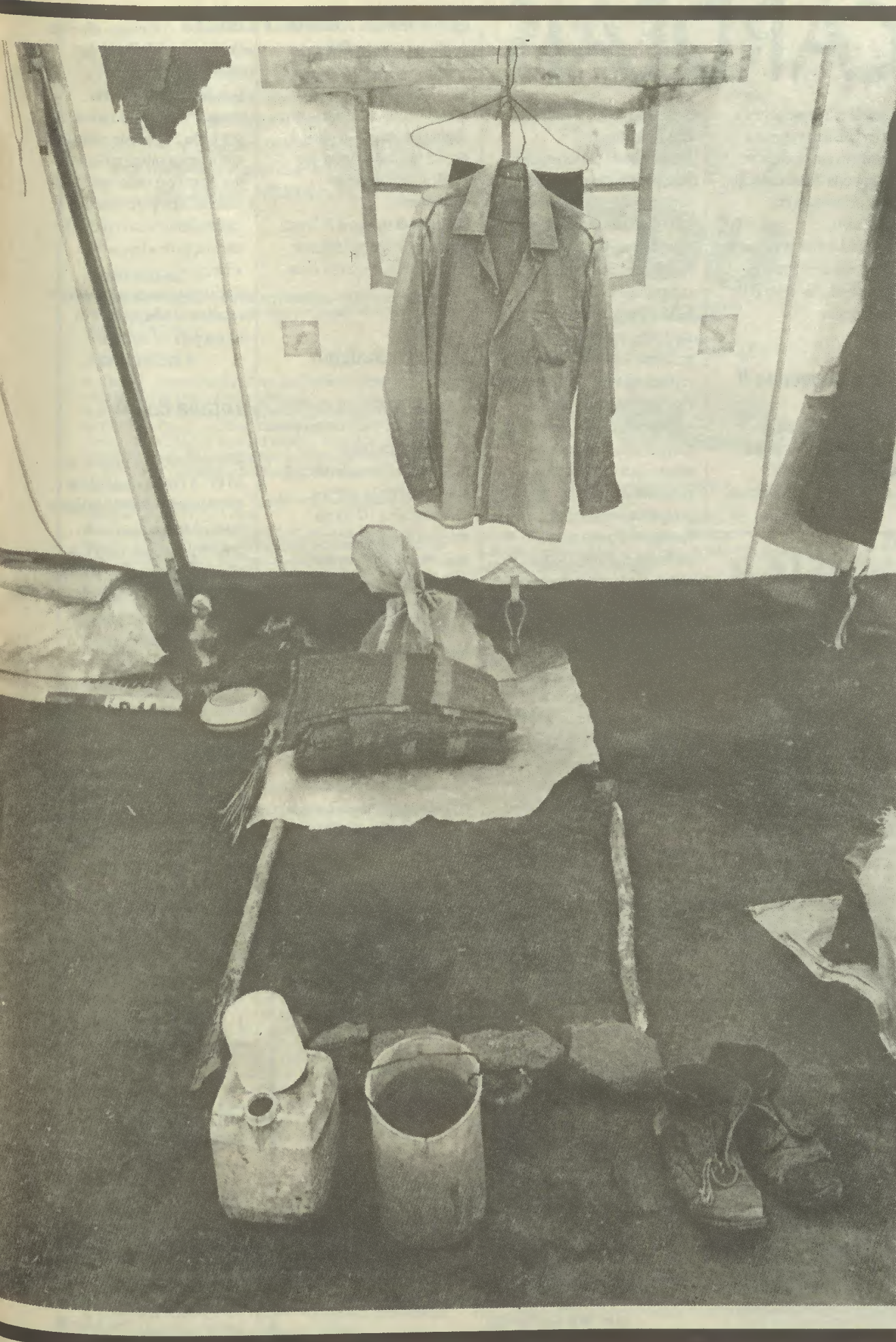
A ex-primeira-ministra da Noruega, Harlem Bruntland, comentando as consequências do consumo irracional, lembrou recentemente que, se os 6500 milhões de habitantes da Terra consumissem tanto como os países industrializados, seriam necessários dez planetas como a Terra para satisfazer-lhes as necessidades.

É falso que seja bom para a humanidade aquilo que é bom para as grandes empresas e para minorias privilegiadas.

O mundo está a ser despojado da sua pele florestal, as secas e as inundações multiplicam-se, as chuvas ácidas tornaram-se rotineiras, a cólera e outras pestes voltaram a ser epidémicas como na Idade Média.

Eduardo Galeano, numa conferência internacional sobre Ecologia e espiritualidade, desabafou: «Este sistema de vida que se oferece como paraíso, fundado na exploração do próximo e na aniquilação da natureza, é aquele que está aniquilando o corpo, nos está envenenando a alma e nos está a deixar sem mundo. A erradicação do comunismo e a implantação do consumismo foram como operação um êxito, mas o doente está a morrer.» E concluiu: «A civilização que confunde os relógios com o tempo, o cres-

EM FOCO



cimento com o desenvolvimento e o grandote com a grandeza, também confunde a natureza com a paisagem enquanto o mundo, labirinto sem centro, se dedica a romper o seu próprio céu.»

Penso que estamos todos de acordo com Galeano. Aquilo que divide hoje os progressistas de todo o mundo não é a crítica dos malefícios comprovados do neoliberalismo nem a rejeição do pensamento único. As dificuldades principiam quando se entra no debate em torno da alternativa, quando se procuram respostas para a velha pergunta: o que fazer? Como combater a divinização do mercado, como lutar eficazmente contra a imposição do pensamento único?

Serge Halimi, num lúcido artigo publicado em Junho em «Le Monde Diplomatique», formula uma pergunta de actualidade permanente: «Que devemos nós fazer, escritores e jornalistas, num mundo onde 358 multimilionários concentram mais riqueza que quase metade da população do planeta?»

A resposta é difícil porque os problemas, quando o campo de batalha é o da cultura, não são menores do que os existentes nas esferas da economia e do trabalho.

Sabemos que a informação e a cultura disseminadas nas nações em desenvolvimento são sobretudo importadas. Provêm na sua quase totalidade dos países industrializados, ou seja das sociedades cujos centros de poder estão empenhados em impor a religião do mercado e o pensamento único em todo o planeta.

Aqueles que investem no Terceiro Mundo, os que editam os livros e jornais e controlam as cadeias de televisão são precisamente os sacerdotes do mercado. E essa gente aponta o neoliberalismo como a única saída possível.

Pergunta Halimi como podem os intelectuais e jornalistas no actual universo, globalizado e totalitário, desempenhar um papel de contrapoder contra a vontade dos senhores do planeta?

Respondendo pelo que se passa em França, Halimi recorda que a engrenagem do poder, para melhor neutralizar e domesticar os jornalistas, acaba por fazer de muitos deles cúmplices do sistema. Alguns são integrados na classe dirigente, tornam-se parte da elite do mundo dos negócios.

Serge Hamili comenta com amargura: «Torna-se cada vez mais difícil fazer aquilo que deveríamos. Conscientemente ou não, somos com frequência os funcionários da ordem, os ventríloquos da injustiça.»

*

* *

É uma evidência que os EUA alcançaram um poder económico, político e militar que nunca antes império algum teve. Entretanto, paradoxalmente, o fascínio que décadas atrás exercia na Europa o modelo norte-americano acabou. Hoje os europeus não querem viver como os norte-americanos, sem previdência social, sem um ensino público de qualidade, sem um sistema de saúde pública digno desse nome, sem estabilidade no emprego. O antigo país das maravilhas transformou-se no pólo da droga, numa sociedade de violência e stress, numa selva onde o homem é triturado.

O poder imperial norte-americano não consegue já esconder a realidade. O capitalismo louco da globalização avança para uma catástrofe. A teologia do mercado começa a voltar-se contra os seus criadores. Ameaça devorá-los. O jogo especulativo do dinheiro no funcionamento caótico dos mercados financeiros sobrepõe-se aos Estados, ignora-os. O capitalismo do final do milénio assume já aspectos antropofágicos.

A evidência das suas fragilidades, o aprofundamento das contradições entre os blocos regionais favorece a resistência, confirma que ela é não apenas necessária como possível.

Os senhores do mundo têm medo do futuro próximo.

Rosabeth Kanter, ex-directora da revista «Harvard Business», adverte: «É preciso ganhar a confiança dos assalariados e organizar a cooperação entre as empresas, a fim de que as colectividades locais, as cidades e as regiões beneficiem da globalização. Se não conseguirmos isso assistiremos à irrupção de movimentos sociais como nunca vimos desde a Segunda Guerra Mundial.»

A conquista da confiança dos trabalhadores pelos ideólogos do pensamento único é, porém, mesmo nos países industrializados, uma impossibilidade absoluta. São numerosos os indícios de que, em países diferentes e perante situações também diferente, o mundo do trabalho recusa o projecto de vida que lhe está a ser brutalmente imposto.

A vitoriosa greve dos camionistas da United Parcel Service-UPS (185 000 trabalhadores), nos EUA, rompeu o imobilismo do movimento sindical norte-americano, alarmando com razão os estrategos neoliberais.

A derrota da direita nas eleições francesas foi um acontecimento com um significado profundo. A decisão do governo de Jospin de instituir, a partir do ano 2000, a semana de 35 horas sem redução de salários veio confirmar que a sociedade francesa rejeita a essência do projecto que transferindo do Estado para o mercado o centro decisório das grandes transformações sociais promove uma brutal concentração de riqueza numa pequena minoria e pauperiza as grandes maiorias, destruindo o funcionamento do tradicional binómio trabalho-emprego como base do progresso humano.

*

* *

Com espaço de diálogo livre entre pessoas de culturas diferentes, a Internet, esse prodígio do nosso tempo, abriu uma fresta de esperança no horizonte sombrio do mundo globalizado do mercado capitalista. Mas seria uma ingenuidade acreditar que a Internet vai concretizar o sonho utópico de uma comunidade humana harmoniosa e planetária onde cada um se apoiaria sobre os outros para aperfeiçoar os seus conhecimentos e estimular a sua inteligência.

No livro acima citado, Ignacio Ramonet sublinha que a ofensiva para a conquista do controlo da Internet já principiou. A tese segundo a qual a informação é antes de mais uma mercadoria levou os gigantes da comunicação a empenhar-se numa dura batalha para a conquista do controlo da rede da Internet, com destaque para a ofensiva da Microsoft de Bill Gates.

Esse interesse explica-se porque o sector comercial é de longe o mais utilizado, superando largamente o cultural. Na era do ciberespaço, a Internet é contemplada pelos grandes do audiovisual como um instrumento susceptível de proporcionar lucros colossais.

Os novos senhores do mundo não escondem, aliás, a sua exigência de que a regulamentação do funcionamento da futura sociedade de informação seja da exclusiva responsabilidade do mercado mundial, sem intervenção de governos ou instituições internacionais.

*

* *

É um facto que a destruição dos valores culturais acompanha a ofensiva económica e financeira do neoliberalismo. Mas é também cada vez mais transparente que a resistência ao projecto neoliberal e à arrogância impositiva do pensamento único está a aumentar. Não vem dos Estados, sobe quase sempre dos povos. Essa a sua grande força.

O projecto globalitário do grande capital é incompatível com o que de melhor existe no Homem. Ruirá como outros, e o pensamento único irá com ele ao fundo.

Um luar de esperança nos céus da França reforça a convicção de que as coisas não podem continuar como estão. É um luar ainda pálido mas anuncia lutas intensas e diferenciadas, sobretudo na Europa.

(1) Ignacio Ramonet, «Geopolitique du Chaos», Ed. Galilée, Paris, Setembro de

Contas pequenas I

A SIC abriu o seu noticiário das 13 horas da passada terça-feira com a novidade de que o Governo, através do Secretário de Estado adjunto do Ambiente, José Sócrates, e a Associação de Bancos Portugueses, na pessoa do dr. João Salgueiro, presidente da Caixa Geral de Depósitos, se encontravam reunidos para, entre várias matérias, decidir a «democratização» do uso pleno das contas bancárias. Por outras palavras: o Governo pretendia exigir aos bancos que os titulares de contas pequenas gozassem dos mesmos serviços postos à disposição dos depositantes mais abonados,

nomeadamente a concessão de coisas tão elementares como um livro de cheques ou um cartão multibanco. A SIC estava tão convencida da concretização desta justa medida a favor dos pequenos depositantes, que preparou uma reportagem para exemplificar. E lá vimos uma senhora, a trabalhar umas horas para uma empresa de limpeza, afirmando que o banco, onde a sua entidade patronal depositava mensalmente o magro salário de 31 contos/mês, se recusava a conceder-lhe o uso de cheques ou cartão multibanco, ao mesmo tempo que lhe cobrava 350 escudos por cada cheque que requisitava para movimentar o seu dinheiro.

PONTOS CARDEAIS

O exemplo era expressivo e a injustiça gritante, por isso a SIC manteve um repórter em directo à porta do tal encontro, para dar a novidade em primeira mão. Em defesa das contas pequenas, a SIC fez contas grandes e colocou-se no sítio certo do acontecimento.

Contas pequenas II

E eis que termina a magna reunião entre o Governo e a associação de bancos. O jornalista aponta a pergunta ao

Secretário de Estado adjunto, mas José Sócrates, habitualmente tão satisfeito a falar para as câmaras, parecia constrangido. «O problema está apenas indiciado», encolhe-se o governante. «O nosso sector financeiro é muito moderno e competitivo», «é um serviço relativamente democrático», de modo que pode satisfazer esse problema «sem necessidade de regulamentação». A partir deste reconhecimento da grande «democraticidade» dos bancos portugueses, José Sócrates esquece por completo os pequenos depositantes e já só diz que «o nosso sector financeiro é o que melhor evoluiu nos últimos 10 anos» e, imagine-se! «com vantagem para os clientes»...
 Todavia, o jornalista não desistiu e virou-se para João Salgueiro, que olhou a câmara e o País com a majestade de um vice-rei para eludir com uma torrente retórica a pergunta concreta feita pelo jornalista, e fundamentada no exemplo mostrado na reportagem, sobre a cobrança astronómica de cheques avulso a depositantes a

quem se recusava a concessão do cheque normal. Todavia o jornalista não o deixou fugir à questão, confrontando-o três vezes com ela. Sem alternativa, finalmente Salgueiro ditou do alto da sua importância que «estão a falar de coisas episódicas»...
 É a gente desta que o País está entregue. Gente episódica ao serviço permanente dos mais fortes.

O amigo Saddam

Como se esperava, as ameaças de Saddam Hussein contra o «inimigo americano» mostraram-se completamente falhas de sentido: nem os aviões-espiões U2 foram abatidos nos céus do Iraque, nem os observadores norte-americanos que integram as comissões de controlo e verificação da ONU foram expulsos do território iraquiano. Após duas semanas de encenação de confronto militar desencadeada pelo chefe de Bagdad, eis o regime de Saddam a sugerir com toda a naturalidade que tudo volte «ao normal», pedindo apenas que se alivie as sanções da ONU sobre o país.

Estes dois «inimigos» são cada vez mais as duas faces da mesma moeda: quando a popularidade de Clinton mergulhava a pique no seu país por força da onda de escândalos que ameaça submergi-lo, eis que aparece o «inimigo» Saddam a proporcionar ao «adversário» uma conveniente encenação de «força» e de «firmeza».
 Realizado o espectáculo, há que recolher os adereços... e os lucros para os «artistas».

Lotaria do PP

Mas «artistas» há muitos, até no PP. A última novidade na arte de caçar votos de qualquer maneira surgiu através do principal candidato do PP à Câmara Municipal da Marinha Grande, um tal Fernando Lopes, que apresentou ao (muito) potencial eleitorado uma espécie de lotaria a ser sorteada entre os votantes do PP que tenham «adivinhado» os resultados percentuais do próximo acto eleitoral no Concelho. O prémio será o primeiro ordenado do vereador do PP («coisa para 350 contos limpos», segundo diz o senhor), mas que apenas será pago... se o dito cujo for eleito!
 Depois do PSN, que oferece a sigla a quem queira candidatar-se por este partido virtual, só faltava o PP a oferecer ordenados de vereador a quem vote nos seus candidatos...



Muiiiito pessoal

Estou mais frágil, sim, lá isso estou. Sobressalta-me um súbito clarão. Tenho medo de andar entro sempre em acordos com o chão.

O frio, o fel, a pele manchada e feia. Um paternal cuidado. Lenta a memória não me acode. Enfim Cerca-me a minha sombra volta e meia.

— Olha, com dó de mim!
(penso desconsolado)

Isso é que me chateia.

Então bebes do fino...
 Julgavas ser eterno, meu menino. Pensas que foste Deus mas noutra encarnação ou quê? Desperta para a razão, rapaz, tira o capuz de monge do infinito.

Repara: a mil triliões de séculos-luz uma estrela real faz-te o manguito.

Classificação

Pra já não há neste país doentes mas utentes. (Assim oficialmente se diz.) Lá vamos... Por mim ficamos	utentes mais doentes. Tal gente se exprime no crime que lavra uma palavra. Mudança vasta sinal da chaga: doente gasta utente paga...
--	--

Actualidade

Foi o ministro à sessão com muitas quicas e queques e com a televisão a fazer salamaleques.

Ora só o facto de a televisão lá estar já queria dizer em que deveríamos votar.

Tal é hoje em dia a nova tática da democracia mediática.

PONTOS

NATURAIS

Fábula

Aquele meu vizinho riu quando uma minhoca lhe disse que era o comboio Alfa.

Mas ficou muito sério quando ouviu Guterres dizer que era socialista.

Não seria mais natural acreditar na minhoca?

Pedro Alvim

Estou a ver-te nas cheias de 67. Lias para o jornal na taberna da aldeia os nomes de todos os mortos à luz dos fósforos.

Não te sobrou um fósforo sequer para acender o cigarro. Mas estavas tranquilo porque deras a todos os mortos o seu nome.

Assim te vejo nesta noite de insónia quando pela Rádio ouvi que tu partiras.

Restara-me este fósforo para escrever o teu nome com giz, no passeio cinzento.

Mário Castrim

«Maioria esmagadora»?!

O referendo realizado esta semana na Hungria sobre a integração deste país na NATO deu origem a uma onda de triunfalismo nos EUA e em diversos países europeus, tudo porque venceu o «sim» à adesão, com uma percentagem de votos expressos a rondar os 80%.
 «Trata-se de um resultado assinalável. O Senado (norte-americano) deve ficar impressionado pelo facto de mais de oito húngaros em cada dez ter expressado uma opinião favorável à NATO», exultava para a Reuters o embaixador norte-americano na capital húngara, Donald Blinken.
 É mesmo de um americano. Acontece, neste magnífico referendo, que dos oito milhões de eleitores inscritos, apenas votaram 49 por cento — o que, em rigor, deveria anular o escrutínio. O que, em rigor, significa que em cada dez húngaros... apenas quatro se manifestaram a favor da integração da NATO.
 Mas para o embaixador Blinken isso não tem qualquer importância. Afinal de contas, na «grande democracia americana» que funciona no seu país, os próprios presidentes dos EUA há décadas que andam a ser eleitos apenas por 30 e tal por cento dos eleitores inscritos...

AGENDA

CASCAIS

O Futuro de Cascais - A Educação e o Poder Autárquico

Encontro promovido pela CDU no Teatro Mirita Casimiro, com a participação de **Carlos Rabaçal** e de educadores, professores e autarcas
Dia 22, das 14h30 às 18h30

ALMADA

● **Cova da Piedade** - Visita de candidatos à freguesia: domingo, 23, de manhã, com concentração às 10h junto à Junta de Freguesia

AMADORA

● **Buraca** - Convívio no Clube da Cova da Moura: sábado, 22, às 14h. Música africana.
● **Brandoa** - Sessão com Reformados: quinta-feira, 20, às 17h30, o Centro de Dia. Sessão sobre o P.E.R.: sexta-feira, 21, às 21h, na Escola Primária nº 2, Alto da Brandoa. Visita dos candidatos à freguesia (sábado, 22, às 9h30) e às colectividades da freguesia (dia 23, a partir das 9h30)
● **Damaia** - Sessão sobre Saúde: nos Reformados da Damaia, sexta, 21, às 14h30.
● **Falagueira** - Noite de Fados, promovida pela CDU, na sala da Assoc. de Surdos-Mudos na Estrada da Falagueira
● **Mina** - Plenário CDU: no salão da Junta de Freguesia, dia 22 às 15h30.
● **Reboleira** - Visita de candidatos ao Grupo Desportivo da Reboleira (dia 20 às 21h), ao Sporting Clube da Reboleira (dia 21) e ao Clube de Natação da Amadora (dia 22 às 10h)
● **S. Brás** - Sessão CDU na Escola Primária: sábado, 22, às 21h.
● **Venda Nova** - Reunião de candidatos com directores de Escolas: sexta-feira, 21, às 10h. Dia 22: visitas de candidatos a comerciantes e movimento associativo da freguesia
● **Venteira** - Sessão CDU no Espaço Delfim Guimarães: sexta-feira, dia 21, às 21h

AMARANTE

● **Encontro CDU**, com a participação de candidatos, activistas e apoiantes: sábado, 22, às 15h, no Auditório da Cozinha dos Frades

BEJA

● **Mértola** - Sessões CDU com a participação de candidatos: dia 21, sexta-feira, em Serrano, Manuel Galho, Monte Fialho, Espírito Santo, Moinhos de Vento, Alcaria Javazes - todas às 19h30; dia 22 em Corte Sines, Corte Velha, Algodor, Corte Pequena, Via Glória, Corte Pinto, Penedos, Monte Gato, S. Pedro de Sólis, S. João de Caldeireiros, (na Casa de Convívio da JF, às 14h30, com o grupo musical «Canto Moço»), Penilhos. Dia 24 em Mesquita, Roncão do Meio, Alamo, Santana de Cambas, Picoitos, Salgueiros. Dia 25: em Bens, Pomarão, Alvares, Tacões, Ledo, Alves (todas às 19h30)
● **Odemira** - Visita de Luís Sá ao concelho: contactos com as populações de Bemposta e Boavista do Pinheiro, onde haverá também um mini-comício às 16h30; em Relíquias, comício às 19h; em Vila Nova de Milfontes, debate com apresentação dos candidatos, às 21h.

ÉVORA

● **Alandroal** - Festa da Juventude CDU nos dias 21 e 22. Porta-a-porta em Terenas e Hortinhas no dia 22, nos Capelins no dia 23.
● **Arraiolos** - Sessões para Reformados: em Arraiolos (sede da JF) dia 20, S. Pedro da Gafanhoeira (na Soc.) dia 21, Igrejinhãs (na sede da JF) dia 24, Vale do Pereiro (sede da JF) dia 25, Ilhas (Sociedade) dia 26, S. Gregório (Sede da JF), dia 27. Visitas dos candidatos a várias entidades e instituições concelhias
● **Montemor-o-Novo** - Sessão para Reformados: dia 21, às 15h, no Auditório da Biblioteca Municipal. Porta-a-porta em Silveiras, Reguengos, Santa Sofia, Pintada e Ferro da Agulha (dias 22 a 26)
● **Viana do Alentejo** - Sessão CDU na sede da Junta de Freguesia de Aguiar: sexta-feira, 21, às 20h
● **Portel** - Porta-a-porta nas freguesias de Monte Trigo, Amieira, Alqueva, Vera Cruz, Santana, Oriola

GRÂNDOLA

● **Inauguração da sede da CDU** na R. Dr. Júlio do Rosário Costa - sábado, 22, às 16h - seguindo-se no mesmo espaço (às 22h) Festa cubana promovida pela Juventude CDU

HORTA

● **Festa-comício** no Fayal Sport com a participação do candidato à presidência da CM, **Decq Mota**, que fará a apresentação do Programa da CDU para o município: sábado, 22, às 21h. Espectáculo com os «Sitiados» e a banda faialense «Filhos da Mãe».

LISBOA

● **Convívio de S. Martinho** promovido pelo Sector Público da ORL: hoje, dia 20, às 18h, no CT Vitória

LOURES

● **Camarate** - Sessão com Reformados: sábado, 22, às 15h, no salão da JF, com Luís Cardoso e Gilberto Lindim Ramos
● **Famões** - Jantar CDU com a participação de Carlos Brito: sábado, 22, às 20h, no restaurante «O Forno Idanhense».
● **Frielas** - Sessão CDU com a participação de Manuel Veiga e António Santos: sexta, 21, às 21h
● **Moscavide** - Debate sobre a Expo 98, com a participação de Adão Barata: quinta-feira, 20, às 21h30, Casa da Cultura
● **Odivelas** - Forum CDU com a participação de Francisco Batista: na Soc. Musical Odivelense, sábado, 22, às 21h30.



● **Pontinha** - Sessão com Reformados: no Centro de Dia, quinta-feira, 27, às 15h30
● **Prior Velho** - Magusto CDU: sábado, 22, às 15h30, na Escola Primária, com Francisco Pereira.
● **Santo António dos Cavaleiros** - Noite Africana na AMSAC: sábado, 22, às 22h
● **Santa Iria de Azóia** - Sessão CDU na Sociedade 1º de Agosto, com a participação de Demétrio Alves e Ernesto Costa: sexta, 21, às 21h30
● **São João da Talha** - Sessão com Reformados: na sede de Campanha, terça-feira, 25, às 15h30
● **São Julião do Tojal** - Magusto CDU: sábado, 22, às 17h, com Dantas Ferreira.

OEIRAS

● **Café-concerto com os candidatos jovens** e a presença de Arnaldo Pereira: sábado, 22, às 22h, na Soc. Filarmónica Fraternidade de Carnaxide.
● **Porto Salvo** - Sessão CDU com Arnaldo Pereira: sexta-feira, 21, às 21h30, na Soc. Leões de Porto Salvo.

PORTO

Debate: «Escola e autarquias - uma relação em mudança»: hoje, quinta-feira, às 18h, no Auditório da Boavista, com Ilda Figueiredo, António Abreu, Henrique Borges.
Debate sobre o Centro Histórico do Porto: segunda-feira, 24, às 21h30, com Ilda Figueiredo e Rui Sá e os arqs. Annie Günther, António Madureira, Domingos Tavares, Luís Viegas.
● **Miragaia** - Apresentação dos candidatos da CDU de Miragaia, Vitória, Sé e Sto. Ildefonso: sábado, 22, às 17h30, no Centro Social de Miragaia, com Ilda Figueiredo.
● **Massarelos** - Apresentação dos candidatos, com Ilda Figueiredo e Rui Sá: sábado, 22, às 17h30
● **Matosinhos** - Apresentação do Programa Concelhio da CDU, com a participação de José Cavalheiro: sábado, 22, às 12h, na Praia da Memória (Lavra)

SANTARÉM

● **Almoço de apresentação dos candidatos à freguesia de Mocarria**: domingo, 23, às 12h30, no salão do Centro de Cultura, Recreio e Desporto Mocariense.
● **Vale de Santarém** - Apresentação dos candidatos à freguesia: no salão da Soc. Recreativa Operária, domingo, 23, às 16h.

SEIXAL

● **Torre da Marinha** - Apresentação dos candidatos jovens: no I.F.C. Torrense, sábado, 22, às 21h. Concerto com «Bando Marginal» e Música de Intervenção.

SETÚBAL

● **Faralhão** - Noite de convívio com o Grupo Musical «Maré Viva»: na Cooperativa de Habitação, sábado, 22, às 20h30, com a presença de Ruben de Carvalho.
● **Anunciada** - Convívio: na Palhavã, sexta-feira, 21, às 21h, com a presença de candidatos à Freguesia e aos Órgãos Municipais. Com o conjunto musical «Baraqueiros do Ritmo».
● **Noite de Fados / Convívio** na Coop. de Habitação «Força de Todos», com a presença de Ruben de Carvalho e de outros candidatos aos Órgãos Municipais e às freguesias de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra: sábado, 22, às 21h.
Debate sobre Toxicoddependência, com a participação dos candidatos Ruben de Carvalho e Anita Vilar: segunda-feira, 24, às 21h30, no Edifício Arrábida.

SINTRA

● **Lino Paulo na Cidade Universitária de Lisboa / Tenda CDU** para participar num debate sobre Ambiente: hoje, quinta-feira, às 14h30. De manhã estará em Queluz/Massamá para uma acção de denúncia das más acessibilidades. Na sexta-feira e no sábado contacta os comerciantes e população de Queluz, domingo a população de S. Pedro.
● **Mira Sintra** - Debate sobre Segurança Social: na ARPJM hoje, dia 20, às 16h15, com Jaime da Mata
● **Sintra** - Apresentação dos candidatos (freguesias de S. Martinho, Sta. Maria e S. Pedro): sábado, 22, às 21h30, na Sociedade Recreativa da Várzea de Sintra, com a participação de Lino Paulo. Espectáculo musical com actuação de vários grupos.

VILA FRANCA DE XIRA

● **Forte da Casa** - Debate sobre Saúde, com a participação de Bernardino Soares e do candidato Lancie de Sousa, médico: sexta-feira, 21, às 21h30, no Pavilhão Municipal do Desporto e da Juventude
Rally-Paper CDU: a partir das 9h, no Forte da Casa. Almoço com a participação de Daniel Branco: às 13h, na Esc. Primária do Forte da Casa

Carlos Carvalhas com a CDU nos distritos de COIMBRA, AVEIRO, VISEU, GUARDA, VIANA DO CASTELO e BRAGA

● Sexta-feira, 21:

CONDEIXA - Jantar de apoio à CDU

Às 19h30, no Restaurante «O Marujo»

FIGUEIRA DA FOZ - Sessão de apresentação dos candidatos

Às 22h, Aparthotel Atlântico

● Sábado, 22:

COIMBRA - Acção de rua na Baixa de Coimbra

A partir das 10h

AVEIRO - Sessão de apresentação dos candidatos

Às 17h, no Auditório do Conservatório de Música

FURADOURO (Ovar) - Jantar de candidatos e apoiantes da CDU

Às 19h45, no Restaurante «Gaiivota»

ESPINHO - COMÍCIO

Às 21h45, no Cine-Teatro São Pedro

● Domingo, 23:

VOUZELA - Inauguração de exposição fotográfica «Tempos de Vouzela»

Às 10h30, na Casa dos Távoras

FIGUEIREDO DE ALVA (S. Pedro do Sul) - Encontro com candidatos e apoiantes da CDU

Às 12h

S. PEDRO DO SUL - Almoço de candidatos e apoiantes da CDU

Às 13h30, no Hotel «Parque (Termas de S. Pedro do Sul)

MANTEIGAS - Lanche-convívio de apresentação dos candidatos

Às 17h30, no restaurante «A Cascata»

● Terça-feira, 25

VIANA DO CASTELO - Almoço com trabalhadores de Viana

Às 12h, nos Estaleiros Navais

- Jantar de candidatos e apoiantes da CDU

Às 20h, no Restaurante «Camelo»

MONSERRATE - Encontro com autarcas da freguesia

Às 17h, na sede da Junta de Freguesia

MEADELA - Encontro com os moradores da Zona da Cova

Às 19h, na Assoc. de Moradores da Zona da Cova

● Quarta-feira, 26

VILA NOVA DE FAMALICÃO - Contactos com a população na Feira e no Centro da Cidade

Às 9h, no Ginásio da Baixa da Banheira

LOUSADO - Encontro com trabalhadores da «Polímeros do Ave»

Às 12h, na «Polímeros do Ave»

RIBA D'AVE - Acção de rua junto à Têxtil «Sampaio Ferreira»

Às 13h30

GUARDIZELA - Encontro com os Pres. das JF de Guardizela, Serzedelo, Riba d'Ave

Às 16h, na JF de Guardizela

BARCELOS - Contactos com a população

Às 18h30, Largo da Porta Nova

GUIMARÃES - Jantar com candidatos e apoiantes da CDU

Às 20h, no Restaurante «Jordão»



JCP / COIMBRA

«18 Anos com os pés na terra e os olhos nas estrelas»

Jantar-volante - Noite ao Rubro

No CT do PCP (R. da Sofia) - Dia 20 às 19h30

JCP / LISBOA

Assembleia da Organização do Ensino Superior

No CT Vitória - Dia 22 a partir das 10h30

Assembleia da célula do PCP da CGD / Lisboa

para apreciação do Relatório de Actividades, linhas de trabalho e eleição do Secretariado

Quinta-feira, 27, às 18h, no CT Vitória

TELEVISÃO



John Wayne é a «Personalidade do Século» desta semana (domingo à noite na RTP2)

Quinta, 20

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 Isto Só Vídeo
15.05 Força de Mulher
16.00 Na Paz dos Anjos
17.05 Antenas no Ar
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 As Lições do Teneças
21.25 A Grande Aposta
22.25 Autárquicas 97 - Grande Porto (para a Região do Porto)
22.25 Maria Elisa (para o resto do País)
00.25 24 Horas
01.15 Musical: «Chris D'Burg»

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.55 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.35 Caderno Diário
18.55 Um, Dó, Li, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Olho Vivo
22.00 Jornal 2
22.30 O Touro Enraivecido (de Martin Scorsese, EUA/1980, com Robert De Niro, Cathy Moriarty, Joe Pesci, Frank Vincent, Nicholas Colasanto. Ver Destaque)
00.35 Falatório
01.30 Magazine

SIC

09.10 Buérré
10.30 Receitas do Dia
11.00 Sonho Meu
12.00 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Hércules
15.45 Buérré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Indomada / Anjo Mau
22.30 Agora ou Nunca
23.30 Esta Semana
00.30 Último Jornal
00.55 No Fim do Mundo
02.15 Vibrações

TVI

10.10 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Mulher Perigosa
14.50 Caprichos
15.40 O Jogo da Vida
16.30 O Barco do Amor
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.20 Animação
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 Regresso ao Planeta dos Macacos (de Don Weis e Arnold Laven, EUA/1974, com Roddy McDowell, Ron Harper, James Naughton. Ficção Científica)
01.00 Doido por Ti
01.40 Fora de Jogo
01.55 A Balada de Hill Street

Sábado, 22

RTP 1

08.00 Espaço Infantil
12.20 Isto Só Vídeo
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
15.00 A História de Nikita
16.10 3000 Segundos
17.20 Os Andrades
18.05 Jet 7
18.45 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
20.50 Riscos
21.25 Futebol: Braga-Porto
23.30 A Toca de Robin
00.35 24 Horas
01.15 A Bíblia de Satanás (de John Carpenter, EUA/1994, com Sam Neill, Julie Carmen, Jürgen Prochnow. Ver Destaque)
03.05 O Cheiro das Cebolas (de Enzo Castellari, It./Esp./RFA/1975, com Franco Nero, Martin Balsam, Sterling Hayden. Acção)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.05 Vida por Vida
12.20 Maravilhas do Mundo Moderno
13.05 Companheiros
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.30 Musical: Yanni na Acrópole
19.35 2001
19.55 Onda Curta (Depois de 68 - Curta-Metragem de Stephen Burke, Ir/1993, com Deinde Molloy, Ger Ryan, Fidelma Murphy; 81 - Curta-Metragem de Stephen Burke, Ir/1996, com B. J. Hogg, Robert Hickey)
21.00 Semana ao Sábado
21.55 O Lugar da História
22.45 O Clube dos Poetas Mortos (de Peter Weir, EUA/1989, com Robin Williams, Robert Sean Leonard, Ethan Hawke. Ver Destaque)
01.20 Sinais do Tempo
02.10 O Guia do Sexo

SIC

08.00 Buérré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Dragon Ball Z
14.50 A Sentinela
16.00 Marshall
16.40 Canhões Perdidos (de Bob Clark, EUA/1990, com Gene Hackman, Dan Akyroyd, Dom De Luise, Ronny Cox. Comédia)
18.40 Aventuras Selvagens
19.30 S.O.S. Sic
20.00 Jornal da Noite
20.50 Mundo VIP
21.50 Salsa e Merengue
22.45 Big Show Sic
01.40 Último Jornal
01.55 Câmara Obsessiva (de Mike Bonifer, EUA/1994, com Brian Wimmer, Ele Keats, Corey Feldman. «Thriller»)

TVI

09.30 Animação
13.00 Caloiros
13.30 Contra-Ataque
15.05 Uma Família às Direitas
15.35 Competente e Descarada
16.30 Ciclone Tracy
18.30 FX: Efeitos Mortais
19.30 Futebol
21.25 Directo XXI
22.30 Edição Especial
23.30 Picket Fences
00.20 Massacre em San Francisco (de William Lowe, Hong Kong/1975, com Chuck Norris, Robert Jones. Acção)

O debate «Autárquicas 98» ocupa-se hoje de alguns concelhos do Grande Porto



Domingo, 23

RTP 1

08.00 Infantil
11.40 Último Nivel
12.20 Superbêbês
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Kung Fu
16.00 Festival da O.T.I.
17.30 Em Busca do Vale Encantado (Desenho Animado de Don Bluth, EUA/1988, com as vozes de Pat Hingle, Helen Shaver, Gabriel Damon. Ver Destaque)
19.00 Casa Cheia
20.00 Telejornal
20.45 Riscos
21.25 Reis do Estúdio
22.50 Domingo Desportivo
00.35 24 Horas
01.20 Nos Limites do Terror

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Mistérios do Espaço
12.05 Máquinas
12.30 Jornal Jovem
13.00 Sem Limites
13.30 Jornal d'África
14.10 Desporto 2
18.05 Gado Bravo (de António Lopes Ribeiro, Port./1934, com Nita Brandão, Oly Gebauer, Marina Alves, Raul de Carvalho. Melodrama)
20.00 Bom Bordo
20.30 Artes e Letras - «Jean-Luc Godard»
21.20 Ela Voltou
22.20 Horizontes da Memória
22.50 Ópera: «Ermione»
01.05 Vidas do Século - «John Wayne»

SIC

08.30 Buérré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Dragon Ball Z
14.10 Hércules
15.10 Os Imortais
17.00 007, Operação Tentáculo (de John Glen, Gr.Br./1983, com Roger Moore, Maud Adams, Louis Jourdan. Ver Destaque)
19.00 Aventuras Selvagens
20.00 Jornal da Noite
20.45 Chuva de Estrelas
21.45 Salsa e Merengue
22.45 Fúria Cega (de Philip Noyce, EUA/1990, com Rutger Hauer, Terrance O'Quinn, Lisa Blount. Aventuras / Acção)
00.15 Último Jornal
00.40 J6 Soares

TVI

10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.00 Angelus
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.10 O Mundo Natural
15.15 Adultos à Força
16.15 Feed Back
17.15 O Regresso do Soldado (de Alan Bridges, Gr.Br./1982, com Glenda Jackson, Julie Christie, Ann Margret, Alan Bates. Drama / Guerra)
19.15 Desafios
19.30 Futebol
21.25 Directo XXI
22.20 Africando
23.15 Futebol (Campeonato Italiano)

Segunda, 24

RTP 1

10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 Nico d'Obra
15.05 Força de Mulher
16.00 Na Paz dos Anjos
17.15 Grande Noite
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Nós, os Ricos
21.35 A Grande Aposta
22.40 Concurso 1, 2, 3
00.50 24 Horas

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 As Teias da Lei
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.30 Universidade Aberta
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Sarilhos com Elas
22.00 Jornal 2
22.30 O Acossado



«A Indomada» chega amanhã ao fim

(de Jean-Luc Godard, Fr./1960, com Jean-Paul Belmondo, Jean Seberg, Daniel Boulanger. Ver Destaque)
00.15 Falatório

SIC

09.10 Buérré
10.30 Receitas do Dia
11.00 Sonho Meu
12.00 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Hércules
15.45 Buérré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.55 Ponto de Encontro
21.55 Anjo Mau
23.00 Heat, Cidade Sob Pressão (de Michael Mann, EUA/1995, com Al Pacino, Robert De Niro, Val Kilmer, Jon Voight, Tom Sizemore. Ver Destaque)
02.00 Último Jornal
02.25 Conversas Secretas

TVI

10.10 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.45 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Caprichos
15.30 O Jogo da Vida
16.15 O Barco do Amor
17.10 Quase Modelo, Quase Detective
18.00 Portugal Português
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Um Homem Sem Passado
23.00 Linha de Fundo
00.30 Doido por Ti
01.10 A Balada de Hill Street

Terça, 25

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 As Lições do Teneças
15.05 Força de Mulher
16.00 Na Paz dos Anjos
17.25 Made in Portugal
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 Não Há Duas sem Três
21.25 A Grande Aposta
22.40 Herman Enciclopédia
23.50 Autárquicas / 97 - Debate Nacional
00.50 24 Horas
01.30 86-60-86

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.35 Rotações
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.40 Remate

Quarta, 26

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 Nós, os Ricos
15.05 Força de Mulher
16.15 Na Paz dos Anjos
17.30 Casa de Artistas
19.00 País País
19.15 País Regiões
19.35 Futebol: Sporting-Mónaco
21.45 Telejornal
22.35 A Grande Aposta
23.35 Enviado Especial
01.25 24 Horas

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Os Simpsons
22.00 Jornal 2



22.30 Duas ou Três Coisas Que Eu Sei Dela (de Jean-Luc Godard, Fr./1967, com Marina Vlady, Anny Duperey, Roger Montsoret, Raoul Levy. Drama)
00.35 Falatório
01.25 Memórias do Teatro

SIC

09.10 Buérré
10.30 Receitas do Dia
11.00 Sonho Meu
12.00 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Hércules
15.45 Buérré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Talvez Falar
21.00 Fantasma
21.00 Anjo Mau
22.30 Casos de Polícia
23.30 O Século do Povo
00.30 Último Jornal
00.55 Toda a Verdade

TVI

10.10 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Caprichos
15.30 O Jogo da Vida
16.15 O Barco do Amor
17.10 Quase Modelo, Quase Detective
18.00 Portugal Português
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Ricochete (de Russell Mulcahy, EUA/1991, com Denzel Washington, John Lightgow, Ice T., Lindsay Wagner. Policial)
00.30 Doido por Ti
01.20 Desporto
01.35 A Balada de Hill Street

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO



Robert de Niro e Joe Pesci, em «O Touro Enraivecido», de Martin Scorsese



Robin Williams, intérprete principal de «O Clube dos Poetas Mortos», de Peter Weir

Por isto e por aquilo...

O Touro Enraivecido (Quinta, 22.35, RTP2)

Com este filme, estamos perante uma das obras mais notáveis da cinematografia de Martin Scorsese, aqui na reconstituição da vida dramática de Jack La Mota, talvez o nome mais carismático da infundável galeria de grandes pugilistas americanos. Acompanhando a trajectória de La Mota, Scorsese sabe do que fala: da vida miserável do submundo de Nova Iorque, onde aquele se revelou, até à fama de uma carreira que passou pela conquista do campeonato do Mundo de pesos médios. Pelo meio, a realidade de uma vida conjuntural e artificialmente propiciadora da glória e das parangonas, mas profundamente solitária, vazia, violenta e sem sentido. A criação de Robert De Niro no papel principal (que se dispôs a engordar muitos quilos para melhor desempenhar a fase de decadência) é memorável, assim como a fotografia a preto-e-branco de Michael Chapman, a primeira contemplada com um Oscar e a segunda com uma nomeação. A não perder.

O Clube dos Poetas Mortos (Sábado, 22.45, RTP2)

Imagine-se uma produção dos Estúdios Disney a desafiar as próprias convenções de Hollywood! É o que sucede com este atractivo filme (embora, por vezes, demasiado óbvio do ponto de vista dramático e esquemático e previsível quanto à movimentação da câmara e dos seus enquadramentos) realizado pelo australiano Peter Weir, com o argumento de Tom Schulman considerado pela Academia merecedor de um Oscar. Estamos em 1959: um heterodoxo professor de poesia inglesa revolucionária de alto a baixo o conservadorismo de um liceu de New England e transforma por completo os seus bem comportados alunos em seres abertos à vida. Com consequências inesperadamente trágicas, porém. Um grande papel de Robin Williams, não isento de alguns tiques que às vezes o prejudicam, mas alternando com à-vontade entre a comicidade da caricatura de John Wayne no papel de Macbeth e o dramatismo e a contenção das cenas finais, e, ainda, os primeiros assomos de talento de um punhado de jovens actores.

A Bíblia de Satanás (Sábado, 01.15, RTP1)

Um investigador de seguros é encarregado por uma editora de tentar descobrir o mistério que envolve o desaparecimento de um escritor especialista em histórias de terror cuja particularidade é a de fazerem enlouquecer quem as lê. É aqui que o filme faz uma reviravolta para o fantástico, a ponto de o nosso investigador descobrir de facto o desaparecido mas numa localidade... inexistente, habitualmente usada pelo escritor para o meio ambiente das suas histórias. E é assim que a realidade se vai transformando em ficção - ficção terrível, povoada de seres estranhos e horrores vindos de algures. Enfim, nas mãos de John Carpenter, dificilmente esta história vulgar deixaria de agarrar o espectador mas deve dizer-se que o interesse do filme cai a pique sensivelmente a partir de metade, sobretudo porque o realizador não escapa a partir daí à irresistível tendência para o abuso «efeitos especiais».

007 - Operação Tentáculo (Domingo, 17.10, SIC)

Este é um dos mais divertidos - se calhar, hoje, um dos mais patetas - filmes da série James Bond, mais uma vez protagonizado por Roger Moore. Aqui há de tudo: os numerosos e inconcebíveis disfarces do agente secreto, as cenas de perseguição (atenção à sequência do mercado com o ponto de vista do camelo), O filme passa-se na «exótica» Índia e Bond anda atrás de terroristas que pretendem fazer explodir uma bomba atómica numa base americana. Enfim, fitas...

Em Busca do Vale Encantado

(Domingo, 17.30, RTP1)

Quase sempre desprezando os interesses dos mais miúdos, a RTP concede-nos aqui a oportunidade de vermos um filme de desenhos animados de



«Em Busca do Vale Encantado», um desenho animado para as crianças

atmosfera fantástica e com acção situada há milhões de anos: um grupo de dinossauros, separados dos progenitores por um violento terramoto, parte em sua busca arrostando com todos os perigos. É o domínio da técnica por parte de um especialista - Don Bluth - enquadrado pela imaginação de um patrono com génio para o espectáculo - Steven Spielberg. Enfim, uma animação...

O Acochado (Segunda, 22.35, RTP2)

Grandemente influenciada pelos filmes negros norte-americanos da

série B, esta primeira obra-prima de Jean-Luc Godard - pela poética (inequivocamente europeia) que faz explodir, pelo especial amor ao cinema que revela, pela introdução de elementos invulgares no género e pelos originais processos de montagem que veio trazer ao cinema - acabou por se revelar extremamente influente no cinema americano dos anos 60. E uma vez que o espectador já digeriu o filme em anteriores transmissões televisivas, aproveite agora para descobrir mais em pormenor as «figuras» que nele fazem cineastas como Melville, Broca, Truffaut, Chabrol e o próprio Godard. E, tal como das outras vezes, divirta-se!

Heat, Cidade Sob Pressão (Segunda, 23.00, SIC)

Em primeiro plano neste filme está o verdadeiro duelo entre a inteligência e a sagacidade, por um lado, e o rigor e a tecnologia por outro. Assim se enfrentam, em plena Los Angeles, um polícia obcecado e um assaltante implacável, num certo sentido evidenciando muito mais aquilo que os aproxima do que aquilo que os coloca em campos contrários. Por isso mesmo - independentemente da desenvoltura da acção cinematográfica criada pela encenação e montagem (dir-se-ia que irrepreensíveis) - aquilo que se revela mais interessante no filme é o verdadeiro estudo psicológico das duas personagens, ainda por cima quando elas são interpretadas por dois monstros da arte de representar, como são Al Pacino e Robert De Niro, designadamente numa cena de antologia, num simples e quase prazenteiro frente-a-frente, à mesa de um café. A não perder.

Masculino-Feminino

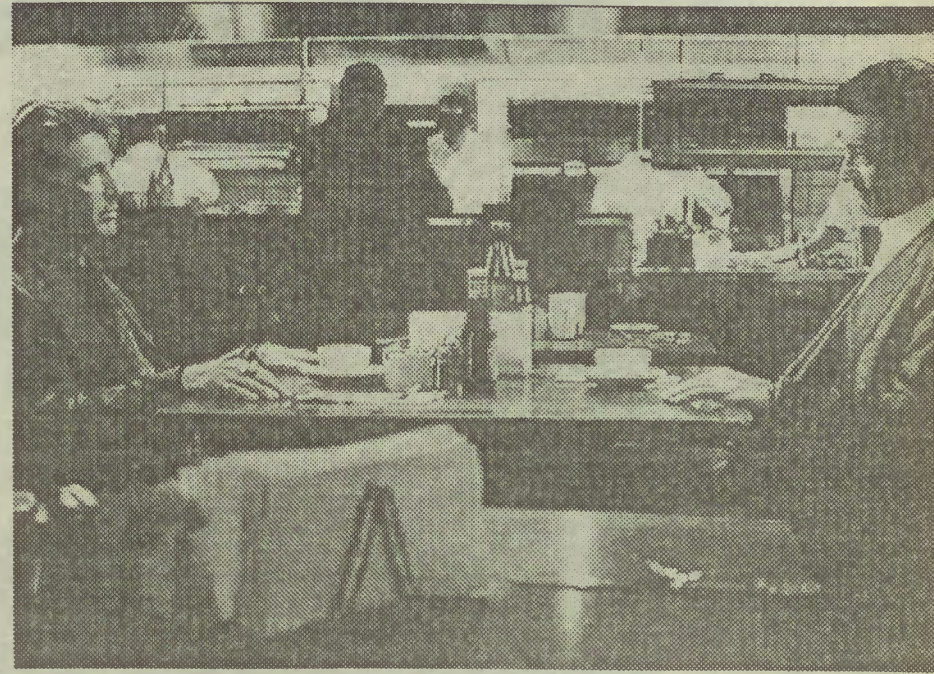
(Terça, 22.35, RTP2)

Paul, que milita contra a guerra do Vietname, está apaixonado por Madeleine, uma jovem cantora. Arranjando emprego num ins-

tituto de sondagens, ele leva a cabo várias entrevistas. Ao visitar umas obras, escorrega e precipita-se. Será suicídio ou acidente? Quanto a Madeleine, que está grávida, hesita na decisão de conservar ou não o bebé. Eis os «jovens de Marx e da Coca-Cola», que o talento cinematográfico e a traquinice «esquerdista» de Godard nos mostram neste filme, como de costume repleto de tiradas bombásticas e «fáceis», confusionalista do ponto de vista ideológico, mas extremamente hábil na sua capacidade de identificação com o espectador, vítima (como aquelas personagens) da «sociedade de consumo» em que já se transformara então a realidade socioeconómica quotidiana. Uma obra simultaneamente irritante e inteligente, como é de bom tom neste cineasta.



Jean-Paul Belmondo e Jean Seberg, o par de «O Acochado» de Jean-Luc Godard



Um frente-a-frente há muito prometido: Al Pacino e Robert De Niro em «Heat - Cidade sob Pressão», de Michael Mann

Os cinco milhões

■ Correia da Fonseca

A transmissão pela RTP de «A Lista de Schindler» foi precedida, nos dias anteriores, por telefilmes de vocação documentalista acerca do massacre de judeus nos campos de concentração nazis e também sobre o próprio Oskar Schindler, industrial cuja figura e acção motivaram o realizador. No final da tarde de sábado, designadamente, a «2» transmitiu «Crianças recordam o Holocausto», um documento pungente, terrível, mas apesar disso belo. A sua transmissão numa hora em que a televisão está ao dispor de todos os níveis etários, ao contrário do que supostamente ocorre para lá das 22 horas, pode dar oportunidade a que os traficantes da violência na TV reeditem o argumento de que, afinal, imagens de extrema violência são transmitidas mesmo às 19 horas sem que haja protesto por parte dos que lhes reprovam o tráfico. A questão é que eles, ou os seus porta-vozes, não querem fazer a distinção entre a violência que é apresentada como meritório e admirável método de actuação e a violência denunciada como crime abominável e de modo a suscitar a repugnância. Isto é: entre a aceitação ou mesmo a promoção publicitária da violência e a sua indignada recusa.

Quando a saber se a transmissão de «Crianças recordam o Holocausto» às 19 horas foi um acto de voluntária pedagogia cívica ou apenas o resultado de um lapso cometido por quem não sabe ao certo o que vai transmitir, essa é uma outra questão que me desperta dúvidas e a que não sei responder. Sei, isso sim, que a «TV Guia», revista oficiosa da RTP, anunciou o telefilme como sendo um programa musical, e esse facto empurra-me para as mais desconcertadas suposições.

Os uns e os outros

«A Lista de Schindler» e os documentários que escoltaram o filme nesta sua transmissão abordam, como bem se sabe, a enorme tragédia do assassinio de milhões de judeus nos campos de concentração, e também fora deles, pelo regime nazi. Recordar esse crime imenso nunca será de mais, não apenas por uma questão de solidariedade para com as vítimas, que nunca estarão completamente mortas enquanto as lembrarmos, mas também para que não

possa prescrever na memória colectiva o crime cuja prescrição na área do Direito já foi formalmente impedida há várias décadas, embora de então para cá estejam a ser tentadas formas várias talvez não de prescrição mas seguramente de atenuação de culpa. Neste aspecto, recapitular o que foi o Holocausto nos seus diferentes passos é o bastante para



que fique claramente demonstrada a especificidade não apenas do crime mas também dos que o executaram, assim ficando nítida a inadequação, decerto não inocente, de alegadas semelhanças e de simetrias avançadas por quem sabe que alargar o território de certos crimes corresponde de facto a aligeirar culpas.

Com tudo isto, porém, acontece que me sinto tocado por algum desconforto perante a frequência com que o extermínio dos judeus pelos nazis tem vindo a ser evocado nos últimos anos, designadamente na TV, depois de décadas em que foi pouco mais que silenciado. Trata-se, compreensivelmente, do meu receio de que o martírio dos judeus nos anos 30 e 40 seja usado como cobertura emocional para acção dos agressores judeus no Estado de Israel em toda a segunda metade deste século. Trata-se também da percepção de que o Holocausto foi mercantilizado, transformado em produto que se vende bem no mercado audiovisual, o que repugna. Mais que outros motivos, contudo, está a indignação perante o convencimento de que uns mártires estão a ser usados para esconder outros mártires, numa espécie de segundo Holocausto silencioso e branco perpetrado no âmbito da guerra ideológica contra o futuro.

Uma questão de contas

Uma frase ouvida no passado sábado veio tornar ainda mais óbvio este efeito, talvez secundário talvez não, das evocações do Holocausto: foi quando Keanu Reeves, apresentador do «Crianças recordam o Holocausto», recordou que no universo concentracionário nazi foram assassinados «mais de onze milhões» de detidos, «seis milhões dos quais eram judeus». O número de seis milhões é, de resto, largamente conhecido, mas perante aquela frase uma questão de simples contas faz suscitar a pergunta: e os outros cinco milhões? Reeves adiantou uma explicação sumária: eram «indesejáveis» segundo os critérios nazis. É sabido que sob essa etiqueta estiveram ciganos, homossexuais, deficientes. Mas cinco milhões é um número alto de mais para que estes grupos o expliquem. Quem mais, então? Ou melhor: que humanidade concreta consubstanciou os milhões de vítimas sempre esquecidas quando se fala, e tanto se fala, dos seis milhões de judeus exterminados? A resposta sabem-no os que buscaram informações para lá da tona dos grandes *media*, até no entendimento da História do último século e meio do Ocidente: foram cinco milhões, ou quase, de comunistas ou de gente que com os comunistas se confundia na resistência antinazi por toda a Europa, incluindo a própria Alemanha.

Convém lembrar que os comunistas assassinados pelo nazismo não o foram exclusivamente nos campos de concentração e extermínio: em todos os países invadidos e ocupados, da França até à Polónia, os comunistas ou os suspeitos de o serem tiveram o trágico privilégio de serem os primeiros a serem procurados, torturados, mortos. Na URSS, os comunistas foram o segmento mais numeroso entre os quarenta milhões de mortos que a derrota final do nazismo cobrou do povo soviético. Mas é das vítimas nos campos de concentração que se fala quando se lembra o Holocausto, e é dessas também que aqui falo. A questão é que a «solução final» hitleriana não era para aplicar apenas aos judeus, como tanto é lembrado, mas também aos comunistas e afins. E não se alegue que, quanto a estes, não havia uma doutrinação para o extermínio como o anti-semitismo na extrema variante nazi: o anticomunismo do III Reich tinha a sua expressão «teórica» em textos escritos ou orais de uma ferocidade total que a prática iria depois acompanhar.

O segundo extermínio

Perante isto, o exercício justo e virtuoso da evocação dos seis milhões assassinados surge contaminado por um acto de gravíssima omissão quanto aos cinco milhões que, exterminados também e nas mesmíssimas condições de crueldade, são agora excluídos da evocação. Terá havido, decerto, muitos judeus que eram também comunistas franceses, alemães, de outros dos países temporariamente vencidos, mas é claro que nem sequer esses são agora lembrados pelas suas convicções mas sim pela condição rácica. Quanto aos outros, é apenas o mero esquecimento, eufemismo com que aqui designo a voluntária e premeditada exclusão. Na memória colectiva que os *media* perpetuam, é como se todos os mortos dos campos nazis fossem judeus. E assim os milhões restantes são votados a um segundo extermínio, não direi que tão selvático quanto o primeiro mas que talvez seja mais frio, quem sabe se não mais repugnante ainda.

Resta-nos, é claro, quando as TV's nos falam dos seis milhões de judeus que a infâmia nazi assassinou, lembrarmos nós, digamos que por nossa conta, os milhões cujo martírio é silenciado. Ficando talvez por apurar até que ponto esse silêncio é ou não um acto de cumplicidade com os carrascos de todos os «mais de onze milhões» citados por Keanu Reeves no passado sábado.



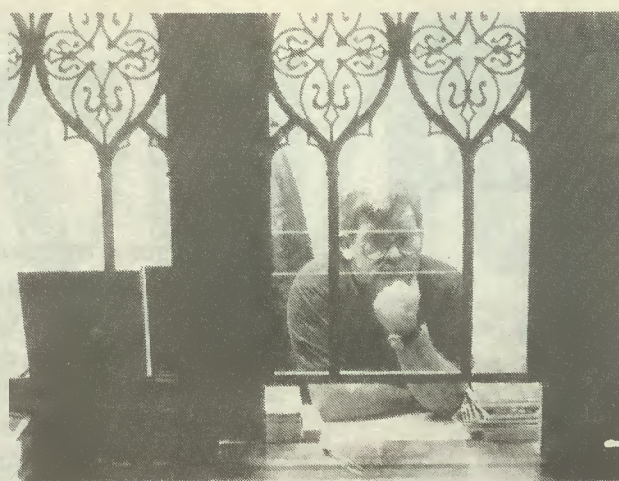
ESCAPARATE

Encontro de Teatro no Seixal

Já vai em catorze o número de edições dos já indispensáveis **Encontros de Teatro** que a Câmara Municipal do Seixal leva a cabo todos os anos. Abrangendo um total de 14 representações em seis palcos diferentes distribuídos pelas **Juntas de Freguesia** do concelho, esta manifestação cultural corresponde bem ao objectivo de descentralização. Inaugurado na passada 6ª feira e prolongando-se até dia 13 de Dezembro, os **XIV Encontros de Teatro do Seixal** apresentarão espectáculos por grupos como a **Seiva Trupe**; o **Acert-Tondela**, o **Teatro Meridional**, as **Marionetas do Porto**, o **Teatro ao Largo** ou os **Artistas Unidos**, numa diversidade de propostas estéticas que diz bem da riqueza do Teatro. «Do fantástico de Lewis Carroll à rebeldia de Kleist, passando pelo direito à diferença e preservação de identidades e culturas em Isabel Allende ou o direito de sonhar na Serra do Montemuro, são alguns dos temas que nos farão reflectir de forma lúcida e, por vezes, bem divertida» - assim reza o texto de apresentação desta importante realização cultural que diz bem da intensa acção nesta área por parte da autarquia. Informações na Divisão de Acção Cultural da Câmara Municipal do Seixal (tel.: 222 64 13).



«A Secreta Obscuidade»
(Seiva Trupe - Porto)



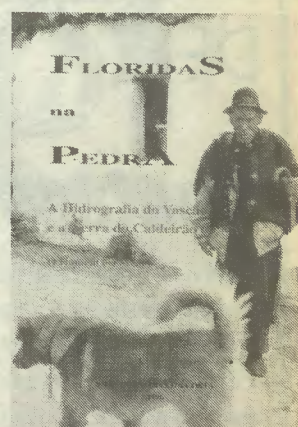
CINEMA DOCUMENTAL

Encontros Internacionais

Prossegue até ao próximo domingo, no conjunto de autarquias abrangidas pela **Amascultura - Associação de Municípios para a Área Sociocultural**, a realização da 8ª edição dos importantes «**Encontros Internacionais de Cinema Documental**». Por exemplo, o dia de hoje é dedicado à chamada «**Jornada CineCiência**», uma iniciativa que conta com o apoio do **Ministério da Ciência e da Tecnologia** e é dedicada ao cinema científico. Para além de uma sessão para as escolas com a presença do cineasta e cientista francês **Dennis Guedj**,

haverá (às 15 horas) projecções de obras documentais representativas do documentarismo científico português (filmes de **José Adolfo Coelho**), uma sessão (às 17.30) preenchida com obras de **Jessica Yu, Paul Bush e Eric Breitbart** seguidas de uma mesa-redonda sobre **Os Problemas do Discurso Científico e o Papel do Cinema Científico na História do Cinema** e uma sessão nocturna (às 21.30) com três filmes de **Eva Szasz, Frédéric Back e Marco Röhr** que encerrará com a voz de **Manuel Freire** cantando o poeta **António Gedeão**.

LIVROS



Floridas na Pedra

O novo livro de **Francisco Dias da Costa** é um documentário estudo sobre a bacia hidrográfica do rio Vascão e sobre as terras da serra do Caldeirão, por onde serpeia e se ramifica. Falamos da hidrografia, dos moinhos e moleiros, dos núcleos populacionais, da identidade cultural da população e das suas actividades económicas. Fala-nos também, com uma afectividade que nunca se esconde, da beleza rude de uma rara paisagem. É sobretudo o homem, a dureza do seu viver e a inteligente adaptação ao meio hostil, que está no centro das preocupações do autor. As suas páginas são um vigorosa alerta à desertificação e ao despovoamento crescente que atingem aquela paisagem. De registar também a homenagem que o poeta do **Maravilhoso Guadiana** presta às gentes «sofridas e modestas» do Vascão e à sua «verticalidade de carácter sempre patenteada». Uma edição **IN LOCO**, ilustrada com belas fotografias.

EVENTO

Reabertura de uma sala prestigiada

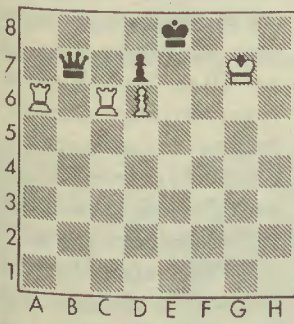
Ao cabo de profundas obras de recuperação foi reaberto ao público o histórico **Cine-Teatro de Nisa**, um espaço cultural cuja reabilitação foi empreendida pela **Câmara Municipal** daquela cidade, num processo que agora culminou com a apresentação de espectáculos de diversa índole, que abrangeram o Teatro, a Música e o Cinema. Respeitando inteiramente a traça original desta instalação cultural cuja inauguração data de Outubro de 1931 (com representações teatrais pela **Companhia Amélia Rey Colaço / Robles Monteiro**), a renovada sala está apetrechada com os mais modernos requisitos para as várias formas de espectáculo que voltará a albergar, dispondo, ainda, de um conjunto de instalações que permitirão actividades escolares, exposições, etc. No quadro dos vários espectáculos que ali se realizam conta-se, já depois de amanhã, sábado 22, a actuação da grande voz de Cabo Verde que é **Cesária Évora**, um dos expoentes máximos da música de expressão portuguesa.



XADREZ

DCXXXII - 20 DE NOVEMBRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997X41
Por: A. Gurvitch
Sovietsky flot, 1960

Pr.: [3]: Pd7 - Db7 - R68
Br.: [4]: Pd6 - Ts.a6, c6 - Rg7



Brancas Jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1997X41 [A. G.]

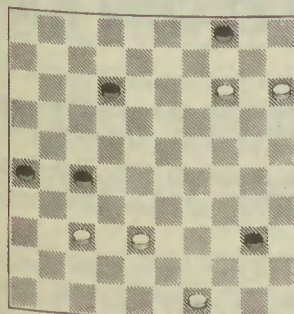
1. Tab6!, Da8; 2. Tç8!+, Dç8; 3. Tb3!, Da8; 4. Tç3+, Rd8; 5. Rf8 e ganha.

A. de M. M.

DAMAS

DCXXXII - 20 DE NOVEMBRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997D41
Por: AUTOR DESCONHECIDO
Fonte: 1001 Miniaturen, 1938

Pr.: [5] 4-12-26-27-40
Br.: [5]: 14-15-37-38-49



Brancas jogam e ganham

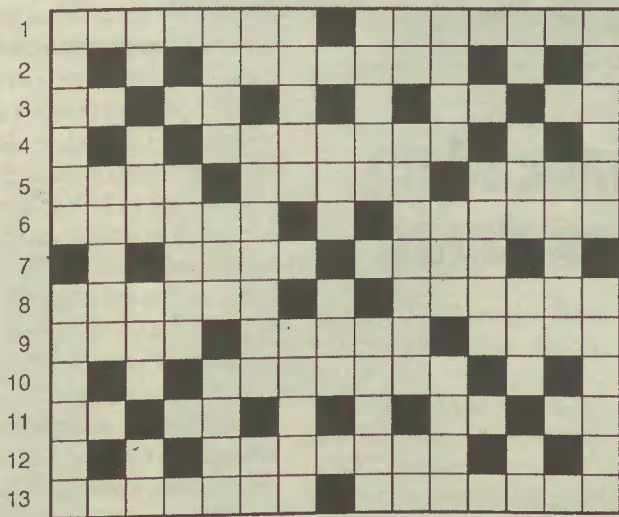
SOLUÇÃO DO Nº 1997D41 [A. D.]

1. 49-44! (40x49=D); 2. 15-10, (-); 3. 10-5=D, (?x10); 4. 5x8, (4-10); 5. 5-8-19, (-); 6. 19-37 e 7. 37-42 e 8. 42-48 +

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Coroa dos dentes das rodas hidráulicas horizontais; inundado. 2 - Relativo ao oásis. 3 - Nome da décima sétima letra do alfabeto grego; prefixo, de origem grega, que exprime a ideia de privação, separação; Samário (s.q.); quatro romanos. 4 - Aumenta. 5 - Condutor de palanquim na Índia; galeria transversal de uma mina; formar em alas. 6 - Revestido com laca; ruminante da América do Sul. 8 - Espiolhara (fig.); conjunto de partículas granulosas de natureza mineral (pl.). 9 - Cem metros quadrados (pl.); amansar; imposto oneroso. 10 - Antiga composição musical para instrumentos de tecla (pl.). 11 - Título que era dado outrora ao soberano do Irão; articulação das falanges dos dedos; uma (ant.); porco (prov.). 12 - Caminharam. 13 - Terraço das antigas casas romanas, voltadas ao sul; tema.

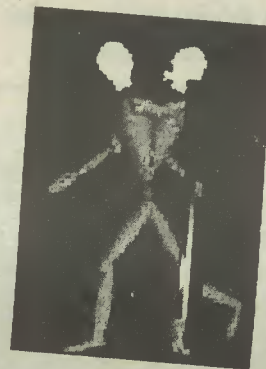
VERTICAIS: 1 - Designativo de uma casta de uva; carregador múltiplo de certas armas automáticas (pl.). 2 - Importunar (fig.). 3 - A tua pessoa; nome escocês; possuir; artigo antigo. 4 - Apreciado verniz (charão) base da constituição de uma matéria que tem sido, desde tempos remotos, produzida e aplicada, na China e no Japão, na confecção de objectos de reconhecido valor (pl.). 5 - Tecido grosso e forte de que se fazem as velas dos navios; sofrimento; levar à sirga. 6 - Existe; revestido por uma camada de crómio; Níquel (s.q.). 7 - Empunhara; desmiolado. 8 - Ave corredora; íntima. 9 - Ateada; suporta. 10 - Espécie de escumilha; protestara; Amerício (s.q.). 11 - Toste; a parte inferior do pão; supremo. 12 - Interj. irra (pl.). 13 - Ouro (s.q.); remoinho de água (prov.); três romanos; pedra de moinho. 14 - Pedaco de madeira para queimar (pl.). 15 - Escutara; aldeã dos arrabaldes de Lisboa.

SOLUÇÃO:
VERTICAIS: 1 - Cerral; 2 - Cerral; 3 - Megar; 4 - Mear; 5 - Tç; 6 - Mear; 7 - Tç; 8 - Laca; 9 - Laca; 10 - Laca; 11 - Tç; 12 - Tç; 13 - Tç; 14 - Tç; 15 - Tç.
HORIZONTAIS: 1 - Cerral; 2 - Cerral; 3 - Megar; 4 - Mear; 5 - Tç; 6 - Mear; 7 - Tç; 8 - Laca; 9 - Laca; 10 - Laca; 11 - Tç; 12 - Tç; 13 - Tç; 14 - Tç; 15 - Tç.

DANÇA

Danças na Cidade '97

Começou anteontem e prosseguirá até ao dia 29 deste mês o festival internacional de dança contemporânea «**Danças na Cidade'97**» que se desenrolará nos três auditórios e Centro de Exposições do **Centro Cultural de Belém**, ainda com espectáculos a realizar no **Teatro da Trindade**, **Teatro da Cornucópia** e **Teatro Cinearte**. Abordando as novas tendências da dança contemporânea e constituindo um ponto de referência da dança portuguesa no contexto internacional, o festival conta com a presença de artistas de artistas e companhias de Itália, França, Bélgica, EUA, Brasil, Cabo Verde, Espanha e naturalmente Portugal num conjunto de 33 espectáculos diferentes que se prolongarão por onze dias. Paralelamente, dirigidos para a investigação e a formação artística, serão organizados seminários e **workshops** como, entre outros, um sobre **Dramaturgia e Imagem Coreográfica** (por **André Lepecki**) e outro sobre «**Utilização de Novas Tecnologias nas Artes do Espectáculo**» (por **Ben Rubin**).



FOTOGRAFIA

Encontros em Coimbra

Outra manifestação importante a destacar esta semana são os **XVII Encontros de Fotografia** que se inauguraram há quinze dias em Coimbra. Nele podem ser admiradas obras de nomes maiores desta arte, como **Arno Fisher, Bill Brandt** ou **Christer Strömholm, Cristina Rodero, Duane Michaels, Ralph Eugene Metyard, Jean-François Joly, Joel-Peter Witkin, Thomas Ruff** ou o português **Paulo Nozolino**. Paralelamente, realizam-se vários **workshops** e conferências, entre as quais destacamos no sábado «**A Missão Fotográfica Tansmanche**», por **Pierre Devin**, e no domingo 23 «**A Obra de Thomas Ruff pelo Dr. João Fernandes**» ou «**A Guerra nos Limites da Racionalidade**» pelo **Dr. Viriato Soromenho Marques**. Entretanto, orientado por **Manuel Miranda**, decorrerá desde amanhã até domingo um **workshop** subordinado à temática «**Iniciação à Fotografia Estenopeica**».



Amor de Baobá

A **Caminho** acaba de lançar mais um livro de **Suleiman Cassamo**, o autor moçambicano de que esta editora publicou, em início do corrente ano, **O Regresso do Morto**. Agora é a vez de **Amor de Baobá**, livro de crónicas que mais se justifica inserir no domínio literário dos contos, curtas prosas arrancadas ao quotidiano, desta vez e ao contrário do livro anterior que se demorava na realidade rural, debruçadas sobre o mundo urbano. Através da palavra saborosa deste falar e escrever o Português moçambicano, surge uma outra realidade que os leitores de cá vão aprendendo a apreciar na obra deste jovem escritor que nasceu no Sul de Moçambique e, além de licenciado em Engenharia e professor na Universidade Eduardo Mondlane, é hoje secretário-geral da Associação dos Escritores daquele país africano.

ÚLTIMAS

A TALHE DE FOICE

Coutonete

Habitado a navegar nos céus europeus nas suas andanças para Estrasburgo e a perorar sobre o «país real» à boleia das ondas hertzianas, o candidato do PS à Câmara de Almada, Torres Couto, anda manifestamente atarantado com a descida à terra e a convivência com o comum dos mortais. Homem de largos horizontes e ambições a condizer, Couto não percebe como é que os habitantes de Almada podem viver com os «gravíssimos problemas habitacionais, sociais e ambientais» que, diz, afectam o concelho e são todos, mas todos, da única e exclusiva responsabilidade da «D. Maria Emília» e dos mauzões dos comunistas. Vai daí, não é peco em promessas e soluções, qual delas mais brilhante. É o caso, só para dar uma ideia da genialidade, da construção de uma terceira ponte ligando Almada a Lisboa, em local a definir mas que se presume seja ali entre Cacilhas e o Terreiro do Paço, que ficava mais à mão, embora também se possa admitir a hipótese Trafaria - Torre de Belém, que ganhava em vistas o que se perdesse em distâncias.

Fenomenal é a ideia de aproveitar terrenos da Lisnave para a implantação de Ministérios, que de uma só cajadada mata vários coelhos: contribui para a descentralização político-administrativa; transforma Almada no «centro geográfico da área metropolitana de Lisboa»; põe os ministros, secretários de Estado e demais pessoal administrativo a descobrir as delícias da margem Sul e a dar ao fim da tarde um saltinho às praias da Costa; recupera para o município os terrenos que o Governo do partido do sr. Couto fez questão de retirar da alçada da Câmara, etc., etc., etc. E que dizer da promessa de estender a Circular Regional Exterior de Lisboa (CREL) ao concelho de Almada? Faltam as palavras para tão peregrina ideia, que obriga pelo menos a uma quarta ponte sobre o Tejo e que, atendendo aos limites do concelho, deverá ficar situada ali para os lados de Porto Brandão.

Pena é que o sr. Couto, não estando ainda sentado na cadeira do poder autárquico, bem mais problemática do que a cadeira da SIC que por acaso perdeu para um correligionário destas lides, não possa seguir o exemplo do confrade de Ourique, que à pala das cheias anda a distribuir cheques de porta em porta, à revelia da lei, é certo, mas tocando fundo na consciência eleitoral de actuais e futuros apoiantes. Mas tenhamos fé. O sr. Couto, que outro dia inaugurou a sua sede de campanha à luz das velas só porque a malvadez da Câmara impediu a instalação eléctrica numa obra não licenciada, imagine-se, promete virar tudo do avesso, a começar pela criação de uma polícia municipal, que há-de tratar dos malvados dos comunistas, responsáveis pelo desemprego, a toxicoddependência, o isolamento, as bichas da ponte e um rol infinito de outras coisas que se não-de descobrir até ao fim da campanha. E por falar em descobertas, será que o sr. Couto já consultou o historiador russo Iouri Sloskine, que, segundo uma jornalista da AFP com «janela» no Correio da Manhã, afirma que a Revolução de 1917 (é mesmo 1917, não é engano nenhum), «deixou de rastos a saúde, cultura, educação, ciência e tecnologia» existentes na Rússia? Com historiadores destes, até é possível chegar à conclusão que Almada é responsável, no mínimo, pelo terramoto de Lisboa.

O sr. Couto é mais do que um salvador. É um messias. Almada, não se duvide, vai entrar numa nova era. Pelo menos, numa coutonete, que não há ouvidos que resistam.

■ Anabela Fino

À medida que se aproximam as eleições autárquicas, aumenta o dinamismo das organizações em relação à campanha de fundos lançada em Março pelo PCP para fazer face às despesas com a campanha eleitoral.

Assim se compreende que tendo há pouco mais de quinze dias o «Avante!» noticiado que a campanha havia atingido os 160 mil contos, hoje essa importância tenha subido já para os 175 mil contos.

Aliás, o pequeno balanço que, ao longo destes oito meses de campanha, tem vindo a ser feito pelo «Avante!», ajuda a dar uma ideia sobre a sua evolução, e ao mesmo tempo sobre a compreensão e adesão que a mesma tem merecido.

Vejam. Iniciada, como já se disse, em Março deste ano, a campanha atingia em 8 de Maio 30 mil contos, ou seja, 15% da meta estabelecida. Em 19 de Junho, pouco mais de um mês depois, ela atingia os 50 mil contos (25%). Entretanto, dado

Campanha de Fundos atinge 175 mil contos



da CDU, imprimir um novo e forte impulso à Campanha Nacional de Fundos na sua recta final.

o período de férias que se meteu, só após a realização da Festa do «Avante!» se voltaria a fazer o balanço dos resultados da campanha, verificando-se, em 18 de Setembro, ter a mesma alcançado os 125 mil contos (62,5%). Finalmente, em 30 de Outubro, o nosso jornal noticiava terem sido atingidos os 160 mil contos (80%), sendo que hoje, passados apenas pouco mais de 15 dias, ela alcançou os 175 mil (87,5%).

Em resumo, um balanço que só pode ter uma leitura: as organizações, os militantes e simpatizantes do PCP, os activistas e o eleitorado da CDU entenderam perfeitamente os objectivos que esta campanha se propunha: permitir ao PCP e à CDU fazer face, com eficácia e transparência, às despesas da batalha eleitoral de 14 de Dezembro.

Resta agora, a quantos querem ver renovado e reforçado o prestígio

Enfermeiros paralisam amanhã

Ou o Governo dá resposta ao caderno reivindicativo dos enfermeiros ou amanhã estes profissionais cumprem uma greve de 24 horas. Esta era a posição da Comissão Negociadora Sindical que na terça-feira tinha uma reunião marcada pela Presidência do Conselho de Ministros.

Esta estrutura, que engloba o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e o Sindicato dos Enfermeiros da Região Autónoma da Madeira, reage assim

contra o arrastamento do processo negocial que visa a alteração da carreira de enfermagem; a falta de cumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo, quer no seu programa quer no acordo subscrito com os sindicatos em 1996; o afastamento dos enfermeiros dos órgãos de decisão e gestão das unidades de saúde e a indisponibilidade da ministra da Saúde para dialogar com os representantes do sector.

Entretanto, a classe viu con-

cretizar-se uma velha aspiração ao ver aprovada, no passado dia 6 de Novembro, pela Assembleia da República, a Ordem dos Enfermeiros, pela qual se bate desde os finais da década de 60.

A luta prossegue agora pela aprovação do caderno reivindicativo, entregue à ministra da Saúde em 25 de Junho passado, que até ao momento não fez chegar qualquer contraproposta aos sindicatos.

Almada

PCP e CDU procedem contra Torres Couto

À hora do fecho da nossa edição, a CDU de Almada realizava uma conferência de imprensa no sentido de divulgar as posições que entendeu tomar contra as atitudes provocatórias e caluniosas do candidato do PS no concelho, Torres Couto. Assim, enquanto a CDU concelhia vai apresentar queixa à Comissão Nacional de Eleições, o PCP vai, conforme igualmente foi informado, mover um processo-crime contra Torres Couto.

A CDU de Almada acusa Torres Couto de ter mentido: quando pediu a suspensão de um

inquérito do IGAT à Câmara de Almada, sabendo que este não existia; quando afirmou em declarações na RTP que houve um processo na justiça contra a actual Presidente da Câmara Municipal; quando no comício que o PS realizou no passado sábado, em Almada, afirmou que a Câmara Municipal de Almada é uma «fonte de financiamento do PCP».

Por fim, «a CDU alerta a população de Almada contra esta e outras provocações futuras», nas quais não se deve deixar arrastar.

«Coelho mentiu»

Em conferência de imprensa realizada na terça-feira, Arnaldo Pereira, cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Oeiras, desmentiu as afirmações que o ministro adjunto Jorge Coelho fez durante o programa da RTP 1 do passado dia 13, dedicado às eleições autárquicas. O ministro afirmou então que a CDU em Oeiras tinha votado no candidato do PSD para a presidência da Assembleia Municipal, em 1994, contra ele próprio, Jorge Coelho, na altura candidato do PS ao mesmo cargo.

Segundo a Coligação, «o ministro mentiu: na verdade os membros da CDU votaram no seu candidato, o professor Celorico Moreira, e não no candidato do PSD. E não votaram em Jorge Coelho por boas e fortes razões, cuja pertinência o tempo demonstrou: tratava-se de um can-

didato provisório que não garantia, como de facto não garantiu, levar o seu mandato até ao fim».

O cabeça de lista da CDU considerou ainda que «a mentira não foi inocente. Corroborando a atarantada do candidato do PP sobre alegados entendimentos entre a CDU e o PSD na Câmara Municipal, Jorge Coelho tentou escamotear o inadmissível seguidismo e complacência do PS na gestão PSD/Isaltino da Câmara de Oeiras. A única força política que se opôs ao PSD foi a CDU, votando contra as propostas que considerou negativas: loteamento da quinta dos Arciprestes, urbanizações de núcleos históricos, construção do Carrefour, entre outras» - sublinhou a CDU desafiando Jorge Coelho a citar uma medida do PSD/Isaltino Morais que tenha tido a oposição do PS.

PCP divulga projecto

Desporto no século XXI

Na próxima terça-feira, pelas 18.30 horas, no hotel Meridian, em Lisboa, o PCP torna pública uma declaração política sobre a situação actual do desporto nacional, numa iniciativa que conta com intervenções de Alfredo Melo de Carvalho, membro do Grupo de Estudos, Carlos Rabaçal, do Comité Central, e Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP.

Na ocasião, será divulgado um documento programático intitulado «O PCP e o Desporto do Século XXI» para debate público que culminará com uma discussão alargada em Março de 1998.

Segundo o Grupo de Estudos do PCP para a Política Desportiva, o documento irá ser enriquecido e aprovado pelo debate e editado posteriormente.

